

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Economia

Na terra de ninguém – os *outros* protagonistas

Maria José Nóbrega Rodrigues

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Economia Social e Solidária

Orientação:
Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora Auxiliar
ISCTE – IUL

Co-orientação:
Doutor Nuno Dias, Investigador
CESNOVA – FCSH/UNL

Março/2010

RESUMO

Nas últimas duas décadas, o panorama das migrações em Portugal sofreu mudanças profundas. A par da imigração proveniente dos PALOP e de uma diversificação dos fluxos migratórios provenientes do Brasil, a imigração da Europa de leste constitui-se como uma das categorias estatisticamente mais relevantes. A principal preocupação que esteve na origem deste trabalho prende-se com a necessidade de dar voz a *outros* protagonistas da sociedade portuguesa. Elegemos como objectivo a compreensão das estratégias de incorporação de duas populações imigrantes, dos segmentos de mercado de trabalho onde se concentram e do papel das redes sociais nesses processos. São homens e mulheres, trabalhadores da construção civil e trabalhadoras domésticas, respectivamente, oriundos da Europa de Leste (Ucrânia e Moldávia) e de Cabo Verde. Em função do estatuto vulnerável e precário destas populações quisemos simultaneamente compreender a importância e o contributo particular dos valores da Economia Solidária na vida destas populações. Foi no espaço de uma associação, a Solidariedade Imigrante, enquanto espaço privilegiado de circulação, mobilização e capacitação de imigrantes, que realizámos o nosso estudo de casos. Foi também nesse espaço que compreendemos o papel activo de uma instituição solidária, que congrega os ideais da Economia Solidária, que foi possível redesenhar o conceito de rede social. Nesta exposição partimos do geral para o particular. Abordamos as várias dimensões da Economia Solidária enquanto promotora de uma lógica de solidariedade alternativa aos modelos económicos clássicos, que se orientam sobretudo para o lucro, apostando num modelo que visa a integração da economia em todos os aspectos da vida global, estruturando-se com base nas realidades culturais e funcionando como factor de coesão social. A estratégia metodológica adoptada convida, à participação de um percurso de investigação construído a múltiplas vozes, protagonizadas por diferentes actores sociais, um dirigente associativo e doze entrevistas a imigrantes. Em suma, este trabalho aqui apresentado é fruto de um esforço que tenta aprofundar, através da visão da Economia Solidária, a complexidade dos processos profissionais dos imigrantes na sociedade portuguesa contemporânea. Desta abordagem confiaremos que possam surgir pistas para um novo modelo de integração dos imigrantes, que viabilize um progresso no sentido da solidariedade e da justiça social através do contributo de todos.

Palavras-chave: economia solidária, construção civil, trabalho doméstico, redes sociais, migração, Portugal

ABSTRACT

For the last two decades, migrations in Portugal have undergone profound changes. Alongside the continuing immigration from PALOP and a diversification of migration flows from Brazil, immigration from Eastern Europe constitutes now one of the most relevant statistical categories. The main concern that led to this work relates with the need to give voice to other social actors in the Portuguese society. We elected as main goals the understanding of the incorporation strategies of two immigrant populations; the labour market segments where they are concentrated; and the role of social networks in these processes. These are men and women, construction workers and domestic workers, respectively, from Eastern Europe (Ukraine and Moldova) and Cape Verde. Simultaneously, considering the vulnerable and precarious status of these populations, we wanted to understand both the importance and contribution of particular values of Solidarity Economy in their lives. It was within an association, the Immigrant Solidarity, as a privileged space for circulation, mobilization and empowerment of immigrants that our case study took place. It was also in this space, where we understood the active role of a caring institution – which embraces the ideals of Solidarity Economy – that we could redraw the concept of social networking. In this research we went from general to particular. We approach the various dimensions of Solidarity Economy as enablers of a logic of solidarity, alternative to classic economic models – which are primarily focused on profit – and investing in a model that aims to integrate the economy in all aspects of global life. The methodological strategy adopted reflects a research project based on multiple voices, led by different social actors – an association leader and twelve interviews with immigrants.

In short, this analysis is the result of an effort that tries to deepen – resorting to the Solidarity Economy theoretical framework– the complexity of immigrant’s professional processes in contemporary Portuguese society. From this approach, we rely that some clues may arise considering a new model of immigrant integration which enables a progress in the sense of solidarity and social justice, with the contribution of all.

Keywords: Solidarity economy, civil construction, domestic work, social networks, migration, Portugal.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, o meu mais sincero agradecimento à Professora Doutora Maria de Fátima Ferreiro não só pelas horas dispensadas à orientação do trabalho, mas também pela disponibilidade e prontidão que sempre revelou ao longo de todo este tempo. Agradeço, o seu optimismo, entusiasmo e encorajamento que tanto animo me deram.

Ao Doutor Nuno Dias pela presença e palavras de incentivo com que sempre me recebeu e que se revelaram essenciais como motivação para a prossecução deste trabalho. Um agradecimento especial pela paciência em saber ouvir.

Aos dois, a minha mais profunda gratidão por partilharem comigo o seu saber.

Ao DINÂMIA, ao Todo por Tudo.

À equipa do Projecto “Trabalho Doméstico e trabalhadores Domésticos: perspectivas interdisciplinares e comparadas” pelo acompanhamento e pela partilha de dados.

À SOLIM, os meus *outros* protagonistas, Presidente da Associação, Voluntários e Entrevistados, o meu agradecimento sincero.

Ao Professor Rogério Roque Amaro, pelo Mestrado.

À Joana, Rute, e Xana, por me mostrarem que todos os momentos fazem sentido.

À Vanessa Blétière, por todo o estímulo, carinho e apoio dado ao longo do estudo.

À Mãe e ao Pai, de quem cada vez mais me orgulho, por tudo aquilo que continuam a representar na minha vida.

Aos meus irmãos, João, Solange, Cristina e Luís.

A Jesus, por tudo o que sou.

Por fim, aos meus eternos Inspiradores, Luizinho e Joãozinho, a quem dedico este trabalho.

ÍNDICE

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO | |
| 1. AS MIGRAÇÕES NUM MUNDO INTERLIGADO | 5 |
| 1.1 Imigração – um enquadramento disciplinar | 5 |
| 1.2 Dinâmicas migratórias e contextos de recepção | 9 |
| 1.3 Os migrantes num mercado de trabalho globalizado: trabalhadores da construção civil e do trabalho doméstico | 13 |
| 2. UMA APROXIMAÇÃO SOLIDÁRIA AO TEMA DAS MIGRAÇÕES: O CONTRIBUTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA | 21 |
| 2.1 Economia social: génese de um conceito pioneiro | 21 |
| 2.2 Economia solidária: enfrentando os desafios actuais | 39 |
| 2.2.1 Versão Francófona | 31 |
| 2.2.2 Versão Ibero-Americana | 32 |
| 2.2.3 Versão da Macaronésia | 36 |
| 2.3 “Obligatio in solidum”: à procura de solidariedades | 46 |
| 3. MIGRAÇÕES E ACÇÃO COLECTIVA: REDES SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO | 50 |
| 3.1 Rede social e capital social: conceptualização e tipologias | 50 |
| 3.2 Configuração e operacionalização de redes sociais no processo migratório | 54 |
| 3.3 A relevância do sector associativo | 57 |
| 3.4 Economia solidária e associativismo imigrante: o caso da SOLIM | 61 |
| 4. ESTUDO DE CASOS – OS OUTROS PROTAGONISTAS | 76 |
| 4.1 Caracterização sociodemográfica das populações | 77 |
| 4.2 Quem é quem na terra de ninguém | 86 |
| 4.2.1 “Continuo a trabalhar nas obras” – expectativas e mercado de trabalho | 88 |
| 4.2.2 “Amigos de Amigos” – migrações e laços de sociabilidade | 91 |
| 4.2.3 Imigração e precariedade – A alternativa solidária | 95 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 103 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | |

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o resultado de um cruzamento de objectos. Em primeiro lugar, a imigração enquanto fenómeno social multidimensional e cujo interesse provém de uma experiência consolidada desde a licenciatura em Sociologia e materializada em diversos projectos centrados em diferentes perspectivas da temática migratória. Em segundo lugar, a Economia Solidária enquanto área crítica de intervenção nas sociedades contemporâneas e enquanto ferramenta reflexiva e interventiva adquirida ao longo do curso de Mestrado em Economia Social e Solidária e no âmbito do qual submeto este trabalho.

Cruzar ambas as áreas foi ao mesmo tempo um risco e um desafio que quisemos assumir no contexto deste Mestrado. Desde logo, pela percepção que temos do tema das migrações enquanto realidade vastamente escrutinada mas simultaneamente pouco trabalhada nas suas particularidades sectoriais. Se, por um lado, é verdade que os sectores do trabalho doméstico e da construção civil são, como será oportunamente sublinhado ao longo do trabalho, repetidamente afirmados como espaços de grande concentração de mão-de-obra imigrante, por outro lado, não é menos verdade que a realidade particular de cada um desses sectores carece de abordagens mais aprofundadas, em particular de carácter qualitativo. Neste sentido, um dos objectivos principais deste trabalho foi tentar apresentar uma caracterização comparativa de ambos os sectores, enfatizando os traços que os distinguem e aproximam, recorrendo a dados qualitativos.

Um outro aspecto central na prossecução deste trabalho prende-se com a utilidade prática e política da Economia Solidária enquanto área de intervenção na regulação de problemas concretos na sociedade e na procura do bem-estar. Nesse sentido, foi possível no terreno, e através da nossa experiência na Solidariedade Imigrante (SOLIM), compreender efectivamente como estas duas realidades encaixam uma na outra e, conseqüentemente, será também esse o momento fundamental de articulação entre a temática migratória, como a quisemos trabalhar, e os valores da Economia Solidária.

É igualmente importante salientar que o modo como desenvolvemos este trabalho parte do potencial da Economia Solidária enquanto centro crítico para a produção de conhecimento válido e inovador em domínios como a luta contra a

pobreza, a exclusão social e o desemprego, entre outros, ao mesmo tempo que cria instrumentos capazes de propor e executar soluções para essas e outras problemáticas sociais diversas que não encontram respostas adequadas quer da parte do Estado quer da parte do mercado.

O objectivo da nossa observação é assim caracterizar os circuitos que mantêm e reforçam uma aparente sobre-representação destas populações nestes segmentos específicos. Tentámos, neste sentido, responder às seguintes questões: Qual o papel das redes sociais nas regularidades dos percursos socioprofissionais destes imigrantes? Existem diferenças significativas entre o tipo de recursos sociais mobilizados pelas diferentes nacionalidades? E entre o tipo de discursos das nacionalidades entrevistadas? Há diferenças expressivas ao nível das expectativas verbalizadas sobre as instituições públicas e sobre as condições de trabalho? E, mais importante, qual o papel da Economia Solidária neste contexto e que tipo de agentes melhor a representam?

Através do cruzamento da bibliografia existente da Economia Solidária e da temática das migrações, procurámos identificar, numa e noutra, os contributos que melhor traduzem a nossa posição relativamente a estas questões. As reflexões teóricas, porventura algo extensas, presentes neste trabalho representam uma preocupação verdadeira com a definição clara do modo como decidimos trabalhar as trajectórias socioprofissionais destas populações nestes sectores específicos.

A par do aprofundamento teórico das realidades que nos propusemos trabalhar foi uma preocupação constante a criação de um quadro de caracterização empírico dos grupos abordados. A análise do fenómeno da imigração focalizou-se em dois eixos: a nacionalidade e o sector profissional. Relativamente à nacionalidade, optámos por seleccionar dois grupos em função da sua representatividade estatística no universo da lista de nacionalidades estrangeiras em Portugal, um primeiro, composto por cabo-verdianos e um segundo por europeus de Leste, que inclui ucranianos e moldavos. Relativamente ao sector profissional, centramos a nossa análise em dois segmentos do mercado de trabalho, caracterizados por uma sobre-representação de mão-de-obra imigrante, designadamente os sectores da construção civil e do trabalho doméstico e limpezas industriais. A recolha de informação empírica quantitativa, que consistiu essencialmente na consulta de bases de dados estatísticas, nacionais e internacionais, e

de projectos de investigação¹ foi combinada com a recolha de informação de carácter qualitativo, nomeadamente através da realização de entrevistas semi-estruturadas a trabalhadores nos sectores da prestação de serviço doméstico e da construção civil no espaço da SOLIM. Se por um lado, a componente de análise de dados oficiais² sobre as populações e os sectores observados permitiu uma caracterização macro-analítica de ambos, por outro lado, a exploração de uma vertente mais qualitativa e centrada em experiências individuais possibilitaram uma leitura mais fina sobre a urgência da alternativa solidária na aproximação a questões sociais específicas como a que estudámos.

Foram realizadas doze entrevistas a trabalhadores da construção civil e do serviço doméstico (cabo-verdianos, moldavos e ucranianos), e uma a um dirigente associativo da SOLIM, (na qualidade de informador privilegiado). As entrevistas foram aplicadas de acordo com guiões pré-definidos³, nas instalações da SOLIM e foram adaptadas ao segmento ocupacional dos indivíduos a quem se dirigiam, abordando contudo questões semelhantes de forma a facilitar a comparação de alguma da informação daí resultante. A estrutura das entrevistas manteve, como já referimos, um carácter semi-directivo, em que dando alguma margem à espontaneidade discursiva dos entrevistados se procurou sempre que necessário conduzir o (a) inquirido (a) em função das preocupações da pesquisa. Visando a minimização das possíveis perdas de informação durante as entrevistas optou-se por usar um gravador durante as mesmas. Reconhecemos, naturalmente, que a realização de um número de doze entrevistas limita ambições representativas que, apesar de tudo, nunca fizeram parte do nosso horizonte metodológico. Porém, se por um lado é impossível pretender que as experiências dos nossos entrevistados cubram o vasto número de situações que ocorrem entre as populações imigrantes que escolhemos estudar, é também verdade que tratamos as suas palavras como testemunhos de informantes privilegiados capazes de transmitir uma visão mais abrangente da condição imigrante e dos obstáculos mais comuns a esta, quer na construção civil quer no trabalho doméstico. Da mesma forma, foi através da sua experiência de alteridade, marcada pela precariedade e pela

¹ Alguns ainda em curso como é o caso do projecto “Trabalho Doméstico e Trabalhadores domésticos: Perspectivas Interdisciplinares e Comparadas”, FCT Ref. PDDC/JUR/65622/2006.

² Falamos aqui dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outras fontes oportunamente citadas.

³ vd. Anexos 1 e 2.

incerteza, que nos foi possível usar a Economia Solidária enquanto instrumento de questionamento e de intervenção da realidade social.

No primeiro capítulo, à luz de abordagens clássicas e contemporâneas, começaremos por reflectir acerca da Imigração, estabelecendo as pontes necessárias entre o tema geral das migrações, as características e especificidades do fenómeno em Portugal e a questão específica do mercado trabalho. Este objectivo será concretizado através de uma caracterização particular dos dois sectores, nos quais centrámos a nossa análise, e do papel que é desempenhado nestes pela imigração.

No segundo capítulo, procuraremos identificar as raízes históricas e as principais influências da Economia Solidária, sobretudo nos contributos dados pela Economia Social enquanto fonte de práticas e eixos doutrinários. De seguida explicitaremos o conceito de Economia Solidária, tal como hoje é entendido, enquanto disciplina que surge nas últimas 3 décadas, impulsionada sobretudo por três versões de acordo com a tipologia avançada por Rogério Roque Amaro (2009). A importância da ideia de ‘solidariedade’ é igualmente discutida enquanto valor central da própria Economia Solidária e consequentemente princípio regulador da acção dos indivíduos.

Num terceiro capítulo proporemos uma conceptualização das noções de rede e de capital social pela sua importância reconhecida no estudo das migrações. Essa abordagem permitirá compreender os modos de incorporação dos nossos entrevistados, bem como, a centralidade das suas redes sociais nesses processos. Neste contexto, olharemos para o panorama associativo imigrante, enquanto palco privilegiado de multiplicação de solidariedades e amplificação das redes dos próprios actores. A SOLIM surgirá neste contexto como espaço particular de manutenção e criação de solidariedades.

Será no último capítulo que caracterizaremos quantitativamente os sectores do trabalho doméstico e da construção civil, bem como, as dinâmicas migratórias dos grupos que trabalhámos. Neste capítulo o material empírico recolhido, os relatos e conteúdos das doze entrevistas, será fundamental para uma compreensão mais exaustiva dos contextos específicos dos nossos sujeitos e da relevância dos princípios da Economia Solidária nos seus percursos.

Em suma, trata-se de olhar para a condição imigrante enquanto reflexo de um estatuto vulnerável e precário tendo presente os contributos da Economia Solidária, ferramenta dinamizadora de alternativas a esta dupla condição de subalternidade.

1. AS MIGRAÇÕES NUM MUNDO INTERLIGADO

Este primeiro capítulo tem como objectivo a discussão das principais propostas teóricas que formam o nosso quadro de partida. Em simultâneo pretendemos igualmente estabelecer as pontes necessárias entre o tema geral das migrações, as características dinâmicas do fenómeno em Portugal e a questão específica do trabalho através de uma caracterização particular dos nichos profissionais nos quais vamos centrar a nossa análise e do papel que é desempenhado nestes pela imigração.

1.1 Imigração – um enquadramento disciplinar

Apesar das migrações e das viagens serem uma constante da história humana, os fluxos migratórios assumem hoje uma importância e uma dimensão com poucos paralelos no passado. O vector principal do sistema internacional de migrações continua porém a ser maioritariamente apresentado a partir de uma direcção sul-norte, dos países economicamente menos influentes para os países mais industrializados. Os primeiros caracterizados por uma forte pressão emigratória, os segundos, vindo variar o número e a proveniência das populações estrangeiras que atravessam as suas fronteiras ao longo do tempo. Assim, e aparentemente o sentido forte continua a ser sul/norte, como prova o facto de, em particular nas últimas duas décadas, a Europa do Sul, uma região sem tradição de imigração, ter passado a integrar as rotas migratórias internacionais, seja como espaço de fixação, seja como plataforma de passagem de novos fluxos de imigrantes africanos, asiáticos, europeus de leste e sul-americanos. No quadro de uma crescente globalização das relações económicas políticas e sociais, algumas projecções que se fazem sobre a evolução do contexto migratório internacional apontam para uma forte probabilidade de continuidade deste cenário. A relação entre a temática da globalização, hoje largamente debatida nas ciências sociais, e as migrações internacionais necessita ainda de uma maior e mais ampla discussão. Sendo estas últimas simultaneamente causa e consequência da primeira, interessaria saber até que ponto, para além de uma maior ou menor intensificação no seu volume, as migrações internacionais conheceram alterações na sua própria natureza, ou seja, em termos de composição e ciclos migratórios. É igualmente importante salientar que algumas das principais imagens invocadas quando

discutimos a questão migratória são também o resultado de uma leitura enviesada sobre o fenómeno. O próprio número de migrantes internacionais usualmente mencionado

⁴ é exemplo do cuidado imprescindível na forma como temos de abordar o fenómeno. Uma simples decomposição desse número revela uma realidade global em que as migrações internacionais com origem nos países menos industrializados em direcção aos países mais industrializados representa menos de metade dessa contagem.

As estratégias individuais focadas em movimentos pendulares entre países de origem e de destino, os percursos migratórios, com estadias mais ou menos curtas em um ou mais países, as redes familiares e sociais que estendem as possibilidades migratórias, são traços que apontam num mesmo sentido, ou seja, a multiplicidade de variáveis envolvidas no fenómeno migratório e a consequente necessidade de um cada vez maior esforço interdisciplinar na sua análise.

Historicamente podemos situar uma primeira tentativa de encontrar regularidades e estabelecer leis sobre os movimentos populacionais em 1885. Ernest Ravenstein, no seguimento de pesquisas empíricas sobre a mobilidade em Inglaterra, apresentou um conjunto de proposições que estabelecem a teoria da “migração por passos sucessivos”, que tiveram uma aceitação duradoura entre os estudiosos da vida urbana (Rocha-Trindade, 2007). Há que sublinhar a importância destas “leis da imigração” propostas por Ravenstein. A proposta deste autor está na base de todos os modelos modernos que baseiam as suas análises em modelos *push-pull* (“atração” – “repulsão”) que agrupam as principais instâncias instigadoras das migrações em factores motivadores nas sociedades de origem, de repulsão (e que, portanto, impelem o indivíduo a deslocar-se); e factores de atracção nas sociedades receptoras (neste caso, forças que exercem sobre os indivíduos um ‘efeito de chamada’). Ravenstein publicou dois textos sobre o que chamou de “leis das migrações”. Nestes textos o autor apresenta uma análise empírica pormenorizada sobre os fenómenos migratórios, a partir da qual deduz as seguintes leis:

“A maioria dos migrantes apenas percorre uma curta distância, e as ‘correntes de migração’ dirigem-se para os centros de comércio e da indústria; o processo de atracção para uma cidade em rápido crescimento começa pelas suas zonas circundantes, e estende-se gradualmente para as suas periferias; o processo de

⁴ Vd. *Relatório de Desenvolvimento Humano*, 2009, p. 2.

dispersão ocorre de modo inverso ao de atracção; cada corrente principal de migração produz uma contra-corrente compensadora; os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio da indústria; os nativos das cidades são menos migratórios do que os das zonas rurais; as mulheres são mais migratórias do que os homens.”

(Ravenstein *in* Peixoto, 2004: 4)

Na abordagem ao trabalho de Ravenstein, em concreto aos enunciados que este propôs em 1889, Lee (1969: 283) resume aqueles sete enunciados a cinco, e acrescenta-lhes outros dois que considerava estarem ausentes da formulação original: o aumento da migração como consequência do progresso tecnológico (*e.g.* desenvolvimento dos meios de locomoção, indústria e comércio); e a predominância dos factores económicos e das condições objectivas de vida dos indivíduos como principais motivadores da experiência migratória. Podemos admitir, no entanto, que a acusação de “positivismo” do autor é discutível (Peixoto, 2004: 4). No texto de 1889 Ravenstein escreve: “Estou perfeitamente consciente de que as nossas leis da população, e as leis económicas em geral, não têm a rigidez das leis físicas, porque estão continuamente sob a interferência da acção humana (*human agency*)” (*Ibidem*). De outro ponto de vista, e igualmente a favor do autor, encontra-se o facto de, e não obstante o carácter aparentemente “avulso” das leis apresentadas, estas têm subjacente uma linha teórica coerente. Falamos em concreto do facto de o fenómeno migratório ser analisada como resultado do capitalismo e dos fenómenos que lhes estão associados, nomeadamente a crescente industrialização, urbanização e mobilidade populacional. Reforçando a ideia de uma relativa actualidade de alguns momentos dos textos de Ravenstein está o facto de serem também neles referidas e discutidas várias ideias e conceitos que continuam hoje a ser debatidos: as classificações de migrantes (temporários, de curta e média distância, entre outros); migrações por etapas; regiões de atracção e repulsão; efeito da distância; contra-correntes, acção de estímulos económicos, entre outros (Peixoto, 2004: 5) Pese embora o elevado número de estudos existentes sobre esta vasta temática foi também possível constatar que a maioria dos enquadramentos explicativos avançados para o fenómeno das migrações assenta numa fundamentação de ordem económica (Peixoto, 2004). Apesar das críticas, alguns autores referem que este modelo mantém pertinência ao destacar na análise variáveis bastante úteis para a compreensão da dimensão macro dos

fenómenos migratórios, ou seja, contemplam as condições ambientais, económicas, sociais ou políticas que, nos pontos de partida e chegada, favorecem a formação e durabilidade de determinadas correntes migratórias. É também certo que outras perspectivas defenderiam que a existência de regiões (ou países) com características económicas significativamente desiguais corresponde a um fenómeno que pode ser lido de uma forma mais “estrutural”. Daí esta abordagem clássica ao fenómeno migratório, assente numa polaridade “atração – repulsão”, ter sido alvo de várias críticas, nomeadamente uma alegada negligência de toda a problemática inerente ao processo de decisão de migrar, e de uma sobrevalorização dos factores de ordem estrutural (factores de natureza económica e política). No entanto, dado o facto do tema das migrações interessar a um número vasto de especialistas de áreas tão distintas, as perspectivas teóricas avançadas são inúmeras e nem sempre coadunáveis. Esta ideia, a de ausência de uma teoria geral das migrações, pode ser melhor ilustrada recorrendo a Jansen⁵:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante.

(Jansen, 1969: 60)

No entanto, e segundo Peixoto (2004), as desvantagens da inexistência de um campo de análise do fenómeno migratório consolidado em torno de uma área disciplinar

⁵ Cf. Jansen, 1969.

delimitada, representam igualmente, numa outra perspectiva, uma riqueza interpretativa decorrente da interdisciplinaridade dominante.

Relativamente ao espaço cujas dinâmicas laborais e populacionais que genericamente nos interessa compreender no âmbito deste trabalho, Robin⁶ (1994), identifica, no contexto da União Europeia (UE), três realidades migratórias distintas no tempo e no espaço. Assim, a autora refere uma zona de acolhimento tradicional, que inclui a França e o Reino Unido; um “espaço singular”, constituído pela Alemanha, que é caracterizada por uma imigração oriunda sobretudo da Europa de leste e do próximo/médio oriente; e um espaço instável em mutação e construção, formado pela Itália e Península Ibérica, solicitadas por novas imigrações africanas e asiáticas. Esta última realidade é palco tanto de uma imigração directa como de migrações de passagem, assistindo-se aqui a dois movimentos: um de sentido norte-sul, ou seja de França para Itália; e um segundo de sentido este-oeste, designadamente da Itália para a península Ibérica. Segundo Robin (1994), esta última ter-se-á tornado a porta de entrada para parte das migrações da África ocidental na UE.

1.2 Dinâmicas migratórias e contextos de recepção

A imigração estatisticamente relevante em Portugal é um fenómeno relativamente recente, como tem sido aliás sublinhado por diferentes autores (Baganha, 1997, Malheiros, 1996, *inter alia*). Em Portugal, por volta dos anos 60, há um primeiro momento de viragem. Na sequência imediata da mudança de regime de Abril de 1974 e da descolonização, milhares de portugueses residentes nas ex-colónias regressaram imprimindo à demografia portuguesa a mais abrupta transformação da sua história (Pires, 1987). Todavia, será apenas a partir de meados de 80 que a imigração para Portugal ganha uma nova expressão. Essa imigração consolida-se no caso cabo-verdiano e alarga-se aos restantes *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa* (PALOP), especialmente Angola e Guiné-Bissau. Nos anos 90, como é salientado por Rocha Trindade (1995), para além dos fluxos tradicionais conhecem-se novas realidades migratórias, protagonizadas primeiro pela imigração brasileira, que até então não se tinha revelado particularmente significativa, e depois pela imigração proveniente dos países da Europa de leste. Relativamente à imigração de origem

⁶ Citado por Machado 1997.

asiática, observamos principalmente a chegada de novos fluxos de origem chinesa, indiana e paquistanesa durante a década de 90 e de origem distinta das populações de origem asiática que tinham migrado para Portugal após a descolonização via Moçambique. Existem ainda percursos circulares de ida e volta entre Portugal e outros países, que não têm uma sazonalidade definida, mas que atendem a estratégias quer de trabalho, quer de oportunidades de duração limitada (Machado, 1997). Com o Acordo de Schengen, em 1993, e com a sua entrada em vigor em 1995, Portugal transforma-se visivelmente num país receptor de imigração. Os crescimentos mais importantes acontecem nos períodos de regularização extraordinários (1992, 1996 e 2001). Mas a passagem de um país de emigração para um país onde o número de imigrantes aumenta de maneira evidente não foi um processo simples. Os equívocos conceptuais foram continuados tanto nos meios de comunicação como nos domínios político e institucional. Por exemplo, a questão da linguagem reflectia-se em instâncias menos complexas e já na década de 90 as palavras “imigrante” e “emigrante” continuavam a ser sinónimos para segmentos da população com menos habilitações (Guibentif, 1991). Em meados da década de 90 tem também início a criação de instituições públicas e legislação especificamente orientadas para o relacionamento com estes novos contingentes. Em 1996 é criada a primeira instância pública com responsabilidades específicas no âmbito das migrações e minorias étnicas. O Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas é instituído pelo Decreto-Lei nº 3-A/96 no início da VII Legislatura. Mas será apenas em 1999 que é aprovado o primeiro enquadramento jurídico particular com o objectivo de regulamentar a “discriminação no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica”. Embora a Constituição da República Portuguesa inclua no art.º 13 a proibição de qualquer tipo de discriminação, racial ou nacional, é somente em 1999 que essa questão é transportada para o interior da Assembleia Legislativa. É também na década de 90 que aparecem os primeiros trabalhos científicos sobre a temática da imigração e sobre as populações que a representam⁷.

Rocha Trindade (1995: 197-206) analisa as dinâmicas migratórias portuguesas de acordo com três momentos. Em primeiro lugar a autora aborda um longo período que tem início no ciclo protagonizado pelas populações que viriam a formar a base do

⁷ *Vd.*, por exemplo, Bastos, 1990; Machado, 1992, 1994; Ávila e Alves, 1993; Baganha 1996; Malheiros 1996; Saint-Maurice, 1997; Marques, 1999.

território português, passando pela expansão marítima estendendo-se até ao momento de perda do mundo colonial. Num segundo momento, a autora analisa uma primeira vaga migratória contemporânea ligada aos diferentes momentos de ruptura do colonialismo português e consequente autonomização dos territórios na Ásia e África. O quadro das alterações do actual panorama nacional é completado sobretudo com a chegada de trabalhadores das antigas repúblicas socialistas, sendo a população ucraniana a que assume maior expressão em Portugal.

Há ainda indicações relativas à utilização de Portugal como plataforma de passagem para outros destinos. Se é verdade que algumas famílias optam por se fixar em Portugal, é também verdade que existem famílias que decidiram partir para outros países dentro do espaço europeu.

O quadro da imigração em Portugal é preenchido por uma variedade de fluxos e proveniências que representam diferentes redes sociais, e, portanto, diferentes recursos mobilizáveis, que reflectem uma realidade global em transformação. Foram várias as vagas que contribuíram para a diversificação da paisagem migratória portuguesa: a imigração pouco qualificada proveniente das ex-colónias; os pequenos e médios comerciantes de ascendência indiana provenientes de Moçambique; os quadros de empresas e profissionais qualificados provenientes do Brasil no início da década de 90; as populações provenientes do Leste Europeu; a nova imigração brasileira, entre outros. O quadro seguinte dá-nos conta da evolução do número absoluto de imigrantes em Portugal desde o início dos anos 80.

Quadro 1: Crescimento da População Imigrante em Portugal (1980-2008)

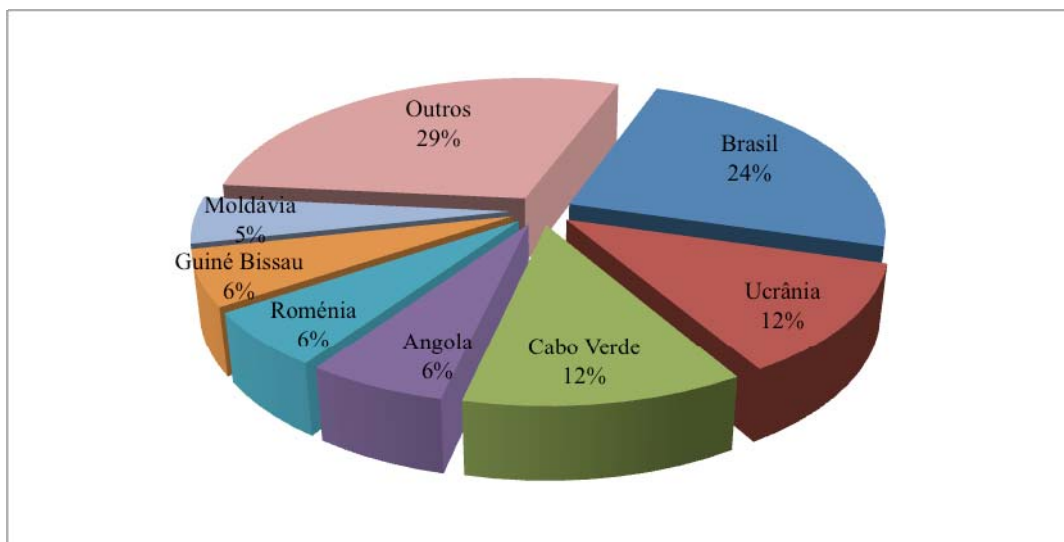
| Ano | Total da população Estrangeira em Portugal | Crescimento percentual |
|-------------------|---------------------------------------------------|-------------------------------|
| 1980 | 50 750 | |
| 1981 | 54 514 | 7.22 |
| 1982 | 58 674 | 7.82 |
| 1983 | 67 484 | 15.01 |
| 1984 | 73 365 | 8.71 |
| 1985 | 79 594 | 8.49 |
| 1986 | 86 982 | 9.28 |
| 1987 | 89 778 | 3.21 |
| 1988 | 94 694 | 5.47 |
| 1989 | 101 011 | 6.67 |
| 1990 | 107 767 | 6.68 |
| 1991 | 113 978 | 5.76 |
| 1992 | 123 612 | 8.45 |
| 1993 | 136 932 | 10.77 |
| 1994 | 157 073 | 14.70 |
| 1995 | 168 316 | 7.15 |
| 1996 | 172 912 | 2.73 |
| 1997 | 175 263 | 1.35 |
| 1998 | 178 137 | 1.63 |
| 1999 | 191 143 | 7.30 |
| 2000 | 207 607 | 8.61 |
| 2001 | 350 898 | 69.02 |
| 2002 | 413 487 | 17.84 |
| 2003 | 433 650 | 4.87 |
| 2004 | 447 155 | 3.11 |
| 2005 | 414 659 | -7.27 |
| 2006 | 420 189 | 1.33 |
| 2007 | 435 736 | 3.70 |
| 2008 ⁸ | 440 277 | 1.04 |

Fonte: <http://www.sef.pt> (Com tratamento próprio).

⁸ Dados Provisórios. Doravante, sempre que os dados referidos forem referenciados como os mais recentes disponíveis estaremos a citar os dados de 2008 do SEF, que são, por sua vez, dados provisórios.

Em matéria de populações mais representativas, e de acordo com os dados mais recentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a nacionalidade estrangeira mais relevante em Portugal é a brasileira com cerca de 106 961 residentes legalizados que representam cerca de 1% do total da população portuguesa.

Gráfico 1: População estrangeira residente em Portugal (%)



Fonte: SEF, 2008: 27.

Relativamente às nacionalidades que elegemos como objecto de trabalho é importante sublinhar que quer a Ucraniana quer a Cabo-Verdiana representam as duas nacionalidades que se seguem à brasileira em matéria de relevância estatística: Cabo Verde com 51 353 cidadãos estrangeiros registados, e Ucrânia com 52 494.

1.3 Os migrantes num mercado de trabalho globalizado: trabalhadores da construção civil e do trabalho doméstico

Em Abril de 2008, Roberto Carneiro escrevia que “as migrações no mundo são esmagadoramente laborais e na sua maioria determinadas por razões económicas” (Carneiro, 2008: 2). Porém, a importância global da imigração para os mercados de trabalho globais não parece reflectir-se numa maior vigilância ou respeito pelos direitos dos trabalhadores imigrantes independentemente de outras variáveis, como, por exemplo, o estatuto legal, a nacionalidade, o segmento do mercado de trabalho em que se encontram, etc. A importância desta questão é confirmada pela Convenção Internacional sobre a protecção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e

dos Membros das suas Famílias, promovida através dos esforços conjugados de três organismos das Nações Unidas, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e de dez ONG que se dedicam à protecção dos direitos dos trabalhadores migrantes, e que elegeram como principal objectivo a protecção dos trabalhadores migrantes, cujos direitos parecem ser negados e/ou particularmente susceptíveis de serem desrespeitados. A sua entrada em vigor assinala um marco importante não só no que respeita a uma desejada cooperação internacional na temática das migrações, como também no alargamento da luta pela protecção internacional dos direitos humanos. Apesar da relevância formal do documento e da utilidade simbólica do mesmo, Portugal não é ainda um dos signatários.

Em Portugal os imigrantes laborais concentram-se sobretudo em sectores como o da construção civil, trabalho doméstico, comércio a retalho e em outros ramos de actividade, mas em particular nos segmentos menos qualificados do mercado de trabalho, representando hoje entre 6 a 7% da mão-de-obra nacional (Peixoto, 2008). Do ponto de vista regional e local, os níveis de etnicização dos mercados de trabalho são também diferenciados. Se, por um lado, o Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa (AML) concentram grande parte dos trabalhadores estrangeiros, por outro lado é também verdade que se tem observado nos últimos anos uma tendência de maior dispersão geográfica das populações imigrantes. Em consequência dessa maior dispersão têm emergido novas formas de inserção profissional em ramos de actividade que anteriormente eram caracterizados pela quase ausência de imigrantes (*e.g.*, “agricultura”, “extracção de inertes”, “indústrias de calçado” e “cutelaria”), em particular nas áreas contíguas à AML, Regiões Oeste e Ribatejo, Alentejo e Litoral Norte. As estatísticas relativas ao número de trabalhadores migrantes têm vindo a confirmar também que existe um maior número de imigrantes europeus a ocupar lugares em segmentos e posições mais qualificadas⁹. Os dados mostram igualmente que os imigrantes dos PALOP e do leste europeu trabalham principalmente no sector da construção civil (14,8%), hotelaria e restauração (11,7%) e nos serviços (9,6%), sendo importante sublinhar que estes últimos têm uma forte presença nos sectores da agricultura, silvicultura, caça e pesca e nas indústrias extractivas e transformadoras, (Carneiro *et al.*, 2006). Para o nosso trabalho interessa compreender especificamente as dinâmicas de dois sectores de actividade— construção civil e trabalho doméstico.

⁹ *Vd.* Wall et al, 2006: 2.

De acordo com a Classificação Nacional das Profissões¹⁰ (CNP), os trabalhadores da construção civil que entrevistámos estão enquadrados no “Grande Grupo 9” que designa, genericamente, todos os “Trabalhadores Não Qualificados”. No nosso caso interessa-nos concretamente o “subgrupo 9.3” que distingue “Trabalhadores não qualificados das minas, da construção civil e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes”, e em particular a referência 9.3.1.2.05 que discrimina “Servente – Construção Civil e Obras Públicas”¹¹. À semelhança do que acontece noutros países, esta indústria tem uma importância significativa no conjunto da economia nacional. O sector da construção civil e das obras públicas é um sector muito diferenciado dos outros sectores de actividade, quer em termos produtivos, quer em termos de mercado de trabalho (Baganha et al. 2002: 2). Falamos, portanto, de um sector que apresenta uma cadeia de valor muito extensa, porque recorre a uma ampla rede de conhecimentos, sendo certo que é um dos maiores sectores de emprego para a mão-de-obra imigrante em Portugal (Baganha *et al.*, 1999: 147).

Em termos da distribuição da mão-de-obra neste sector, assistiu-se a um aumento do número de pequenas empresas que passaram a funcionar como subempreiteiras (ou subcontratadas) de grandes empresas. Também as crescentes necessidades de mão-de-obra implicaram um processo de novos recrutamentos de pessoal não qualificado ou semi-qualificado, sobretudo por parte de pequenas e médias empresas (PME). O recrutamento faz-se sobretudo no mercado informal com condições salariais muito inconstantes (inconstância esta que é igualmente extensível ao conjunto de remunerações sociais), mas que, ainda assim, consegue captar um conjunto diversificado de trabalhadores, tanto nacionais como migrantes. Os protagonistas deste segmento fazem parte tanto dos contingentes que representam os tradicionais países fornecedores de mão-de-obra para o mercado de trabalho

¹⁰ Classificação Nacional das Profissões, Grupo Base 9.1.3.1 – Pessoal de limpeza de casas particulares e trabalhadores similares.

¹¹ No CNP, estas funções são descritas da seguinte forma: “Efectua tarefas de remoção, transporte e aplicação de materiais utilizando ferramentas manuais ou equipamento mecânico de baixa tonelagem e/ou capacidade: escava, remove e transporta terras utilizando meios manuais ou mecânicos; descarrega, carrega e transporta materiais e argamassas de acordo com as necessidades da obra; confecciona argamassas, amassando os materiais adequados com pá ou alimentando a betoneira; limpa e lava os locais de trabalho a fim de remover entulho e desperdícios. Por vezes auxilia os trabalhadores qualificados da construção civil e obras públicas, nomeadamente, a montar e retirar moldes de madeira das cofragens, desmontar e preparar a pedra nas obras e assentar pedras, areia e outros materiais, percutindo-os com maços ou outros dispositivos apropriados. Pode manobrar equipamento diverso de baixa tonelagem e/ou capacidade nomeadamente, *dumpers*, guinchos, montacargas e betoneiras.

português (PALOP), como dos países mais recentes no mercado de trabalho global (países do leste europeu)¹².

A análise da inserção laboral dos imigrantes em Portugal levada a cabo no final dos anos 90 por um grupo de investigadores coordenado por Baganha, Ferrão e Malheiros demonstrou uma concentração muito significativa da população imigrante activa neste segmento do mercado de trabalho. De acordo com os autores, este sector seria o principal integrador da mão-de-obra imigrante, sendo que “(...) mais relevante se torna se tivermos em conta o problema específico do trabalho informal, não apenas pelo grande número de estrangeiros envolvidos em certas actividades económicas, como também pelo alto grau de vulnerabilidade deste tipo de trabalho” (Baganha *et al.* 1999: 147).

Até recentemente, as grandes obras públicas que tiveram lugar em Portugal, entre elas a Construção da Ponte Vasco da Gama, a requalificação de parte da zona oriental para a Exposição de 1998 e a construção dos estádios para o Campeonato Europeu de Futebol de 2004, foram responsáveis por uma constante necessidade de mão-de-obra e, conseqüentemente, de uma maior presença de imigrantes não apenas oriundos dos PALOP (sobretudo, de Cabo Verde¹³), mas também provenientes dos países do Leste Europeu, nomeadamente da Ucrânia, Roménia e Moldávia¹⁴.

Importa identificar uma distinção significativa relativamente aos imigrantes dos PALOP e à divisão do trabalho com base no género dentro deste grupo. Os homens estão, como já vimos, representados principalmente no sector da construção civil; as mulheres, por seu lado, trabalham principalmente no sector das limpezas incluído nos serviços domésticos (Wall *et al.*, 2006: 3). É sobre este sector, em grande medida ‘invisível’, mas central para o nosso estudo, que nos debruçaremos de seguida. Trata-se do trabalho doméstico em casas particulares, incluindo o apoio a idosos e a crianças. A referência ao trabalho doméstico e à evidente concentração de mulheres imigrantes nesse sector tem sido bastante marcante no âmbito do estudo das migrações. Vários autores¹⁵ têm abordado esta temática, sendo comum a todos eles a referência a uma forte presença de mulheres imigrantes no sector do trabalho doméstico em Portugal.

¹² *Vd.* Baganha *et al.* (1999).

¹³ *Vd.* Baganha *et al.* (2002).

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ Peixoto, 2006; Machado, 2008; Blétière, 2007, 2008, 2009; Pereira e Vasconcelos 2007.

O processo de globalização e as alterações nas políticas de emprego e bem-estar tem vindo a contribuir para a criação de nichos de mercado com uma crescente procura de mão-de-obra feminina, como o serviço doméstico, assistência a crianças e idosos, e indústria do sexo. De acordo com a CNP, as trabalhadoras domésticas estão enquadradas igualmente no “Grande Grupo 9” (“Trabalhadores Não Qualificados”), mais em concreto no “grupo base 9.1.3.1” (“Pessoal de limpeza de casas particulares e trabalhadores similares”)¹⁶. Neste grupo, são ainda incluídas as empregadas de limpeza industrial, comumente designadas por “auxiliares de limpeza” ou “servente de limpeza”.

Segundo Moya (2007), são vários os factores que explicam a feminização do trabalho doméstico ao longo dos últimos dois séculos. Por um lado, as novas oportunidades de trabalho criadas pela revolução industrial em larga medida ocupadas pelos homens deixando assim um “vazio” no sector doméstico que foi preenchido por mulheres. Por outro lado, com a transformação das estruturas sociais e a consequente “*burguesificação*” da sociedade criaram-se novas necessidades e, portanto, novas oportunidades de trabalho nesta esfera. Da mesma forma, as transformações económicas e sociais associadas ao capitalismo da era pós-industrial contribuíram para a alteração da dinâmica do trabalho, tendo vindo progressivamente a substituir as formas de escravatura por relações laborais contratuais. O trabalho doméstico não é excepção. A imagem que subsistia em relação às empregadas domésticas enquanto “membros” do agregado familiar nas sociedades patriarcais, nomeadamente nas classes sociais mais favorecidas, foi-se modificando (Blétière, 2008). Com a globalização o trabalho doméstico deixou de ser um privilégio material de grupos sociais mais afluentes para passar a ser enquadrado como condição necessária para o bem-estar e uma necessidade no universo das famílias de classe média (Moya, 2007: 559). As transformações económicas e sociais associadas à globalização contribuíram para a alteração do contexto de externalização do trabalho doméstico, transitando de um contexto de recrutamento interno para trabalho doméstico, junto das classes mais baixas, para um contexto internacional, recorrendo a mulheres imigrantes. Estes novos hábitos derivam, essencialmente, do processo de passagem da condição de ‘mulher doméstica’ para a condição de se encontrar inserida num campo predominantemente masculino, o

¹⁶ No CNP, as funções são descritas da seguinte forma: “Limpa e arruma as dependências de casas particulares, confecciona refeições e executa outras tarefas domésticas: varre, lava, encera e limpa soalhos, revestimentos do chão, paredes e janelas; limpa e encera móveis e outros objectos de decoração; muda roupas e faz camas; prepara os alimentos destinados às refeições, cozinha-os ou ajuda na sua preparação; põe a mesa, serve as refeições e lava a loiça; lava, cose, engoma e arruma a roupa; executa tarefas relativas ao trabalho doméstico, como atender o telefone, a porta e comprar mantimentos. Por vezes toma conta de crianças.”

mercado de trabalho. Esta alteração produz, inevitavelmente, efeitos ao nível da família, dos papéis sociais, da economia, entre outras esferas.

À semelhança do que tem vindo a acontecer noutros países europeus, Portugal tem assistido, no sector do trabalho doméstico, a uma progressiva substituição de mulheres autóctones por mulheres ligadas às diferentes vagas de imigração. Este sector, maioritariamente feminino, regista, contudo, no universo de género algumas excepções à regra, designadamente alguns trabalhadores homens presentes nos serviços de limpeza industrial¹⁷. Tanto para as mulheres oriundas dos PALOP como para as imigrantes dos países do Leste da Europa, a principal actividade profissional é a de “trabalhadoras não qualificadas dos serviços e comércio” que inclui o serviço doméstico a particulares e de limpezas em empresas (49,5 e 31,7% respectivamente, de acordo com os Censos [2001]).

Focando-se nos principais grupos migrantes representados em Portugal, Wall *et al.* (2006), descrevem a história da imigração feminina em Portugal, referindo-se às principais características dos principais percursos sociais e profissionais. Entre as dificuldades mencionadas pelos autores, estão as condições de trabalho precárias e o longo processo de legalização, em muitos casos devido a irregularidades ou ausência de contrato de trabalho. Segundo o *Relatório de Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Forçado – Estudo de Casos e Respostas de Portugal* (Pereira e Vasconcelos, 2007), a inserção no mercado de trabalho, em particular no sector do trabalho doméstico, faz-se maioritariamente por meios próprios, nomeadamente através de “contactos informais ou agências temporárias de emprego, sendo posteriormente que se vêem envolvidas em relações laborais abusivas” (Pereira e Vasconcelos, 2007: 43).

Segundo o mesmo relatório¹⁸, e à semelhança do que encontramos na literatura internacional, existem várias formas de exploração neste sector: os baixos salários e a precariedade das relações laborais; o não pagamento de salários e a dificuldade na sua reivindicação associada, por um lado, à dificuldade em comprovar a existência de uma relação laboral quando não existe contrato de trabalho e, por outro lado, à forma de pagamento, dado que, em muitos casos, os pagamentos são feitos em numerário; são também comuns situações em que as trabalhadoras percebem apenas tardiamente que os contratos que assinaram estipulam um salário inferior ao valor acordado verbalmente. É

¹⁷ Cf. projecto “Trabalho doméstico e trabalhadores domésticos: perspectivas interdisciplinares e comparadas” financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, REF: PTDC/JUR/65622/2006.

¹⁸ *Ibidem.*

importante referir que esta realidade não é exclusiva, como nos revelou também a nossa pesquisa de terreno, das mulheres imigrantes com menos tempo de residência. As designadas segundas gerações de mulheres de ascendência imigrante que se encontram em posições estruturais mais vulneráveis, sobretudo com baixos índices de alfabetização, fazem igualmente parte da caracterização deste sector – falamos neste caso da descendência das populações imigrantes com maior tempo de residência no país e que são maioritariamente originárias dos PALOP.

A discriminação com base na pertença étnica é também referida neste relatório¹⁹ como sendo um dos principais problemas que afecta as trabalhadoras domésticas, uma vez que as “famílias tendem a preferir empregadas domésticas do Leste da Europa ou brasileiras, em detrimento das africanas” (Pereira e Vasconcelos, 2007: 41). Estes dados parecem mostrar que, mais do que a diferença cultural, é o elemento fenotípico que parece condicionar as sociabilidades possíveis neste segmento do mercado de trabalho. E mais do que isso, a cor da pele determina ou pode determinar o acesso a oportunidades no mercado de trabalho.

O sector do trabalho doméstico é também um sector marcado pela informalidade tanto ao nível das relações laborais como ao nível da relação dos trabalhadores com o Estado. Esse factor, a informalidade, restringe em muitas situações, a opção da trabalhadora em fazer ou não fazer as contribuições para a Segurança Social. Não obstante, Pereira e Vasconcelos (2007), afirmam que em muitas situações são os próprios empregadores que recusam fazer os pagamentos à Segurança Social contra a vontade das trabalhadoras, facto especialmente problemático num contexto em que as mesmas contribuições podem influenciar o processo de regularização. Outras situações reveladas pelo mesmo relatório²⁰ referem ainda a existência de casos mais graves que poderão ser considerados trabalho forçado. Estas acontecem em particular com empregadas internas, e passam pela “retenção de passaporte, nomeadamente sob o pretexto de ser necessário para a regularização da empregada, o aprisionamento no local de trabalho, e o controlo de movimentos e de contactos com o exterior” (Pereira e Vasconcelos, 2007: 42). Neste contexto, a prestação de serviços domésticos é uma área de trabalho que pode com alguma facilidade ser marginalizada como consequência de uma percepção que divide a sociedade em duas esferas: uma pública e uma outra privada. Enquanto a esfera pública inclui as actividades produtivas atribuídas ao homem e é estruturada por relações contratuais, a

¹⁹ *Ibidem.*

²⁰ *Ibidem.*

esfera privada, estruturada por laços afectivos e emocionais, inclui as actividades reprodutivas levadas a cabo pelas mulheres. Assim, a divisão do trabalho e os próprios espaços em que este é realizado podem ser marcados pelo género e pelo tipo de relações que aí se podem desenvolver. É importante referir que os papéis de género se tornam fundamentais para compreender a ordem económica e social, mas também é certo que, e como afirma Lígia Amâncio, “o género, aplicado às mulheres, aos homens, ou mesmo às relações entre eles, é incapaz de dar conta da complexidade das situações em que outras pertenças confluem, como a classe, a cor da pele, a etnia, a religião ou a orientação sexual simplesmente porque ele não é um atributo dos indivíduos concretos, mas um saber da sociedade” (Amâncio, 2003: 706). Deste modo, entendemos que a análise do trabalho doméstico deverá ser integrada no estudo da divisão sexual do trabalho, estruturada pelas relações sociais, enquanto forma de produção e reprodução dos papéis de género, tendo em conta que o género, enquanto categoria, não assume o mesmo significado em todos os contextos sociais, sendo redefinido não só, mas também pela cultura, etnia, classe e religião (*vd.* Rubio, 2003).

O trabalho que desenvolvemos aponta em concreto no sentido de uma causalidade multilocalizada e pretende, portanto, observar que tipos de factores condicionam os indivíduos na construção das suas redes sociais, dentro das quais as associações são ‘nós’ centrais. Simultaneamente é fundamental compreendermos de que modo diferentes redes, pessoais e colectivas, influenciam as trajectórias sociais dos imigrantes, e em particular, como os princípios da economia solidária, por via do patamar de dinamização de sociabilidades representados pela dimensão associativa, podem ser centrais no acesso a informação e recursos por parte dos imigrantes, em particular em sectores onde a precariedade e a vulnerabilidade são mais evidentes.

De seguida tentaremos clarificar a nossa posição relativamente universo conceptual da Economia Solidária e ao conjunto de propostas e de conceitos que foram suas precursoras. No sentido em que cruzamos duas áreas disciplinares distintas, mas, defendemos, absolutamente complementares, entendemos que a discussão dos conceitos centrais deve resultar inequívoca e será esse, portanto, o objectivo principal do capítulo seguinte.

2. UMA APROXIMAÇÃO *SOLIDÁRIA* AO TEMA DAS MIGRAÇÕES: O CONTRIBUTO DA ECONOMIA *SOLIDÁRIA*

O debate actual em torno da temática economia solidária é plural. E, apesar de alguns avanços importantes e recentes no seu quadro conceptual e no seu tratamento, é verdade que ainda hoje pode permanecer para muitos como um conceito difuso e sujeito a diferentes olhares. O presente capítulo analisa as questões relativas ao conceito de economia solidária, numa abordagem histórica, procurando ultrapassar as confusões terminológicas que têm sido associadas a este conceito. Pretendemos por isso, definir as principais características e fundamentos deste conceito, espreitando as suas influências e raízes históricas.

No âmbito do trabalho que nos encontramos a desenvolver, e que implica discutir condições sociais e estatutos formais vulneráveis e precários, pensamos ser fundamental olhar para os contextos históricos na origem dos ideais precursores da economia solidária. Nesta linha, torna-se importante uma releitura, ainda que breve, da história e da influência da economia social, reconhecendo e compreendendo que o seu papel é indissociável dos contornos actuais da economia solidária. Seguiremos, explanando as contribuições de autores que procuraram destacar a importância da economia solidária num contexto ligado às questões sociais, segundo as três versões da mesma, a saber, a Francófona, Ibero-americana e a versão da Macaronésia. Efectivamente, impõe-se reflectir sobre as suas dinâmicas, num tempo em que não se deixa de assumir a continuidade da crise do Estado-providência, em que a procura de soluções alternativas se torna premente.

2.1 Economia social: génese de um conceito pioneiro

Ao revisitar a história encontramos as primeiras grandes experiências da economia social, pensadas por homens que lutaram e acreditaram em sociedades mais justas e organizadas. No início do século XIX, em New Lanark na Escócia, Robert Owen (Faria, 1976) perante as injustiças e os exemplos de desumanidade presentes no arranque da industrialização, com o cortejo de violação dos direitos humanos no trabalho, a exploração infantil, a degradação salarial, a ausência de apoios aos trabalhadores desempregados, a carência de seguros sociais, a falta de condições de higiene e de acompanhamento médico, propõe uma política social protectora para os trabalhadores

da sua própria empresa, a um nível local, e a nível nacional, a proibição de emprego a crianças com menos de 10 anos de idade, limitando o trabalho infantil a 10 horas por dia²¹. Estas reformas sociais foram aplicadas pelo próprio nas suas fábricas de tecelagem, sendo considerado o precursor de um novo modelo urbano (a aldeia auto-suficiente), onde a questão social era central na organização.

Os projectos de Robert Owen considerados pioneiros para a sua época, não foram bem aceites pelos grandes proprietários e industriais ingleses, e decide implementar em 1824 os seus ideais nos EUA, criando uma comunidade conhecida por New Harmony, com a finalidade de garantir a harmonia entre a sociedade e a natureza. Esta experiência não obteve grande êxito, e regressou alguns anos mais tarde para Inglaterra, liderando um importante movimento sindical, pregando e incentivando a criação de cooperativas.

Na mesma época Charles Fourier²², numa crítica à organização económica e social do seu tempo, defende a criação de um novo modelo social baseado na cidade do *garantismo*²³ (Castro, 2005: 13). Nesta primeira fase Fourier desenha o modelo da cidade concêntrica, também auto-sustentável, integrando coroas circulares distintas, entre a administrativa (no centro), a industrial (primeira coroa) e a da agricultura (segunda coroa). Este modelo assentava na ideia de uma união de esforços para alcançar um estado de harmonia universal, concretizado através da ocorrência de sete períodos históricos²⁴. Fourier estava plenamente convencido de que a organização da sociedade em mutualidades e associações profissionais permitiria aos cidadãos não ficarem isolados assim como uma melhor aceitação e cumprimento das regras colectivas. Este

²¹ “Com a crise em 1815, Owen, que até então se contentara em levar a cabo experiências nas suas próprias fábricas (...) decidiu avançar para a propaganda dos seus princípios e realidades, num período pós guerra, de desesperante confusão, em que se processava a exploração intensa daqueles que conseguiam trabalho através do aumento do número de horas de trabalho e do decréscimo dos salários, em que milhões de potenciais trabalhadores não conseguiam arranjar emprego...” Uma das frentes onde intervêm activamente é no processo de regulamentação do trabalho nas fábricas. Só em 1815 é que o problema da situação das crianças nas fábricas é de novo apresentado à opinião pública e levado a instâncias parlamentares, sendo desta vez, porta voz das injustiças do tratamento infantil (...) O depoimento de Owen condena em absoluto a exploração do trabalho infantil, considerando revoltantes as horas de trabalho a que as crianças eram normalmente submetidas e considerando ainda excessivas as horas que trabalham em New Lanark (...) (Faria, 1976: 188).

²² Charles Fourier (1772-1837).

²³ Termo jurídico actualmente usado com um significado muito próximo de “Estou protegido (garantido), pois está na lei (escrito/positivado)”.

²⁴ Estes sete períodos históricos seriam criados através de um sistema de regras de harmonia e unidade, com o estabelecimento do aspecto das fachadas das casas, dos telhados, a sua composição, bem como, o estabelecimento da largura das ruas e passeios e altura das construções das casas. No sétimo período, com a conquista da harmonia universal, a população residiria no Falanstério que funcionava como uma infra-estrutura unitária de habitação (Castro, 2005: 13).

edifício comunitário daria para habitação colectiva de 1620 pessoas, não se reconhecendo o núcleo de família como organizador, mas apenas as faixas etárias entre idosos, adultos produtivos e crianças.

Ainda em 1844, em Inglaterra, nos arredores de Manchester, surgem os chamados pioneiros de *Rochdale*, organizados de forma cooperativa nas suas actividades económicas quotidianas, criando primeiro uma cooperativa de consumo, e mais tarde uma cooperativa de construção de habitação e uma outra de produção. Estabeleceram como princípio de funcionamento a regra de um homem um voto, e determinaram a constituição de um fundo comum para a educação – estes foram os primeiros ideais a serem globalmente reconhecidos como ideais da economia social (Namorado, 2007: 7). A cooperativa dos Pioneiros de *Rochdale*, foi considerada por muitos especialistas como a primeira grande iniciativa de economia social, que serviu de referência prática e de inspiração a muitas outras iniciativa semelhantes, sendo referência para o movimento cooperativo, tal como hoje o conhecemos (*Idem*: 6).

Muitas seriam as experiências que poderíamos citar ao longo deste texto, mas por uma questão de economia do texto, enunciamos apenas algumas que consideramos mais carismáticas quer pelo papel dos seus fundadores, quer pelo seu carácter pioneiro para a definição da economia social. O conceito de economia social deriva da terminologia francesa, e remonta às práticas de solidariedade enquanto reacção às transformações económicas e sociais da revolução industrial influenciada pelo pensamento dos socialistas utópicos do século XIX, dando origem a formas de organização como as associações, as cooperativas e as mutualidades (Caeiro, 2008: 62). No essencial, a economia social começou a ser utilizada pelos autores contestatários ao modelo dominante da época, como já vimos. Estas iniciativas, citadas anteriormente, desenvolvidas segundo uma lógica de entreatajuda mútua (a partir da tradição francófona²⁵) e/ou da ajuda a outrem (a partir da tradição anglófona²⁶) assumiam na sua maioria três formas jurídico-institucionais: cooperativas; mutualistas (sociedades de socorros mútuos); e associações.

O conceito de economia social surge no meio académico pela primeira vez em 1830 em Paris, quando Charles Dunoyer²⁷ publica um tratado de economia social. Na

²⁵ Charles Fourier.

²⁶ Robert Owen.

²⁷ Vd. Charles Dunoyer, “Nouveau traité d'économie sociale, ou simple exposition des causes sous l'influence desquelles les hommes parviennent à user de leurs forces avec le plus de LIBERTÉ, c'est-à-dire avec le plus FACILITÉ et de PUISSANCE” (Paris: Sautet, 1830) 2 vols.

mesma época, é criado um curso de economia social na Universidade de Lovaina (Caeiro, 2008: 62). Nesta linha, surgem várias outras teorias com destaque para os socialistas utópicos. Destacam-se ainda Marcel Mauss, Benoit Malon, Frederic Le Play entre outros.

Caeiro distingue cinco períodos no que concerne à evolução da economia social. Um primeiro período referente à gênese da economia social (1791 – 1848), marcado pelo Revolução Francesa, bafejado pelos ideais de liberdade, fraternidade e igualdade, tendo como resultado o movimento associativo ligado ao proletariado (Caeiro, 2008: 62). É também nesta época que as cooperativas incentivadas para reduzir as desigualdades começam a dar os primeiros passos. O fim deste período é fortemente marcado pela tomada de Paris (Comuna de Paris²⁸), numa insurreição popular em 18 de Março de 1871, com a tentativa de criação de um governo autogestionário composto pela classe operária francesa contra a dominação política da burguesia. A Comuna promove, entre várias medidas, a criação das associações e das cooperativas do povo.

Num segundo período, marcado pela questão social e pelo movimento operário (1850 – 1900), pós-comuna de Paris, o Estado reassume o seu papel secular. É um período instável, fortemente marcado pela encíclica social (primeira vez na história de um papado) *Rerum Novarum*²⁹, que abordava as questões levantadas durante a revolução industrial e as sociedades democráticas no final do século XIX. O papa Leão XIII apoiava o direito dos trabalhadores de formarem sindicatos, mas rejeitava o socialismo e defendia o direito à propriedade privada. Discutia as relações entre o governo, os negócios, o trabalho e a igreja. A frase de abertura da encíclica marca o tom: “A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social”³⁰. Esta encíclica surge como um marco que procurava responder à ‘questão operária’ pelo magistério ao mesmo tempo que procura unificar a divisão que surgia no seio da igreja. Significava sobretudo um reposicionar da igreja perante uma sociedade que se tentava estruturar autonomamente da ordem divina, com a soberania a passar a residir na nação e o povo a passar a ser a fonte de legitimação do poder (Fontes, 1994: 68).

²⁸ Vd. Prosper-Olivier Lissagaray, 2004.

²⁹ Carta Encíclica “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII, “Sobre a condição dos operários” a 15 de Maio de 1891.

³⁰ Página oficial do Vaticano onde se pode ler a encíclica:

http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html

O terceiro período enunciado por Caeiro é marcado pelos regimes totalitários e pela contestação ao liberalismo (1901 – 1945), e é assinalado por dois momentos fundamentais: a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917. Os elevados custos de uma longa guerra travada em todas as frentes fazem-se sentir na Europa, sobretudo depois da guerra terminar. Registam-se perdas humanas na ordem dos 8 milhões, aos quais se juntam mais de 20 milhões de feridos³¹. A Europa perde num curto espaço de tempo cerca de 10% da sua população, na sua maior parte mão-de-obra jovem e activa. Desde logo, uma crise de mão-de-obra e de produtividade é desencadeada pelas dificuldades geradas pela guerra. Depois, todos os danos físicos que afectariam os sectores de produção (meios de produção destruídos, fábricas, campos agrícolas, etc.) assim como as vias de comunicação (pontes, estradas, infra-estruturas) convergem para a fragmentação do núcleo cooperativista e mutualista (nascido do movimento associativo). Novamente, com a Segunda Guerra Mundial, a actividade económica decaiu nas principais nações industriais. Os países tentaram defender as suas economias, restringindo as importações, o que apenas resultou numa queda do comércio, da produção, do padrão de vida e no aumento do desemprego. Mais uma vez, pelas dificuldades de continuidade do movimento operário, surge a divisão do movimento associativo, conduzindo a um distanciamento e falta de coesão das actividades cooperativas, mutualistas e associativas (Caeiro, 2008: 63).

A Grande Depressão de 1929 e o *New Deal*³² nos Estados Unidos, seriam elementos determinantes na mudança das mentalidades e nas preocupações sociais. Os países desenvolvidos concordariam que o sistema económico liberal internacional requeria o intervencionismo dos governos. Após a Grande Depressão, a actividade prioritária para os governos dos países desenvolvidos passaram a ser o emprego, o crescimento económico e a estabilidade. O papel dos Estados nas economias nacionais ficaria associado com a apropriação, pelo Estado, da responsabilidade de garantir aos seus cidadãos um certo nível de bem-estar económico. O modelo de Estado-providência surge em grande parte influenciado por John Keynes, defensor da intervenção do Estado na economia com o propósito a inversão de ciclos económicos depressivos e o crescimento da procura e do produto. Esta visão foi fundamental na garantia de um “Estado de Bem-Estar” (Mozzicafreddo, 1997: 3). É neste contexto que Caeiro enuncia

³¹ A este respeito ver Mendes, 1993.

³² *New Deal* foi o nome dado à série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, sob a presidência de Roosevelt, com o objectivo de recuperar e reorganizar a economia norte-americana dos danos provocados pela Grande Depressão.

o quarto período de evolução da economia social, marcado pelo Estado-providência e os direitos sociais (1945-1975). Seria com o final da Segunda Guerra Mundial que definitivamente seria implementado o Estado-providência com base no modelo keynesiano de intervenção do Estado na economia. O conceito de economia social seria assim, remetido para segunda instância em termos de importância, uma vez que o Estado passaria a ser o principal agente de regulação do mercado esgotando o espaço de intervenção de outras entidades económicas. É durante este período que a expressão “economia social” se dilata e afasta do original, passando também a designar os campos de análise socioeconómica.

Será a partir dos anos setenta, como resultado da crise do Estado-providência que a problemática da economia social se voltaria a colocar, com acuidade, e mais uma vez, de forma preponderante em França, tendo por base a proximidade entre os movimentos cooperativos e mutualistas franceses, a percepção da existência de interesses mútuos e adesão ao movimento associativo.

O quinto e último período enunciado pelo autor que temos vindo a citar remetem para a crise do Estado-providência e o redimensionamento da economia social (1975-2006). Será com a adesão significativa aos movimentos cooperativo, associativo e mutualista, que a economia social volta de novo a adquirir alguma relevância. Os apoios financeiros dados às organizações da economia social, tentariam uma promoção da inclusão social, quer através de medidas de criação de emprego quer da constituição de associações de ajuda social. Em 1970, é criado em França o Comité Nacional de Coordenação das Actividades Mutualistas, Cooperativistas e Associativistas (CNLAMCA) relançando o debate europeu sobre economia social. O reacendimento da economia social aconteceria no início dos anos 80 em França, com a presidência de François Mitterrand. A valorização destes movimentos sociais já existentes (que envolviam as cooperativas, as mutualidades e as associações) permitiu a criação de uma estrutura comum que reacendeu a chama da economia social. Em 1981, com o reconhecimento da sua relevância política (através da criação de uma Delegação Interministerial para a Economia Social [DIES³³]) por parte do governo francês, a economia social passa a depender de uma Secretaria de Estado. Foi também graças à experiência francesa que se desenvolveu um auto-reconhecimento mais efectivo da identidade de cada um dos sectores envolventes da economia social, permitindo

³³ Délégation interministérielle à l'Économie Sociale – DIES.

simultaneamente um conhecimento mais profundo dos mesmos, e originando inclusive junto de algumas estruturas da União Europeia (UE) (que valorizam o papel da economia social) a base para algumas das políticas europeias existentes, presente nos dias de hoje através das “Conferências Europeias de Economia Social³⁴”.

Fora da perspectiva francófona, a história da economia social não tem um enquadramento tão vasto e diversificado, ainda que não deixe de ocupar um lugar de relevância no contexto económico e social de alguns países europeus. No caso italiano, por exemplo, deve salientar-se o cooperativismo, na Suíça e na Suécia as cooperativas de consumo, na Bélgica, Alemanha e França as mutualidades. Em Portugal a tradição assenta essencialmente nas misericórdias que, desde o século XVI garantem alguma intervenção junto das populações mais desfavorecidas e nas mutualidades que, no decurso do século XIX e alguns anos do século XX, intervieram expressivamente na área socioeconómica.

Através das experiências revisitadas neste subcapítulo, ainda que de uma forma sucinta, tentámos ilustrar o pioneirismo das medidas que contribuíram para a emergência de determinadas práticas e eixos doutrinários que marcaram decisivamente a economia social. Contribuíram para que se desenvolvesse a ideia de que os homens organizados segundo valores socialmente justos poderiam atingir um objectivo comum. Dir-se-ia que as actividades económicas na economia social perspectivavam a responsabilidade social com o objectivo de melhorar a sociedade, através de valores como a democracia económica, os princípios mutualistas e a educação popular. Segundo Jordi Estivil (2006), a organização interna da economia social resultou da aplicação prática do plano social e económico e dos vários ideais herdados da Revolução Francesa sob influência, em diferentes aspectos, do Cristianismo, do Solidarismo, do Socialismo, do Liberalismo e do Anarquismo. As várias propostas realizadas, neste âmbito, por nomes como Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon, Proudhon, etc. apesar de distintas, tinham em comum a base em que se apoiavam. Encaravam um modelo de sociedade assente em formas de produção e de vivência baseadas nos princípios da cooperação, solidariedade, cooperação, justiça económica e social. Sugeriam novas comunidades autónomas afastadas das cidades existentes, em que todos colaboravam financeiramente na sua fundação. Todos trabalhavam para a

³⁴ <http://www.cicopa.coop/European-Conference-on-Social.html>

comunidade e, posteriormente, os rendimentos obtidos seriam partilhados pelos indivíduos proporcionalmente ao seu trabalho e necessidades.

Nos últimos tempos, a economia social tem sido objecto de análise e discussão, razão pela qual tem conhecido uma maior mediatização. Esta centralidade reside, em grande parte, nos profundos desafios contemporâneos, entre os quais se destacam a crise económica actual caracterizada, entre outros aspectos pelo desemprego, a falência do Estado-providência dos países industrializados e os problemas de ajustamentos estruturais dos países em vias de desenvolvimento. No contexto da “sociedade do bem-estar” as lógicas de organização deste sector foram temporariamente afectadas (uma vez que as suas actividades e funções desenvolvidas anteriormente convergiam em grande parte com as do Estado Social), continuando a desenvolver-se, ainda que de forma mais diluída, passando em alguns casos a ter um papel meramente complementar face aos regimes obrigatórios da Segurança Social. Na esperança de consolidação do projecto de uma Europa Social, os poderes públicos lançam um “convite” à economia social e esperam a sua contribuição na concretização desta ambição, independentemente da diversidade de interpretações que estão subjacentes a tão complexo conceito.

É com a ambição de dar respostas mais eficazes que surgem novas formas institucionais de autogestão, adequadas a um contexto social ainda mais exigente e rigoroso, sendo que essas novas formas de gestão passam a ser conhecidas por “economia solidária”. Assim, consideramos como antecedentes históricos da economia solidária autores que discutiram ou promoveram iniciativas que buscaram a melhoria de vida dos trabalhadores que, com o avanço do sistema capitalista, iam gradualmente tornando-se mais pobres e vivendo em condições de vida mais precárias. Neste momento, e estando o Estado e o mercado em crise³⁵, e mediante a contingência manifesta e latente de milhões de trabalhadores assalariados mergulharem no desemprego e/ou na precariedade dos vínculos contratuais, evoluindo para a exclusão social, a criação e desenvolvimento de actividades consubstanciadas em bens e serviços, em que a lógica de cooperação se sobrepõe à de competição, são hoje genericamente denominadas e integradas na economia solidária.

³⁵ *Vd.* Resolução do Parlamento Europeu, de 8 de Outubro de 2009, sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento, em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2009-0029+0+DOC+XML+V0//PT>

2.2 Economia solidária: enfrentando os desafios actuais

Vimos no ponto anterior, como é que a economia social se desenvolveu a partir das ideias socializantes³⁶ do séc. XIX na sequência da procura de alternativas às formas de exploração e degradação social do capitalismo industrial. Observamos como as ideias do cooperativismo assentavam na procura de mudança social. Foi ainda feita referência à acção derivada de princípios religiosos assentes na acção da igreja católica numa tentativa de construção de uma sociedade-providência face à insipiência do Estado, embora ainda com limitações. Vimos como a expansão das políticas sociais transformaram a economia social num prolongamento da acção onde o Estado possuía menores níveis de capacidade e adequação dos seus mecanismos institucionais face aos fenómenos sociais. Hoje, perante as condicionantes e os novos desafios, a economia social vê-se constringida em relação à burocracia que as fontes de financiamento públicas exigem (pelo preenchimento de formulários, organização e acompanhamento dos processos e prestação de contas). E também relativamente à necessidade de encontrar recursos adicionais, seja por insuficiência e instabilidade temporal dos que existem, seja pelo crescimento das necessidades no actual contexto de crise de desemprego, exclusão social e pobreza. A necessidade de profissionalização da gestão da economia social é igualmente central dado o crescimento da complexidade e a dimensão das actividades desenvolvidas. É igualmente imperativo encontrar formas alternativas de satisfazer as necessidades existentes através da criação de empregos. É com a evolução da ‘nova questão social’ que verificamos que existem iniciativas e experiências capazes de dar resposta aos ‘novos velhos’ problemas sociais, quer à escala local, quer a uma escala mais global e que remetem para uma outra relação entre o indivíduo, a sociedade e o ambiente e onde se conjugam acções e projectos colectivos com as estratégias individuais de inserção.

É nesta óptica que a economia solidária se fundamenta. Assim, numa primeira abordagem ao conceito apresentamos três princípios que lhe são fundamentais: em primeiro lugar, as acções no âmbito da economia solidária são encaradas como uma reacção contra a banalização, fazendo de cada intervenção um acto único e particular, pelo cuidado dado às especificidades de cada um e de cada local; depois, o respeito pelo princípio da reciprocidade, ou seja, da interacção entre os diferentes actores no espaço

³⁶ A respeito da noção de ideia socializante ver Ribeiro, 1990.

público, permitindo a construção conjunta da oferta e da procura; finalmente, a aceitação de um compromisso para com todos os cidadãos de, por vezes no confronto com regras que se foram gradualmente instalando, contribuir para a expansão da reflexividade individual, em sintonia com a participação democrática na construção de um futuro conjunto.

Em termos epistemológicos o conceito de economia solidária introduz uma novidade na compreensão da economia e outra na compreensão da política. Falar de economia solidária é redefinir a própria economia no sentido de recuperar a sua dimensão ética, flagrantemente negada (quase sempre) pelas economias de mercado. É também entender o lugar da economia no processo de transformação do tecido social como exercício político, como um novo lugar. Falar de ‘economia solidária’, significa falar de uma condição que resulta da comunhão de atitudes, valores e sentimentos, de modo a constituir uma força, uma unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e de se tornar firme face à adversidade e à oposição vinda de fora dos ideais solidários.

Segundo Roque Amaro, a economia solidária poderá ser entendida como uma renovação das práticas da economia social, num contexto mais adequado aos novos desafios, recorrentes da emergência da solidariedade para com os mais desfavorecidos e, numa lógica organizacional mais humana e solidária, em que a lógica de cooperação se sobrepõe à lógica mercantil, à competição e à procura de lucro. A economia solidária está associada a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços (entre os quais o de financiamento,) em que se defendem, em graus variados, a participação colectiva, a autogestão, a democracia, o igualitarismo, a cooperação, a auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, a responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. A produção, o consumo e a distribuição de riqueza centram-se na valorização do ser humano – e não do capital – de base associativista e cooperativista, de modo autogerido, tendo como finalidade um contexto global de maior sustentabilidade. Assim, nesta economia, o trabalho transforma-se num meio de libertação humana dentro de um processo de democratização económica. Além disso, a economia solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, a económica, a política, a ecológica e a cultural. Isto porque, além da visão económica do trabalho, as experiências da economia solidária projectam-se no espaço público na qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um meio envolvente socialmente justo e sustentável. Assim, movimenta-se num modo muito específico de organização das actividades económicas, através da autogestão, ou seja,

pela autonomia de cada unidade ou empreendimento e pela igualdade entre os diferentes membros. Se é certo, por um lado, que a economia solidária mantém um paralelismo óbvio com a economia social, por outro lado, ela distancia-se desta enquanto nova tendência que surge nas últimas 3 décadas, impulsionada sobretudo por três versões: a francófona, a ibero-americana e a Macaronésia.

2.2.1 Versão Francófona

A versão francófona, a mais conhecida e divulgada na literatura, é perfilhada por autores de língua francesa, oriundos da Bélgica (Jacques Defourny), do Canadá (Louis Favreau), e da França (Jean-Louis Laville, Bernard Ême, Dominique Demoustier entre outros). É ainda possível identificar outros autores nesta versão, embora nem sempre se refiram à expressão de economia solidária, como é o caso de Jordi Estivill (Espanha), Roger Spear (Inglaterra), e Viktor Pestoff (Suécia). Segundo a versão francófona, o conceito de economia solidária é apresentado da seguinte forma:

O conjunto das actividades económicas sujeitas à vontade de uma acção democrática em que as relações sociais de solidariedade têm o primado em relação ao interesse individual e ao lucro material; contribui assim para a democratização da economia, a partir de envolvimento da cidadania
(Laville in Amaro, 2009: 16).

Esta perspectiva privilegia a dimensão económica e política da vida em sociedade. Na dimensão económica são-lhe inerentes três tipos de recursos: os que resultam da dinâmica de reciprocidade inicial (expressa em dádivas, trabalho voluntário e outro tipo de envolvimento informais); os que são obtidos através da contratualização de serviços de interesse geral com o Estado Social (segundo o princípio económico da redistribuição); e os que resultam das actividades mercantis³⁷. Na dimensão política os valores são expressos através do princípio da gestão democrática e do envolvimento da cidadania preservando-se a autonomia face aos espaços públicos instituídos e regulamentados pelo poder.

Durante o século XIX, as associações de economia social colocaram a questão da solidariedade como princípio económico, permitindo organizar ao mesmo tempo

³⁷ Segundo os princípios defendidos por Polanyi.

uma produção comum e ajuda mútuas. Na versão francófona, há uma tentativa de preservar o conceito de solidariedade presente na economia social e actualmente, no modelo social europeu, através do conjunto de direitos económicos, sociais e laborais conquistados pelos trabalhadores da sociedade civil, expressos na democracia participativa, a partir da visão quotidiana e do funcionamento das instituições, fugindo desta forma à dicotomia que dominou o século XX, entre a “economia de mercado capitalista” e a “economia de Estado socialista” (Amaro, 2009: 16).

2.2.2 Versão Ibero-Americana

Em relação à versão ibero-americana da economia solidária, quase sempre expressa em língua portuguesa e castelhana por autores como António Cattani, Armando Lisboa, Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger, Genauto França Filho, Heloísa Primavera, entre outros,, encontramos uma ligação estreita entre práticas sociais, culturais e políticas³⁸. Segundo esta formulação a economia solidária pode ser definida como a “ideia de solidariedade por oposição ao individualismo competitivo que caracteriza o comportamento económico dominante nas sociedades capitalistas³⁹”, em que se distinguem nas suas organizações dois ideais fundamentais: por um lado a “promoção de uma solidariedade entre os diferentes actores, pela prática da auto-gestão⁴⁰” (colocar a referência aqui), e por outro a “prática de uma solidariedade com os trabalhadores em geral e em particular com os mais desfavorecidos⁴¹” (*idem*). O princípio da autogestão rege-se, como já sublinhámos, pela igualdade entre todos os membros das organizações da economia solidária impondo uma redistribuição igualitária entre todos os associados. O princípio da solidariedade actua em prol dos mais desfavorecidos incentivando os promotores da economia solidária a criarem/organizarem cooperativas constituídas por pessoas em situação de risco ou de exclusão. Assim, estes *novos* empregos serão uma forma directa de inserção e de acesso ao rendimento, possibilitando uma alternativa a todos (as) aqueles (as) que se encontrem impossibilitados de encontrar emprego em virtude da sua idade, da sua falta de qualificação ou de experiência profissional, da sua pertença étnica, do seu sexo, etc.

³⁸ Muito associada a lutas de libertação dos povos (por exemplo no Equador, Venezuela, Brasil).

³⁹ SINGER, Paul (2006) op. cit., p. 290 (Tradução de Rogério Roque Amaro 2009: 6).

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ *Ibidem*.

Dada a extensão de experiências da economia solidária nos países ibero-americanos, é difícil delimitar uma definição única para a economia solidária ibero-americana (Amaro, 2009: 7). Em virtude do tipo de discussão que pretendemos aqui apresentar faz sentido, porém, mencionar algumas dessas experiências.

Segundo Paul Singer⁴² (2004), e reportando-se ao caso brasileiro, a luta contra a exclusão social (devido à ampla crise do mercado de trabalho desde os anos oitenta), tem envolvido a procura fazer de uma inserção na produção social através de variadas formas de trabalho, sobressaindo as iniciativas de autogestão⁴³, ou seja, pela democracia participativa dos empreendimentos, assumindo proporções notáveis, ao ponto de tornar a economia solidária numa solução adoptada por movimentos sociais e importantes entidades da sociedade civil, como a Igreja (Cáritas brasileira, por exemplo), os sindicatos, as universidades⁴⁴ e os partidos políticos. Já no século XXI, várias políticas públicas de fomento e apoio à economia solidária foram adoptadas por inúmeros municípios brasileiros e governos estaduais. Com a eleição do Presidente Lula da Silva em 2002, representantes do campo da economia solidária resolveram solicitar junto deste, a criação de uma secretaria nacional de economia solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Singer explica esta opção pela parte do MTE, devido aos estreitos laços políticos e ideológicos que ligam a economia solidária no Brasil ao movimento operário (Singer, 2004: 3). Assim, é criada em Maio de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES⁴⁵, com o objectivo de viabilizar e coordenar as actividades da economia solidária em todo o território brasileiro e com o intuito de fomentar a inclusão social, gerar emprego e promover um desenvolvimento económico e social justo e solidário.

Tendo ainda como referência o caso brasileiro, e segundo o Relatório do Ministério do Trabalho e Emprego da Secretaria Nacional de Economia Solidária de 2005⁴⁶, o conceito de autogestão em quase todas as organizações da economia solidária

⁴² Secretário Nacional de Economia Solidária – SENAES.

⁴³ Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão – ANTEAG.

⁴⁴ Como é o caso da Fundação Unitrabalho, uma rede de académicos que usam os conhecimentos para apoiar as políticas de fomento ao emprego.

⁴⁵ A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, faz parte do Ministério do Trabalho e Emprego, Lei nº 10.683, de 28 de Maio de 2003, instituída pelo Decreto nº. 4.764, de 24 de Junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Página oficial em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp

⁴⁶ Relatório final de 2005 “Referências conceptuais para acções integradas: uma tipologia da autogestão: cooperativas e empreendimentos de produção industrial autogestionários provenientes de massas falidas ou em estado pré-falimentar” do Ministério do Trabalho e Emprego da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

no Brasil foi criado para fazer face à crise recorrente despoletada pelo sistema capitalista. A maioria desses empreendimentos estava em quase falência e reorganizaram-se através dos seus próprios trabalhadores em cooperativas de produção (Relatório MTESNES, 2005: 160). Foi devido à experiência solidária espanhola, pelos modelos organizacionais empregues nas Sociedades Laborales⁴⁷, que a experiência brasileira incentivou nas suas organizações solidárias, a gestão estratégica e a gestão operacional, oferecendo assim, diferentes ordens na equação dos problemas de funcionamento das organizações, mais concretamente, na gestão de curto prazo e na de longo prazo, para qualquer empreendimento ligado ao mercado, criando uma mais valia para enfrentar as dificuldades que o empreendimento atravessaria em momentos distintos da sua trajectória. Na gestão de curto prazo estão presentes as questões de sobrevivência, os problemas quotidianos e a resolução dos problemas imediatos. Na gestão a longo prazo, deve salientar-se a necessidade de criar bases sólidas que permitam a sustentabilidade do empreendimento, permitindo que este perdure no “tempo” (*idem*: 165).

Actualmente, a estrutura da economia solidária brasileira é composta por várias instituições das quais destacamos as entidades e as redes nacionais de representação de empreendimentos (Abcred, Anteag, Concrab, Ecosol, Unicafes, Unisol Brasil); entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa, e fomento (ADS/CUT, Cáritas Brasileira, FASE Nacional, Ibase, IMS, PACS, Rede ITCPs, Rede Unitrabalho); redes mistas (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária); e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Nos últimos tempos foram instituídas acções prioritárias no sentido de demarcar o campo da economia solidária, através do mapeamento de todas as organizações solidárias existentes compiladas num “Atlas da Economia Solidária no Brasil”⁴⁸, fruto das políticas de integração com o governo (Ministério do Trabalho e Emprego, através da SENAES).

Em suma, quer as experiências do Brasil, quer as dos restantes países que participam na versão da economia solidária ibero-americana (Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, etc.)

⁴⁷São sociedades anónimas ou limitadas, com sustentabilidade económica, em que os trabalhadores tem um papel preponderante nas decisões e nos negócios, actuando de forma próxima e dinâmica, e incorporando os novos sistemas tecnológicos e de gestão) ver mais em <http://www.economiasocial.es/home/1.5/index.php>.

⁴⁸ Vd. Atlas em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf.

possuem maioritariamente afinidades decorrentes dos laços históricos e sociais presentes nos movimentos de resistência dos trabalhadores e das suas organizações sindicais, em resposta aos processos de deslocalização produtiva, de encerramento de empresas e de despedimentos, provocados pela globalização de cariz neoliberal; nos novos movimentos sociais que se têm multiplicado em muitos destes países, como por exemplo os do comércio justo (nascidos, nos anos 70, nos Andes), dos sistemas locais de troca, com ou sem utilização de moedas sociais próprias (em particular a partir da crise financeira da Argentina, nos finais dos anos 90), dos grupos e das actividades de camponeses sem terra (Brasil e México) e das experiências de orçamentos participativos⁴⁹ (a partir da cidade de Porto Alegre, no Brasil com a criação da UAMPA⁵⁰), entre outros; nas práticas insistentes e, muitas vezes, inovadoras das actividades económicas de sobrevivência, pela iniciativa dos mais pobres e excluídos socialmente, segundo uma lógica de entreatuda de base comunitária e popular, muitas vezes no seio dos grupos familiares alargados ou entre vizinhos (como as que se encontram nas várias favelas das principais cidades ibero-americanas, como Cidade do México, Lima, Rio de Janeiro e S. Paulo, por exemplo, ou nas regiões mais empobrecidas, como no nordeste brasileiro); na influência doutrinária e prática de várias igrejas, em particular da Igreja católica (neste caso, assinale-se o papel crucial desempenhado pela chamada Teologia da Libertação (Amaro, 2009: 7).

Pela diversidade de influências e de manifestações, pela inspiração e fundamentação comunitária e solidária das actividades económicas de sobrevivência dos grupos mais desfavorecidos, a economia solidária ibero-americana, é considerada fortemente criativa e diversa, tendo atingido grande mediatização aquando da criação do espaço internacional de debate e reflexão Fórum Social Mundial⁵¹ em que participam todos aqueles que se opõem à globalização neoliberal, apoiando a criação de alternativas viáveis para o desenvolvimento dos direitos humanos. Este movimento procura superar a dominação da estrita lógica mercantil na sociedade em cada país, e as primeiras três edições foram realizadas em Porto Alegre (2001, 2002 e 2003) e as edições seguintes em países como Índia, Mali, Venezuela, e Quênia. Em Janeiro de 2010 regressou novamente a Porto Alegre. Para Maio de 2010, a organização prepara

⁴⁹ Em termos práticos, o Orçamento Participativo (abreviado OP) é um mecanismo de participação social que permite que a população de um concelho conheça "o seu orçamento", decida sobre ele, escolha onde o aplicar de acordo com as prioridades existentes e que, finalmente, tenha algum tipo de controle sobre a sua execução. Ver mais em <http://www.op-portugal.org/> .

⁵⁰ UAMPA – União das associações de moradores de Porto Alegre criada em 1983.

⁵¹ D. <http://www.forumsocialmundial.org.br/>.

um Fórum Social Temático⁵² no México, com uma programação que contempla os seguintes eixos: a construção de um modelo económico alternativo ao neoliberal: a economia sustentada por valores da vida; mudar o sistema e não o clima; salvar o planeta e construir um outro modelo de vida para a humanidade; construir uma verdadeira democracia participativa com respeito pelos direitos humanos; construir uma sociedade de inclusão, baseada nos direitos sociais e não nos lucros; e construir uma nova cultura social e multicultural.

2.2.3 Versão da Macaronésia

A terceira versão da economia solidária tem a sua origem na região Autónoma dos Açores, nos finais dos anos 80. Segundo Roque Amaro (2009), a constatação de determinados problemas sociais presentes especialmente nesta região, e o desafio de os enfrentar deram origem à “versão da economia solidária da Macaronésia⁵³”. Em termos de contextualização desta perspectiva o autor supracitado refere a maior consciência cívica, permitida pela Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, cujo regime instalado durante quase meio século vinha condicionando de forma crucial o desenvolvimento das políticas sociais e da filosofia de intervenção, quer por parte do Estado, quer mesmo por parte dos cidadãos. Um contexto autoritário como este dificultou decisivamente a criação do hábito de participação e associação pública da parte dos cidadãos que dificultaram a plena participação na construção da cidadania. O autor salienta ainda o agravamento da situação socioeconómica, nos finais da década de 70 e princípios da de 80, após o período revolucionário (1974-75), emolados pelo agravamento do contexto macroeconómico, pautado pelas crises do petróleo de 1973 e 1979-80 e pela crise do endividamento externo generalizado entre os países importadores de petróleo obrigados a estabelecer acordos de estabilização económica com o Fundo Monetário Internacional (1978 e 1983 para o caso de Portugal).

A tomada de consciência para os problemas sociais que afligiam a Europa surge com a primeira iniciativa comunitária ligada à pobreza e à exclusão social em meados dos anos 70, com o I Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (PELCP)⁵⁴ (1975-1980). Este programa teve um carácter essencialmente orientado para a investigação,

⁵² Vd. http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_01.php?cd_news=2736&cd_language=1.

⁵³ Nome atribuído conjunto das seguintes ilhas: Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, e mais recentemente Guiné-Bissau.

⁵⁴ I PELCP (1975-80), II PELCP (1984-89) e III PELCP (1989-94).

resultante de uma certa “inquietação” nas sociedades europeias, e que se considerava definitivamente resolvido na década de 60, como resultado do crescimento económico: o não desaparecimento da pobreza e o surgimento de novos casos. Esta reflexão em torno da nova pobreza, embora não tivesse ainda uma tradução no discurso político oficial, encontrava-se de alguma forma já presente numa resolução do Conselho de Ministros, na tentativa que era feita para distinguir as noções de ‘pobreza’ e de ‘privação’. Seria a primeira vez em termos comunitários que o insuficiente conhecimento sobre estas problemáticas desencadearia uma reflexão sobre as mesmas e que dominaria este primeiro programa (*International Labour Office*, 2003: 59). Os principais objectivos deste I PELCP consistiram em “promover a inovação, estimular o debate público, favorecer a estruturação de redes de agentes e desenvolver acções de informação associando reflexão e prática”(ibidem).

Em Portugal a expressão deste Programa foi limitada, mas permanecerá ligada aos primeiros trabalhos de investigação académica (teórica e empírica) sobre a pobreza em Portugal, nomeadamente por parte de autores como Manuela Silva (1982) e Alfredo Bruto da Costa (1993) (Amaro 2009: 19). Só em 1986, com a integração de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE), se registou uma influência mais directa destas novas ideias e princípios de acção, nomeadamente com o II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (1984- 1989). Este II Programa, adoptado em Dezembro de 1984 revelou, em relação ao primeiro Programa, uma orientação mais prática, contemplando um elevado e diversificado número de pequenos projectos por país, incluindo Portugal, perfeitamente localizados, sem grandes princípios orientadores, procurando apenas fomentar a inovação. Na sequência destas duas primeiras experiências, foi adoptado em 1989 o III Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza (sinteticamente referido por Pobreza III), para o período 1989-1994. Este visava ultrapassar a fase exploratória que tinha caracterizado as duas experiências anteriores, alargar o seu âmbito e desenvolver, adicionalmente, estratégias preventivas. Este último tinha como objectivos principais, a contribuição para o aprofundamento do conhecimento e da sensibilização sobre os temas da pobreza e da exclusão social; a promoção da experimentação de novas estratégias de combate à pobreza, com ênfase na inovação dos métodos nas políticas adoptadas; estimular o debate sobre as acções e os seus resultados; fundamentar recomendações de políticas aos níveis local/regional, nacional e supranacional (europeu). O terceiro programa teria três princípios chave: o reconhecimento da

multidimensionalidade dos problemas da pobreza e da exclusão social; a parceira de agentes sociais, e a participação; e o envolvimento da população (ILO, 2003: 60).

O país “acordava” então para os problemas de pobreza e exclusão social, sendo referida por Roque Amaro uma zona do país particularmente sensível a estes dois fenómenos: os Açores. Foi sobretudo graças às organizações da sociedade civil que foi possível o mapeamento de problemáticas muito concretas neste arquipélago como é o caso da baixa escolarização e do abandono escolar precoce, a falta de acesso a cuidados básicos de saúde, a falta de condições mínimas de habitabilidade, a prostituição, a prática de vários comportamentos desviantes, elevados índices desemprego, baixo rendimento, etc.). Seriam situações concretas, de emergência social, sobretudo em relação aos indivíduos portadores de deficiência (nomeadamente mental), aos repatriados⁵⁵ de origem açoriana emigrados no Canadá ou nos Estados Unidos da América⁵⁶. Por ser um problema totalmente novo, pelo seu número, pela reacção de desconfiança e marginalização que suscitaram, e pela situação muito aguda de exclusão social que se criou, esta zona tornou-se particularmente ‘sensível’ e carente de soluções (autor, 2009: 20). Estas, n entanto, acabariam por ter lugar suscitadas pelo contacto com experiências e métodos de intervenção inovadores na luta contra a pobreza e a exclusão social, através do apoio dos fundos comunitários e pelo investimento em acções e projectos de formação profissional em áreas temáticas específicas. Algumas iniciativas de organizações da sociedade civil em S. Miguel, ligadas à Igreja católica e ao associativismo de técnicos e de pais de pessoas portadoras de deficiência mental, converteriam a lógica assistencialista tradicional numa reorganização e reforço de competências (*empowerment*), de pessoas provenientes dos grupos sociais referidos. Concluído este reforço de competências, as pessoas estariam em condições de enveredar no mercado de trabalho. Mas tal não se verificou, pois o tecido produtivo da região não se mostrou favorável à inserção profissional destas pessoas, fosse pelas dificuldades económicas fosse pela desconfiança quanto ao seu desempenho. É neste contexto, que a adopção da expressão economia solidária é adoptada como referência, tendo como base

⁵⁵ O número de repatriados tem vindo a aumentar nos Açores. Em apenas vinte anos, chegaram ao arquipélago mais de mil pessoas, a maioria expulsas dos Estados Unidos. É que, mesmo que essas pessoas tenham cometido um crime há vinte anos, se a condenação a que ficaram sujeitas for igual ou superior a um ano, são obrigadas a regressar ao país de origem, em RTP:

<http://tv1.rtp.pt/noticias/index.php?t=O-numero-de-repatriados-tem-vindo-a-aumentar-nosacores.rtp&headline=20&visual=9&article=333243&tm=8>

no dia 3 de Abril de 2010, às 13:27:42.

⁵⁶ Estes últimos, expulsos na sequência de condenações por crimes cometidos e “enviados” sem conhecimento da língua portuguesa e da terra de que os seus pais são provenientes.

as actividades criadas pela cooperativa KAIRÓS⁵⁷ e pela Associação AURORA SOCIAL⁵⁸ (Amaro, 2009: 21). Nos últimos 15 anos por toda a região autónoma dos Açores emergiram novos projectos da economia solidária, implicando por exemplo, a criação de uma estrutura federativa de 2º grau - a CRESAÇOR⁵⁹. Esta cooperativa é composta actualmente por 21 instituições sem fins lucrativos⁶⁰ que promovem a inclusão de várias pessoas, através da formação e da empregabilidade, tendo como referência os princípios de economia solidária⁶¹. Esta cooperativa é uma forte impulsionadora da responsabilidade social nas empresas e organizações dos Açores, e integra desde 2007, a rede nacional de responsabilidade social. Os seus objectivos gerais são a promoção do movimento da economia solidária nos Açores, aliando às dimensões do desenvolvimento local e comunitário, a formação profissional, pessoal e social e a produção e comercialização de produtos regionais. Actualmente procura incrementar o acesso à educação, formação e à incubação do posto de trabalho, no âmbito do mercado social de emprego e do acesso ao Microcrédito, bem como apoiar a criação e sustentabilidade de microempresas de inserção social, procedendo à promoção, valorização, comercialização e distribuição de produtos e prestação de serviços de consultoria económico-financeira tendo como principal objectivo a sustentabilidade e a autonomia das microempresas de inserção social. Fazem parte das suas iniciativas a realização de feiras, colóquios e seminários, a concepção de candidaturas a projectos e sistemas de incentivos regionais, nacionais e comunitários, a realização de acções de

⁵⁷A Kairós, é uma Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária, criada a 3 de Novembro de 1995, com sede na Freguesia da Fajã de Baixo, em Ponta Delgada, resultando do trabalho desenvolvido pela Associação dos Centros Paroquiais e Sociais da Ilha de São Miguel – Açores, que incluía os Centros Sociais Paroquiais das freguesias da Relva, São José, São Sebastião, São Pedro, Fajã de Baixo. Esta cooperativa tem como base a preocupação pela exclusão social e uma ideia subjacente que assenta na concepção de que a integração social passa sempre pela integração económica. Vd. <http://www.kairos-acores.org/>

⁵⁸ A Aurora Social é uma instituição particular de solidariedade social, sediada em Ponta Delgada, que trabalha com e para pessoas portadoras de deficiência mental. A Associação nasceu em 1994 fundada por um grupo de pais que procurou, encontrar resposta para a problemática dos seus filhos. A fase que antecedeu a criação da Associação foi, para muitos destes pais, uma altura extremamente dolorosa, pautada por um misto de angústia, dúvida e até algum desespero pois não existiam alternativas.

⁵⁹ A Cresaçor – Cooperativa Regional de Economia Solidária, CRL foi incubada no âmbito do Projecto de Luta Contra a Pobreza e pela criação de um programa para o desenvolvimento das empresas de inserção socioprofissional dos Açores – O Projecto IDEIA, iniciado em 1999.

⁶⁰ Associação Aceesa; Associação Alternativa; Associação ARRISCA. Associação Aurora Social; Associação Garçatânica; Associação Juventude da Candelária; Associação Norte Crescente; Associação Sol Nascente; Cáritas da Ilha Terceira; Casa de Saúde de São Miguel; Casa de Trabalho e Promoção Juventude Feminina do Nordeste; Centro Social e Cultural da Atalhada; Cooperativa Artesanato de Santa Maria; Cooperativa Celeiro da Terra; Cooperativa de Economia Solidária Pescadores da Ribeira Grande; Cooperativa KAIRÓS; Cooperativa Senhora da Paz; Associação PART'ILHA; Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória; Santa Casa da Misericórdia de Ribeira Grande; Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz das Flores.

⁶¹ Veja-se no site da CRESAÇOR em <http://www.cresacor.org/quem.php>.

formação em consultoria em qualidade, higiene e segurança no trabalho e o desenvolvimento de iniciativas de turismo social e solidário.

Além destas, outras iniciativas despontaram no arquipélago dos Açores, intervindo em áreas como a cultura e a protecção/valorização do ambiente, dentro da mesma lógica de solidariedade e cooperação inerentes à economia solidária. Destacamos a este propósito o Programa Comunitário INTERREG III B 2000-2006 Açores-Madeira-Canaria 2000-2006⁶², que constitui uma aposta na cooperação transnacional como elemento de valor para o desenvolvimento integrado das regiões dos Açores, da Madeira e das Canárias e das mesmas com os países limítrofes. Envolve 5 eixos principais que consistiam em: 1) Ordenamento territorial e desenvolvimento urbano-rural; 2) Desenvolvimento dos transportes e comunicações, sociedade da informação e I&D⁶³; 3) Promoção da cooperação económica e institucional; 4) Valorização e gestão sustentável dos recursos naturais e culturais; 5) Assistência técnica (reservado para cobrir as despesas de funcionamento do Programa). Este programa envolveu sucessivas iniciativas nestas regiões, permitindo a realização de encontros, conferências, e feiras transregionais de economia solidária da Macaronésia, dando assim a conhecer as iniciativas de cada uma das regiões e abrindo um espaço de discussão e partilha de experiências. Houve um projecto em particular que vale a pena ser enunciado pela sua relevância científica e académica. Trata-se, do Projecto CORES de 2004 (acrónimo de Cooperação Regional para a promoção da Economia Solidária), que visava o fomento da igualdade de oportunidades nas regiões dos Açores, das Canárias e da Madeira, mediante o desenvolvimento de novas formas de criação de empresas de economia solidária⁶⁴. Com base nessas experiências e reflexão, os coordenadores deste Projecto propuseram um texto “definidor” do conceito de economia solidária. Estava então assente o último “tijolo” no conceito de economia solidária da Macaronésia. A sua formulação foi apresentada por Amaro e Madelino em 2004, num texto intitulado “Economia solidária: contributos para um conceito”. Neste documento os autores estabelecem um conjunto de atributos para a formulação dum conceito de economia solidária que, simultaneamente, assumam uma noção mais ofensiva e seja compatível com

⁶² Iniciativa comunitária INTERREG III, relativa à cooperação transeuropeia destinada a favorecer um desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território europeu.

⁶³ Investigação e Desenvolvimento.

⁶⁴ Através do estudo de novas experiências de formação e de emprego, de novos sistemas de produção e transformação, de novas estratégias de colocação dos produtos solidários nos mercados transnacionais; na promoção dos serviços e produtos da economia solidária; na potenciação da troca comercial entre essas regiões e dentro de cada uma delas fomentando a penetração dos mesmos em mercados continentais mais alargados, como condição fundamental para a sustentabilidade de inserção.

os ideais sempre presentes de construir uma sociedade cada vez mais produtiva, mas também mais justa e não predadora dos recursos (Amaro e Madelino, 2004: 6).

O primeiro desses atributos (ou vertentes) consiste numa actividade económica, através de um conjunto de acções que têm por finalidade produzir e/ou distribuir bens e serviços consumíveis, satisfazendo necessidades e utilizando, na sua produção, factores e recursos produtivos escassos. A sua finalidade é dar respostas concretas a necessidades manifestadas dentro do mercado ou fora deste (sem expressão mercantil, e abrangendo todo o tipo de consumidores, pobres ou ricos), não apenas para o Homem, mas para todos os seres vivos, implementando uma visão mais ampla, com o objectivo de preservar a vida não apenas a curto, mas também a longo prazo. É também por isso uma forma de criar empregos, gerar rendimentos e aplicar (investir) excedentes. Actua em domínios muito diversos (agricultura e pecuária, pastelaria e doçaria, restauração, confecções, construção civil, separação de lixos e reciclagem, serviços informáticos, serviços de apoio à infância e a idosos, formação profissional, serviços culturais, turismo ecológico, entre outros). Esta é a dimensão económica da economia solidária, que implica qualidade, competitividade e rentabilidade (numa óptica de complemento entre estes conceitos e nunca separadamente).

O segundo atributo consiste num projecto social, isto é, que engloba um conjunto de actividades orientadas pelo princípio de organização da sociedade com base na coesão social, constituindo-se assim um sector alternativo de actividade económica em relação aos mercados puramente orientados pela procura do lucro. A coesão social é garantida pela integração das pessoas desfavorecidas, quer pelo lado do emprego e do rendimento, valorizando e qualificando competências marginalizadas, quer pelo lado dos consumos, viabilizando, como já se referiu, procuras sociais ignoradas pelo mercado. Assume capital importância na luta contra a pobreza e a exclusão social quer ao nível local quer ao nível regional. É uma forma importante também de inclusão para a igualdade do género e para uma cidadania mais activa (democracia participativa).

O terceiro consiste num projecto ambiental, no sentido de valorizar a preservação dos equilíbrios ecológicos, dos recursos naturais e o reencontro com a Vida do Planeta em toda a sua plenitude. A economia não se deve constituir como um conjunto de actividades predadoras de recursos e destruidora do Ambiente, colocando em risco a melhoria dos níveis de vida, ou mesmo a existência, das gerações vindouras, bem como de todas as outras formas de vida. Actividades de reciclagem, de restauração das condições ambientais, agricultura biológica, energias renováveis, a adopção de

novos comportamentos de consumo e de relação com a Natureza, a dinamização de novas formas de turismo ecológico ou sustentável, bem como a gestão inovadora de parques naturais ou zonas protegidas, todas convergem rumo ao desenvolvimento sustentável e à preservação dos Ecossistemas.

O quarto atributo consiste num projecto cultural, no sentido de valorizar e respeitar a diversidade cultural pela economia, as culturas, os patrimónios, os valores e identidades locais, sobretudo os que se encontram em situação mais vulnerável. O respeito e a valorização da diversidade cultural, as identidades, os valores étnicos e o diálogo multicultural (ou mesmo intercultural) na actual globalização de feição economicista tende a uniformizar e homogeneizar padrões dominantes, sem respeitar a heterogeneidade de todos e de cada um. Estas respostas significam uma maior capacidade da Humanidade em solucionar problemas diferentes e de se adaptar às próprias turbulências e mudanças globais.

O quinto atributo consiste num projecto territorial, um espaço de intervenção marcadamente local, contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento local, através da comunidade de pertença, pelas actividades desenvolvidas e pelo envolvimento dos seus agentes. Por estas mesmas razões, deve organizar-se e inserir-se de forma integrada no seu espaço envolvente, criando e aproveitando sinergias com as demais actividades económicas. Assim, torna-se promotora de dinamismos de desenvolvimento local, pelo envolvimento na dinâmica local das populações, pela valorização dos recursos locais que poderão representar oportunidades de investimento, de criação de emprego, de ocupação dos tempos livres com qualidade, e significar em última análise, um território competitivo. O vinho, o queijo, a laranja, a maçã, o azeite, a gastronomia, a floresta, o mobiliário e o restauro, a paisagem, o património natural e histórico-cultural, as albufeiras, os inúmeros recursos hídricos, as águas termais, as serras, o mel, etc. são alguns exemplos de recursos que poderão representar, quando aproveitados, uma melhoria da qualidade de vida das suas populações. Estes processos de mudança, centrados em comunidades territoriais de pequena dimensão, respondem às necessidades fundamentais das pessoas e são altamente valorizados dentro de uma perspectiva integrada e em articulação virtuosa com recursos existentes.

O sexto atributo consiste num projecto de gestão, o que implica o assumir nas actividades envolvidas na economia solidária uma preocupação de gestão rigorosa, eficiente e modernizada, e não voluntarista (frequente nas organizações da economia social). Importa que estas sejam sustentáveis economicamente, no sentido em que têm

de gerar recursos financeiros capazes de manter a organização e as pessoas que nela colaboram, produzindo os produtos e os bens para os quais foram criadas (gestão financeira, gestão de Recursos Humanos, gestão de produção, etc.). Isto significa que as actividades abrangidas têm de se basear numa gestão correcta e rigorosa para serem eficientes, do ponto de vista dos recursos utilizados, e eficazes do ponto de vista dos resultados globais, ou seja, ao nível económico, social, ambiental e cultural. Deve haver portanto uma preocupação de governança⁶⁵, no sentido de se alcançar uma competitividade integrada (pelos cinco princípios), pelas “mais-valias” e inovações, como conceito e como prática da economia solidária. Dentro desta lógica, a governança deve ser compatível com os princípios da participação na gestão, da parceria (com outras instituições), da integração de objectivos e processos, da territorialização e da avaliação permanente.

O sétimo atributo corresponde a uma lógica de investigação-acção, quer isto dizer, que pelo conhecimento inerente às experiências da economia solidária existe uma aprendizagem permanente. Assim, as actividades são alvo permanente de processos de acompanhamento e avaliação, mecanismos que são fundamentais não só para a manutenção dos processos cooperativos, de eficiência e de prossecução dos objectivos para o qual foi criada a organização, mas também para a adaptação às alterações de contexto e à procura de novos produtos e serviços. Consiste num investimento numa gestão flexível e adaptativa, em função da avaliação permanente, permitida pela investigação e conhecimento e, ao mesmo tempo, uma aprendizagem e revisão constante de novos conceitos, reformulados continuamente pala acção, conjugando permanentemente a teoria e a prática.

O oitavo e último atributo consiste num projecto político, em dois sentidos. No sentido interno, na medida em que as organizações da economia solidária se regem pelo princípio da gestão democrática, pela capacidade de integração de todos os ‘elos’ da vida social e por ser uma alavanca de mudanças, a gestão democrática deve ser imaginada, pensada e gerada como cultura, como valor, como visão e como direcção e orientação em que cada pessoa representa um voto nos processos de decisão. As pessoas têm o direito a influenciar, participar e a ver as suas opiniões, experiências e sentimentos reflectidas nessas decisões, através de um voto como forma de pôr em prática uma participação que está aberta em todas as organizações. O segundo sentido é

⁶⁵ Pelos princípios da transparência, da participação, da responsabilidade, da eficácia, e da coerência.

externo, quer isto dizer que as organizações assumem com as suas actividades uma posição de co-responsabilização na regulação (política) dos problemas (sociais, económicos, culturais, ambientais, territoriais, etc.) nas sociedades onde se localizam e em parceria com o Estado. Neste caso, tendo o Estado como parceiro e não como tutela, e com outros protagonistas, como as empresas (implicando uma concepção e práticas diferentes do que pode ser a responsabilidade social das empresas), contribuindo, como já contribuem, numa lógica que se pode classificar de “Parceria Providência”.

Perante o que foi enunciado, colocam-se alguns desafios à economia solidária em vários níveis. Ao nível do conhecimento, porque é importante continuar a caminhada no sentido do levantamento e caracterização de muitas mais experiências solidárias, confrontando-as e comparando-as para que delas se tirem mais ensinamentos, permitindo, desse modo, a promoção de práticas socialmente justas, ao mesmo tempo que se anuncia e promove o conceito.

| Principais características | Caracterização da Economia Solidária da Macaronésia |
|---------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Dimensão económica | Tem por finalidade produzir e/ou distribuir bens e serviços consumíveis, satisfazer necessidades, dar respostas concretas a necessidades manifestadas dentro do mercado ou fora deste. Actua em domínios como a agricultura e pecuária, pastelaria e doçaria, restauração, confecções, construção civil, separação de lixos e reciclagem, serviços informáticos, serviços de apoio à infância e a idosos, formação profissional, serviços culturais, turismo ecológico, entre outros. Esta é a dimensão económica da economia solidária, que implica qualidade, competitividade e rentabilidade, numa óptica de complemento entre estes conceitos e nunca separadamente. |
| 2. Dimensão social | Engloba um conjunto de actividades orientadas para a coesão social, enquanto sector alternativo de actividade económica em relação aos mercados puramente orientados pelo lucro. A coesão social é garantida pela integração das pessoas desfavorecidas, pelo lado do emprego e do rendimento, valorizando e qualificando competências marginalizadas. Assume capital importância na luta contra a pobreza e exclusão social quer ao nível local quer ao nível regional. É uma forma importante também de inclusão para a igualdade do género e para uma cidadania mais activa. |
| 3. Dimensão ambiental | Valorização e preservação dos equilíbrios ecológicos, dos recursos naturais e o do reencontro com a Vida do Planeta. As actividades de reciclagem, de restauração das condições ambientais, agricultura biológica, energias renováveis, a adopção de novos comportamentos de consumo e de relação com a Natureza, a dinamização de novas formas de turismo ecológico ou sustentável, bem como a gestão inovadora de parques naturais ou zonas protegidas, todas convergem rumo ao desenvolvimento sustentável e à preservação dos Ecossistemas |
| 4. Dimensão cultural | Valorizar e respeitar a diversidade cultural pela economia, as culturas, os patrimónios, os valores e identidades locais, sobretudo os que se encontram em situação mais vulnerável. Esta dimensão é fundamental enquanto instrumento de valorização da diversidade cultural, das identidades, dos valores étnicos e do diálogo multicultural. |
| 5. Dimensão territorial | Enquanto espaço de intervenção marcadamente local, contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento local, através da comunidade de pertença, pelas actividades desenvolvidas e pelo envolvimento dos seus agentes. São exemplo de recursos locais o vinho, o queijo, a laranja, a maçã, o azeite, a gastronomia, a floresta, o mobiliário e o restauro, a paisagem, o património natural e histórico-cultural, as albufeiras, os inúmeros recursos hídricos, as águas termais, as serras, o mel, que potenciam a qualidade de vida das suas populações. Estes processos de mudança, centrados em comunidades territoriais de pequena dimensão, respondem às necessidades fundamentais das pessoas e são altamente valorizados dentro de uma perspectiva integrada e em articulação virtuosa com recursos existentes. |
| 6. Dimensão gestão | Gestão rigorosa, eficiente e modernizada, e não voluntarista., dentro da lógica da governança com os princípios da participação na gestão, da parceria (com outras instituições), da integração de objectivos e processos, da territorialização e da avaliação permanente. |
| 7. Dimensão investigação-acção | Permanente acompanhamento e avaliação das actividades, considerados como aspectos fundamentais não só para a manutenção dos processos cooperativos, de eficiência e de prossecução dos objectivos para o qual foi criada a organização, mas também para a adaptação às alterações de contexto e à procura de novos produtos e serviços. O investimento é feito numa gestão flexível e adaptativa, em função da avaliação permanente, permitida pela investigação e pelo conhecimento. |
| 8. Dimensão política | 1º Aspecto: As pessoas têm o direito a influenciar, participar e a ver as suas opiniões, experiências e sentimentos reflectidas nas decisões, através de um voto como forma de pôr em prática uma participação que está aberta em todas as organizações. 2º Aspecto: as organizações assumem com as suas actividades uma posição de co-responsabilização na regulação (política) dos problemas sociais nas sociedades onde se localizam e em parceria com o Estado. Dentro da lógica do ESTADO-PARCEIRO. |

2.3 "*Obligatio in solidum*": à procura de solidariedades

É fundamental cruzar e discutir as três versões mencionadas (francófona, ibero-americana e da Macaronésia) expandindo as experiências para territórios que ainda não possuem esse reconhecimento (como África e Ásia). Ao nível das práticas, é fundamental aprofundar e operacionalizar os instrumentos de gestão, implementando as inovações necessárias, bem como avaliar e daí aperfeiçoar os métodos e práticas de intervenção e organização que estão a ser aplicados. Ao nível político, o grande desafio é o de situar e delimitar as parcerias estratégicas para uma regulação partilhada da sociedade, implicando a reformulação das relações com o Estado (ao nível central e local) insistindo num Estado parceiro, bem como um maior envolvimento das empresas que têm fins lucrativos numa óptica de desenvolvimento da Responsabilidade Social (Amaro, 2009: 27).

Resumindo, pode dizer-se que a economia solidária da Macaronésia tem como matriz nuclear da sua identidade a solidariedade, que pode ser entendida de uma forma sistémica segundo sete tipos de solidariedade que completam essa identidade, uma solidariedade económica, uma solidariedade social, uma solidariedade cultural, ambiental, territorial, científica e política (Amaro, 2009: 24).

Comparando as versões entre si, poderemos afirmar que a versão da economia solidária da Macaronésia têm dois pontos em comum com a versão francófona, na formulação quer do projecto económico quer do projecto político interno. Tem igualmente dois pontos em comum com a versão ibero-americana: o princípio da gestão democrática (referente à organização interna); e o intervencionismo em relação aos socialmente desfavorecidos (projecto social). Naquilo que a distingue explicitamente das outras duas versões, a versão da Macaronésia compreende alguns aspectos que valerá a pena enumerar aqui, nomeadamente as dimensões cultural, ambiental, territorial, científica e de gestão, bem como, uma valorização explícita do projecto político externo (o Estado parceiro). Esta versão assenta numa concepção sistémica de solidariedade, e não apenas política e social (como decorre da visão antropocêntrica implícita nas versões francófona e ibero-americana), contemplando deste modo outros tipos de solidariedade (económica, cultural, ambiental, territorial, e científica)

espelhados numa visão ecocêntrica⁶⁶, ou seja, numa nova forma de estar entre o Homem e a natureza global, passando este a compreender e coabitar sustentavelmente com os demais seres vivos (Amaro, 2009: 25).

O conceito de solidariedade é indissociável da democracia moderna pois constitui um paradigma alternativo ao individualismo, remetendo quer para um vínculo social quer para uma dívida social entre cidadãos. Sendo assim, é impossível nos nossos dias reduzir a economia solidária a uma economia paliativa e caritativa. Reduzir a economia solidária a esta versão ‘benevolente’ significa esquecer o ideal de solidariedade enquanto princípio de democratização da sociedade e enquanto dimensão ética, capaz de constituir uma força, uma unidade sólida, resistente às forças exteriores. Como afirmou Franz Kafka, a “solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana”, é por isso que neste subcapítulo, entendemos reforçar este conceito (solidariedade) por o consideramos a base da economia solidária. Etimologicamente, o termo é uma deformação da palavra latina *solidum* que, entre os juristas romanos, servia para designar a obrigação que pesava sobre os devedores. Hoje, mais afastado do significado original, o termo solidariedade é entendido a partir de três formas – reciprocidade, lealdade e altruísmo.

A solidariedade na economia repousa num projecto económico, político e social ao mesmo tempo que conduz a uma nova maneira de fazer política e delimita as relações humanas com base na ideia de consenso enquanto princípio regulador da acção dos indivíduos. Como observou Polanyi, as instituições que encarnam a utopia do mercado auto-regulado, esquecendo estes pressupostos solidários, “não poderiam existir por muito tempo sem aniquilar o material humano e natural da sociedade porque teriam destruído fisicamente o homem e devastado o ambiente” (Polanyi citado em Santos, 2004: 2). Assim, a ideia de que não existiriam alternativas ao modelo de produção capitalista não poderia predominar durante muito mais tempo. Uma vez que a globalização neoliberal foi eficazmente posta em causa por múltiplos movimentos e organizações, uma das tarefas urgentes consiste em formular alternativas económicas concretas que sejam ao mesmo tempo emancipadoras e viáveis e que, por isso, cinjam de conteúdo específico as propostas para uma globalização contra-hegemónica criando práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas, mais justas para todos os que convivem no planeta. Essas práticas e formas de sociabilidades justas podem ser

⁶⁶ O homem centrado em sua casa (“oikos” em grego).

encontradas em várias iniciativas da economia solidária realizadas pelo mundo fora⁶⁷. Em Portugal, projectos de desenvolvimento local ou comunitário, como o Programa MANIFesta⁶⁸, a ANIMAR⁶⁹ (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local), a PROACT⁷⁰, a SOLIM⁷¹ (Solidariedade Imigrante para a defesa dos direitos dos imigrantes) são exemplos de iniciativas e projectos desenvolvidos no âmbito da economia solidária. Esta última em particular será a base do nosso trabalho empírico. Várias outras iniciativas poderiam ser aqui referidas. Contudo, e por motivos óbvios, este não é o momento para uma contabilidade exaustiva destas iniciativas. Todavia, o ponto comum a todas estas iniciativas/projectos é justamente a vontade de implementar uma solidariedade global e igualitária, um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra.

Pelos tipos de solidariedade enumerados (admitindo ainda assim a existência de outros) – económica, social, cultural, ambiental, territorial, científica e política – a economia solidária pode ser desenhada como uma grande casa (*Oikos*) para a qual convergem diferentes caminhos que têm origem em diversas situações e experiências; ou como uma grande casa na qual entramos com diferentes motivações e por diferentes portas. Grupos humanos compartilham estas motivações e percorrem esses caminhos experimentando distintas maneiras de fazer economia com solidariedade. É num período de transição económica, de recomposição social, de procura de sentido sobre a organização humana, de afirmação de valores, mas também num contexto de crise, de luta, de resistência perante a dominação capitalista que se afirmam as potencialidades da economia solidária para prosseguir a sua missão de *Obligatio in solidum*. As trajectórias dos migrantes laborais com quem trabalhamos reflectiram uma condição partilhada de desvalorização social e precariedade que acentuaram o carácter urgente de uma abordagem solidária.

⁶⁷ E.g. o projecto Grameen Bank de Mohamed Yunus, Nobel da Paz (em <http://www.grameenfoundation.org/who-we-are/people/board-of-directors#Muhammad>), o Banco de Sementes Livres, o Projecto de Software Livre, entre outros.

⁶⁸ Centrado em eixos como a inovação para a igualdade de oportunidades, a empregabilidade e o empreendedorismo (como estratégias contra a crise), sistemas alternativos no financiamento da economia, a coesão social e a animação territorial. Vd. em <http://www.animar-dl.pt/manifesta/index.php>.

⁶⁹ Vd. em <http://www.animar-dl.pt>.

⁷⁰ Unidade de Investigação-Acção, de apoio técnico ao desenvolvimento local, à valorização do ambiente e à luta contra a exclusão social.

⁷¹ Associação que actua na área da defesa dos direitos dos imigrantes. <http://www.solimigrante.org/>.

No próximo capítulo tentaremos justamente olhar para os paradoxos próprios dessas trajetórias bem como para a relevância de formas alternativas de abordagem a esses mesmos paradoxos, designadamente as propostas da SOLIM.

3. MIGRAÇÕES E ACÇÃO COLECTIVA: REDES SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO

A incorporação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento está dependente de um conjunto muito diferenciado de factores que têm como resultado diferentes trajectórias (Portes e Manning, 1986). Os diferentes tipos de *capital* que os indivíduos transportam consigo representam um dos factores centrais para compreendermos uma parte importante destes processos.

Atendendo aos objectivos do nosso trabalho, concentramo-nos neste capítulo na dimensão das sociabilidades dos imigrantes e na sua centralidade enquanto factores explicativos dos percursos dos nossos interlocutores. Assim, é imperativo discutirmos alguns conceitos como o de *redes* e o de *capital social* de modo a tornarmos claras as nossas opções teóricas e a forma como olhamos para a questão da incorporação dos imigrantes e para os problemas específicos dos seus percursos. Não pretendemos cobrir aqui todas as propostas em torno dos conceitos que serão tratados. Procuraremos, sim, discutir um conjunto de relações entre o universo das migrações e a acção colectiva, demonstrando simultaneamente a importância das redes sociais e do capital social a elas ligado, espelhadas no ‘associativismo solidário’. Será no cruzamento de diferentes propostas que situaremos a nossa abordagem.

3.1 *Rede social e capital social: conceptualização e tipologias*

O conceito de rede é abundantemente usado na linguagem corrente, académica e política, e designa uma grande variedade de fenómenos e objectos. Ouvimos falar de redes em sectores bastante diferenciados: nas universidades, na academia, no Estado, nas organizações não governamentais, etc. A crescente importância da ideia de *rede* na análise dos modos de organização das sociedades, e que levam Manuel Castells (1996) a sublinhar um processo globalizado de “emergência das sociedades em rede”, conduziu alguns autores a discutirem a existência de uma “racionalidade reticular” (*vd.* Loureiro da Silva, 1999, e Portugal, 2007). As razões para esta centralidade poderão ser fundamentalmente duas: por um lado, o desenvolvimento das comunicações, que originou e possibilitou a existência de conexões onde antes havia isolamento; por outro lado, a valorização das relações entre as pessoas em oposição às relações entre as pessoas e as coisas.

Os trabalhos pioneiros a operacionalizarem o conceito de rede social vêm, sobretudo, da sociologia, da antropologia social e da psicologia social. Elizabeth Bott, antropóloga, foi uma das primeiras cientistas sociais a usar a noção de *rede* enquanto ferramenta de análise dos relacionamentos entre pessoas (Acioli, 2007: 4). Em 1957 Bott utilizou o conceito na análise de relações familiares tendo desenvolvido uma primeira medida da estrutura de uma rede - a conectividade. A autora define este conceito como a forma como as pessoas conhecidas por uma família se relacionam umas com as outras, independentemente da família. A autora distingue ainda dois tipos de redes, as “redes de malha estreita” e as “redes de malha ‘frouxa’”, que se caracterizam, respectivamente, por um maior ou menor número de relações (Portugal, 2007: 5). Mais tarde, Bott substituiu a ideia de conectividade pela noção de densidade.

Mark Granovetter, sociólogo norte-americano, é um dos mais influentes autores no estudo das redes sociais. Dois trabalhos seus em particular, *The Strength of Weak Ties* (1973) e *Getting a Job*, (1974), foram responsáveis por um impulso no número de trabalhos produzidos neste campo. Hoje o conceito de rede é trabalhado em domínios bastante diferenciados, e tem vindo a assumir-se crescentemente como uma ferramenta conceptual interdisciplinar. Nesse sentido, podemos, em função do tipo de objecto que trabalhemos, encontrar diferentes propostas de interpretação e de operacionalização do conceito de rede. De um modo geral, este conceito tende a ser descritivo: uma rede é composta por um conjunto de relações ou laços entre actores (indivíduos ou organizações). Granovetter foi um dos primeiros autores a distinguir as redes sociais como um conjunto de ‘nós’ ou ‘actores’ (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de tipos específicos. Um laço ou relação entre dois actores é caracterizado pela sua ‘força’ e pelo seu ‘conteúdo’. O conteúdo pode incluir amizade, interesses partilhados, informação, e confiança. Os laços (elos) são criados por algum tipo de relacionamento entre os actores e envolvem a comunicação, ou seja, a transmissão de informação na forma simbólica. De acordo com Granovetter, as relações e as interacções entre os diferentes elementos de uma rede são voluntárias e têm uma duração relativamente longa.

As redes podem ser pessoais (ou individuais), e, nesse caso, são compostas pelas pessoas que um indivíduo conhece e com quem interage podendo incluir actores em diferentes patamares de afinidade: família, amigos, colegas, superiores hierárquicos, empregados, parceiros de negócios, etc. Podem também ser interorganizacionais, e neste caso falamos das redes compostas por diferentes organizações (*e.g.*, associadas às

relações que uma empresa estabelece com outros agentes, tais como clientes, fornecedores, organismos públicos, universidades ou centros de investigação, entre outros⁷²).

No que diz respeito à abordagem pretendida para este trabalho, o conceito de rede social pode ser entendido como o conjunto de relações pessoais e interpessoais dos migrantes que envolvem familiares, amigos, co-étnicos, conterrâneos, etc. bem como intermediários que providenciam recursos de diferentes tipo – desde o capital necessário a um investimento financeiro a informação sobre como encontrar trabalho ou apoio jurídico. É na medida da dimensão e da densidade das suas redes que os imigrantes que estudámos podem aumentar a probabilidade de acesso a diferentes oportunidades, empregos melhor remunerados, a um estatuto social superior, etc. Nesse sentido, e para melhor compreendermos os processos de transformação das redes sociais dos nossos interlocutores, é também importante pensarmos como diferentes tipos de *capitais* específicos têm influência nos seus percursos, designadamente o *capital social*.

O conceito de *capital social* tem muito em comum com o conceito de *rede social*, isto porque é um tipo de capital cujo desenvolvimento está muito dependente do tipo de transacções ocorridas dentro das redes sociais dos agentes sociais. Existem definições que sustentam que o “capital social consiste num investimento nas relações sociais com proveitos esperados no mercado” (Portugal, 2007: 15). Se entendermos o mercado não só como mercado económico, mas também político, comunitário ou laboral, fará sentido então concluir que o capital social é apreendido nas relações sociais, envolvendo conquistas, constrangimentos e oportunidades estruturais, bem como as próprias escolhas dos actores. Como referem alguns autores, salientando o entrosamento dos dois conceitos, o capital social é um bem essencial “em virtude das conexões dos actores e do acesso aos recursos da rede ou grupo de que eles fazem parte” (Portugal, 2007: 16).

Ampliando um pouco o nosso olhar sobre o conceito de capital social devemos referir que é possível identificar três tradições distintas na abordagem ao mesmo: a que se baseia no trabalho de Pierre Bourdieu; a que se estrutura em torno das ideias de James Coleman; e a proveniente dos trabalhos de Robert Putnam.

Bourdieu constrói o conceito enquadrando-o na sua teoria da reprodução social com base na distinção dos grupos sociais. Definiu-o como “o agregado dos recursos

⁷² A propósito das tipologias de redes *vd.* Granovetter, 1998; Barnes, 1972; e Sousa, 2008.

efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou reconhecimento” (Bourdieu, 1980, 1985, 1998). Para o autor, o “volume de capital social que um agente particular possui depende da extensão da rede de ligações que ele pode mobilizar e do volume de capital (económico, cultural ou simbólico) possuído por cada um daqueles a quem ele está ligado” (Bourdieu, 1998: 67). O autor demonstra que as redes sociais não são um dado natural uma vez que são construídas através das estratégias usadas no investimento das relações sociais, passíveis de serem utilizadas como fontes de benefícios.

Para Coleman (1990: 300), o “capital social, e à semelhança de outras formas de capital, é ‘produtivo’ tornando possível alcançar certos fins que não seriam possíveis de atingir na sua ausência”. Para o autor, o capital social pode ser entendido como um conjunto de obrigações e expectativas, informação, normas e sanções, autoridade, e formas de organização associativa que ao serem activadas se podem converter em outros tipos de capital. As formas que podem contribuir para a criação, manutenção e destruição do capital social são o fechamento das redes sociais, a estabilidade das estruturas, a ideologia e outros factores, como os suportes sociais formais (Portugal, 2007: 19).

Tanto Coleman como Bourdieu sublinham a intangibilidade do capital social, em comparação com outras formas de capital. Enquanto o capital económico é quantificável a partir do dinheiro que os indivíduos podem mobilizar em função das suas necessidades materiais, e o capital humano pelas suas habilitações e competências, o capital social encontra-se na estrutura das suas relações. Para possuir capital social, um indivíduo precisa de se relacionar com outros, e são estes — não os próprios — a verdadeira fonte dos seus benefícios. Estas definições, apesar do mérito científico reconhecido, são, no entanto, consideradas por Portes (2000) como “vagas” e de “carácter tautológico”. Segundo este autor (1998), uma análise sistemática do conceito deve distinguir três elementos: os *recursos*, as *fontes de capital social* e os *detentores de capital social*. Deste modo, torna-se evidente a estrutura das redes por trás do conceito de capital social, que passa a ser definido como um recurso colectivo, construído pelas suas redes de relações. A construção das redes sociais e a consequente aquisição de capital social poderão estar condicionadas por factores culturais, políticos e sociais. Compreender o seu funcionamento e os seus efeitos permite observar o potencial desse tipo de recursos como mais um instrumento fundamental nos processos de incorporação social das populações migrantes. Para isso é importante que as redes, enquanto canais

pelos quais circulam a informação e o conhecimento, se ampliem. Há, no entanto, consequências negativas associadas a este tipo de recurso. Portes (2000) identifica quatro dimensões, que também a nós nos pareceram relevantes na análise das redes dos nossos entrevistados: em primeiro lugar, a exclusão dos que estão fora do grupo, isto é, os mesmos laços que trazem benefícios aos membros de uma rede podem impossibilitar o acesso de outros; em segundo lugar, o fechamento do grupo, que pode impossibilitar a iniciativa individual exigindo a dedicação ao colectivo em detrimento dos interesses pessoais; em terceiro lugar, a participação no grupo apela à conformidade, sem negar a importância do acesso a benefícios, restringindo a privacidade e a autonomia dos indivíduos, colocando em causa a liberdade individual dos mesmos; por último, a redução das expectativas pessoais que se estabelecem pela partilha de experiências e adversidades no seio da comunidade, que muitas vezes por oposição ao conjunto da sociedade, tornam difícil a procura de caminhos alternativos.

Será importante entender que uma análise das redes sociais dos migrantes fornecerá uma explicação dos seus comportamentos sociais, baseada em modelos relacionais que nos permitam compreender o modo como os nossos entrevistados são condicionados pelo tecido social que os envolve, mas também o modo como eles o usam e o influenciam consoante os seus interesses. Assim, as suas redes, compostas por familiares, amigos ou conhecidos, assumem grande importância, tanto do ponto de vista das sociabilidades como em aspectos mais complexos como o tipo de incorporação no mercado de trabalho e nos contextos de recepção. A este propósito, e no capítulo seguinte, debruçar-nos-emos sobre as redes sociais dos nossos interlocutores e tentaremos identificar conexões (laços ou relações) inseridas num determinado sistema (as associações de imigrantes). Essa abordagem permitirá compreender os modos de incorporação dos próprios quer no plano económico quer no plano social, mas também ao nível ambiental, territorial, e político.

3.2 Configuração e operacionalização de redes sociais no processo migratório

Voltemos então a Portes para quem as redes, factores por excelência de incorporação dos migrantes, são definidas como “conjuntos de associações recorrentes existentes entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afectivos” (Portes, 1999: 12) sustentadas em afinidades específicas que em

determinados contextos assumem diferentes graus de importância. Segundo o autor, a importância da rede nos modos de incorporação dos migrantes faz-se também sentir em função do tipo de políticas migratórias vigentes nas sociedades de destino. Os próprios fluxos migratórios são maioritariamente discutidos enquanto fenómenos sociais que são alimentados por diferentes tipos de redes sociais. É atribuída especial relevância ao papel das redes, tanto na decisão de emigrar como no carácter duradouro de determinados fluxos migratórios, bem como ao nível da integração no mercado de trabalho. As redes, enquanto “conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afectivos” (*Ibidem*), possibilitam o acesso a determinados recursos aos quais os indivíduos não teriam acesso apenas através dos circuitos formais de acesso aos mesmos. Por um lado, as redes sociais e familiares permitem o acesso a informação sobre oportunidades de trabalho no país de destino. Por outro lado, são fontes de apoio à deslocação ou fixação no país de acolhimento, assumindo um papel importante num contexto em que os canais oficiais e internacionais de acesso ao país de destino não existam ou são muito rígidos.

Relativamente aos nossos entrevistados cabo-verdianos, tentaremos evidenciar algumas características que demonstram o sentido que muitos autores já defenderam: o de estarmos perante um grupo em fase de consolidação (Malheiros et al. 2004). Pela historicidade desta comunidade migrante em Portugal, os autores defendem que o quadro imigratório propriamente dito, alimentado por fluxos contínuos, dependerá mais de uma estrutura sociodemográfica largamente estabilizada que já incorpora muitos descendentes nascidos em Portugal.

Segundo um estudo do Ministério do Trabalho e da Segurança Social (MTSS), publicado em 2003, o processo de regularização de 1992 envolveu cerca de 39 000 cidadãos estrangeiros, com especial destaque para os nacionais de Cabo Verde e Angola que representavam aproximadamente dois terços do total dos cidadãos legalizados (DEEP, 2003: 67). No processo de regularização seguinte, em 1996, e uma vez mais, a maioria dos pedidos (cerca de 82%) foram apresentados pelos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

No final do séc. XX, o contexto migratório em Portugal alterou-se devido a uma entrada massiva de milhares de trabalhadores ilegais, provenientes nomeadamente da Ucrânia, Moldávia, Rússia e Roménia (DEEP, 2003: 66). A razão deste crescimento

significativo deveu-se também à actividade de redes⁷³ estruturadas de apoio à imigração ilegal, originando uma situação impossível de ignorar, levando a novo processo de regularização em 2001⁷⁴. Esse documento legislativo instituiu que se pudessem emitir novos vistos de trabalho em território português apenas com carácter provisório. Neste período é introduzida a figura da autorização de permanência, que é passível de ser renovada anualmente mas apenas por um período máximo de 5 anos, período ao fim do qual os migrantes deveriam solicitar autorizações de residência temporárias. Note-se que as diferenças destas novas autorizações, quando comparadas com as anteriores (1992 e 1996), residiam nas limitações que impunham a possíveis estratégias de permanência destes *novos* migrantes, estando a sua regularização documental dependente da formalização de um vínculo contratual com uma entidade empregadora.

Para os nossos entrevistados Ucrrianos, a escolha de Portugal como país de destino surgiu da informação de que existiria uma maior facilidade de entrada no mercado de trabalho, em particular ao nível do trabalho informal na construção civil e no trabalho doméstico. Sobre o sector do mercado de trabalho que os acolheria, as redes funcionam como canais de informação, particularmente nos primeiros meses de estada em Portugal. As escassas ligações com o país de destino aquando do momento de partida, o desconhecimento da língua portuguesa e a dificuldade em obter um visto de trabalho adequado constituem condicionantes que potenciam a dependência destes contingentes face às redes de facilitação da imigração (legais e ilegais). Conhecedores das vulnerabilidades destes migrantes, as redes organizadoras de ‘pacotes migratórios’ disponibilizam, como vantagem dos seus serviços mas mediante um custo acrescido, um contacto com outro migrante já estabelecido no país de destino e com conhecimento da língua. O tipo de capital social que é utilizado neste caso é de natureza informal e estratégica e, portanto, pouco propensa a fomentar relações de solidariedade entre os diferentes protagonistas (Portes, 2000). Estas redes procuram controlar a informação mais importante para o desenrolar do processo migratório, desde o país de origem ao país de destino, constituindo uma densa teia de pontos estratégicos interligados que nalguns casos sobrevive apenas com recurso a práticas ilegais.

⁷³ As redes migratórias dos migrantes de leste caracterizam-se por fortes assimetrias de informação e materializam-se, particularmente no país de origem, assumindo a forma de agências de turismo ou pessoas individuais, que oferecem ‘pacotes migratórios’ a custos elevados. Desses pacotes fazem parte vistos de turismo como “passe de entrada” no mercado de trabalho do Espaço de Schengen, utilização de autocarros como meio de transporte principal e contactos privilegiados no país de acolhimento (cf Peixoto, 2002).

⁷⁴ *Vd.* Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10 de Janeiro.

As fortes assimetrias nas relações que estas redes estabelecem resultam numa apropriação desigual dos seus benefícios a favor de quem detém um maior número de informação sobre os circuitos migratórios, implicados entre a origem e o destino e, principalmente, no espaço do mercado de trabalho dos países de acolhimento. Serão também favorecidas as entidades patronais do país de destino, que poupam nos custos com uma mão-de-obra facilmente substituível, dada a sua vulnerabilidade perante a lei e as regras do mercado de trabalho que desconhecem. No entanto, e com o aumento do número de entradas, os migrantes tendem a autonomizar-se e a estabelecer laços de solidariedade de natureza mais familiar, entre o espaço de origem e o espaço de destino. Criam-se, deste modo, redes mais densas nas estratégias migratórias, o que é visível nas duas nacionalidades em causa.

Em suma, pese embora o facto das redes sociais serem elementos de facilitação do processo migratório imprescindíveis para a análise deste, elas são ao mesmo tempo mais um factor de diferenciação entre indivíduos. Neste caso, e conscientes do carácter sintético desta discussão, ao tentarmos explicitar teoricamente a ideia de rede social e a sua importância nas vidas dos imigrantes, o nosso objectivo é sublinhar a relevância da existência de diferentes tipos de redes sociais a partir das quais os indivíduos organizam as suas vidas nos contextos de recepção. Ao compreendermos a centralidade das redes sociais na vida dos imigrantes, bem como a sua diversidade, compreendemos melhor a natureza do tipo de obstáculos com que estes mais regularmente são confrontados e, conseqüentemente, perceberemos também melhor a importância do sector associativo nos seus percursos.

3.3 A relevância do sector associativo

A dimensão das sociabilidades dos imigrantes, tal como a temos debatido, é sem dúvida fundamental para a subsistência dos imigrantes. Nesse campo, as redes sociais funcionam como instrumentos de acesso a recursos e simultaneamente de protecção social. As redes são, neste contexto, um importante equalizador social para as populações imigrantes mais descapitalizadas. É precisamente neste sentido que as associações de imigrantes, elas próprias redes sociais com malhas bastante densas, facilmente se transformam em focos de amplificação das próprias redes sociais dos imigrantes e, conseqüentemente, do seu próprio capital social. O modo como o associativismo imigrante se tem desenvolvido e organizado, em particular nas últimas

duas décadas, é um reflexo da importância crescente que as associações têm assumido para a vida das populações imigrantes.

Assim, neste capítulo, parece-nos imprescindível mencionar algumas alternativas de solidariedade emergentes que, de certa maneira, espelhem, no espaço público da migração, os princípios da economia solidária, conforme os apresentámos no capítulo anterior. São as associações de migrantes que, por exemplo através dos serviços de proximidade, procuram criar instâncias de pressão no sentido da criação de políticas públicas no que concerne à inserção social e económica de segmentos específicos de imigrantes. Os novos significados e orientações que o associativismo confere na vida dos migrantes, em especial o movimento associativo de comunidades migrantes com níveis de consolidação diferenciados (Ucrânia e Cabo-verde), são igualmente importantes para compreendermos as valências que podem promover a inclusão social destas comunidades. Também as suas acções colectivas, olhando especificamente para o movimento associativo cabo-verdiano em Portugal, pela sua presença e evolução em Portugal, dificilmente se poderiam dissociar das experiências inscritas na história do seu movimento associativo.

Ao longo das últimas décadas, o associativismo cabo-verdiano tem constituído um espaço de memória, de questionamento, de intervenção, de partilha e de tensões que tem reflectido as transformações políticas e sociais em Cabo Verde, as trajectórias e as dinâmicas da comunidade cabo-verdiana e, de forma mais abrangente, o fenómeno migratório em Portugal. Nesta medida, os múltiplos percursos e lógicas que têm sublinhado as diferentes formas de intervenção das associações cabo-verdianas espelham um quadro complexo de realidades e de espaços sociais em constante mutação (Malheiros *et al*, 2003: 2).

O teor da intervenção que este tipo de organizações tende a desenvolver, como fenómeno de acção colectiva, parecem-nos constituir um instrumento de grande importância para a nossa análise, quer no seio da comunidade migrante, quer na sociedade receptora. Nascidas através de impulsos espontâneos ou voluntaristas, as associações de migrantes, quer pelos seus estatutos e princípios solidários (pelas acções que levam adiante), assumem capital importância no dinamismo que representam na

vida de milhares de migrantes e, como tal, seria impensável contornar o seu papel neste estudo⁷⁵.

O associativismo migrante caracteriza-se basicamente pela duplicidade e mutabilidade de objectivos, pela duplicidade de áreas de intervenção geográfica, pela sua função de contra-poder e pelo reconhecimento activo na sociedade. O seu papel activo permite o reconhecimento na formulação e execução de determinadas acções políticas, bem como no desenvolvimento de parcerias com diferentes organismos públicos e privados, em múltiplos domínios na incorporação dos migrantes⁷⁶, bem como, a promoção do diálogo intercultural. Face ao actual momento de crise mundial, este tipo de associativismo tenta a custo dar respostas através da cooperação solidária no âmbito da regularização e ajuda à obtenção de emprego, e também nas acções de apoio na resolução de conflitos laborais. Quando os trabalhadores têm conflitos laborais, como por exemplo, o não pagamento de salários, a falta de pagamento das contribuições à Segurança Social, ou despedimentos sem justa causa e/ou sem o devido acerto de contas, estas organizações informam os migrantes sobre os seus direitos e encaminham as queixas para o tribunal do trabalho, quer o migrante esteja em situação “regular” ou não. O modelo de intervenção de muitas destas organizações associativas passa, por conseguinte, por um contacto muito directo com os migrantes.

A relevância destas associações prende-se justamente com o facto de serem interlocutores privilegiados no diálogo quotidiano com migrantes de diferentes nacionalidades e, por conseguinte, de serem também representantes destes quando surgem situações de violação dos seus direitos. A título de curiosidade, apenas quando existe uma intervenção da Inspeção Geral do Trabalho (IGT) ou do SEF é possível serem accionadas contra-ordenações ou autos de notícia com vista à penalização dos empregadores por quaisquer infracções cometidas. Interrogamo-nos sobre quais as etapas necessárias para que seja possível prosseguir e aprofundar o projecto associativo de afirmação de uma outra forma de agir, complementar mas não dependente do Estado⁷⁷, face a estas questões e a outras igualmente complexas de quebra dos laços sociais, de promoção da empregabilidade, de combate à exclusão e à necessidade de novas formas de inserção social. Uma análise ao actual regime jurídico que tutela as

⁷⁵ José Maria Carvalho Ferreira salienta um novo tipo de associativismo que surge entre meados do século XIX e princípios do século XX e que prefigura o que hoje denominamos de associações privadas sem fins lucrativos.

⁷⁶ *Vd.* Fonseca, 2003.

⁷⁷ *Vd.* a este respeito a ideia de “Estado-parceiro” proposta por Amaro (2009), e já discutida no capítulo anterior, no âmbito da referência à Economia Solidária da Macaronésia.

associações revela de forma clara a raiz das limitações da Lei n.º 115/99⁷⁸, em particular no que diz respeito à questão do apoio do Estado e da definição de montantes. A falta de objectividade nos critérios legais que presidem ao cálculo e à distribuição dos recursos, previstos no Orçamento de Estado, atribuídos às associações parecem reforçar a ideia de uma fraca adequação do quadro regulador à realidade do associativismo imigrante em Portugal, contribuindo desta forma para a volatilidade do sector e do tipo de projectos e acompanhamento que as associações podem desenvolver. O próprio presidente da SOLIM confirmou-nos esta leitura:

Nós temos um projecto anual apoiado pelo Estado, pelo Alto Comissariado para a Imigração (...) sabe qual foi a política que eles usaram? [...] foi uma política eleitoralista antes das legislativas “Vamos lá rever isto que há muita gente a chorar [...] vamos retirar quinze mil euros à Solidariedade Imigrante e vamos distribuir essas migalhas de miséria por outras associaçõeszinhas e se calhar ficam todos contentes”. Tirar quase 50% (do financiamento) a uma associação para distribuírem migalhas por baixo é desinvestir [...]

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

Este é um cenário que, sem se poder definir verdadeiramente como ideal ou catastrófico, é significativamente limitador do comportamento associativo. O movimento associativo imigrante parece encontrar-se assim numa encruzilhada, que não nos é totalmente estranha, por justamente se encontrar nos interstícios que separam os sectores público e privado. Neste sentido, a nossa observação revelou, e conforme temos vindo a discutir, alguma urgência na promoção de um quadro de maior estabilidade na participação do Estado nas iniciativas de apoio às populações imigrantes

⁷⁸ Lei n.º 115/99 – Regime jurídico das associações de imigrantes: 1 - As associações de imigrantes são associações constituídas nos termos da lei geral, dotadas de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, regional ou local, e que inscrevam nos seus estatutos o objectivo de proteger os direitos e interesses específicos dos imigrantes e dos seus descendentes residentes em Portugal, visando nomeadamente: a) Defender e promover os direitos e interesses dos imigrantes e seus descendentes em tudo quanto respeite à sua valorização, de modo a permitir a sua plena integração e inserção; b) Desenvolver acções de apoio aos imigrantes e seus descendentes visando a melhoria das suas condições de vida; c) Promover e estimular as capacidades próprias, culturais e sociais das comunidades de imigrantes ou dos seus descendentes como elemento fundamental da sociedade em que se inserem; d) Propor acções necessárias à prevenção ou cessação de actos ou omissões de entidades públicas ou privadas que constituam discriminação racial; e) Estabelecer intercâmbios com associações congéneres estrangeiras ou promover acções comuns de informação ou formação (cf http://www.aimigrantes.org/content/pdf/Lei_115_1999.pdf)

protagonizadas pelas associações, sobretudo num quadro em que estas desempenham funções geradas pela ineficácia, e por vezes arbitrariedade, do aparelho burocrático do Estado.

3.4 Economia solidária e associativismo imigrante: o caso da SOLIM

Ao longo deste capítulo tentámos enfatizar a importância das redes de sociabilidade nos percursos das populações imigrantes. O tipo de obstáculos que os imigrantes enfrentam divergem de acordo com o tipo de recursos (económicos, sociais e políticos) que estes são capazes de mobilizar. Nesse sentido, quanto menor for o volume dos capitais possuídos pelos imigrantes maior será a sua vulnerabilidade. Consequentemente, maior a importância das redes sociais de apoio e mais urgente a emergência de alternativas aos canais tradicionais do Estado. A nossa observação revelou o associativismo imigrante, assente nos princípios da economia solidária, como um instrumento vital para que todos os que estão em situação de anonimato passem a ter voz social, política, e económica. É através da associação e da organização por via da acção colectiva que as populações fortalecem a sua capacidade reivindicativa e criam oportunidades que lhes permitem alcançar objectivos individuais e colectivos.

Nesta ponto, cruzaremos objectivamente a dimensão dos valores representativos da economia solidária com a dimensão empírica do associativismo imigrante, focando a nossa análise numa associação solidária – a SOLIM⁷⁹ – e na sua posição no universo dos migrantes laborais em Portugal. A selecção da SOLIM, como foi já mencionado, surge na sequência da conformidade que nos parece óbvia entre os seus princípios e os princípios da economia solidária, em particular, aqueles que apontam alternativas para superar o vasto conjunto de problemas que afectam vários milhares de imigrantes em Portugal. Com efeito, nesta associação, a participação, a solidariedade, e a cooperação em torno de objectivos comuns aos imigrantes têm sido fundamentais para assegurar o cumprimento dos seus direitos com vista a uma incorporação social igualitária em Portugal. A SOLIM actua em domínios tão distintos quanto vastos. Em primeiro lugar, no domínio socioeconómico, através da realização de acções de educação não formal (ateliers educativos para adultos e crianças; workshops variados; exposições e actividades recreativas e culturais), de projectos de formação profissional (concretizados

⁷⁹ <http://www.solimigrante.org/>

numa longa lista de cursos, sendo os mais frequentes integrados no âmbito da mediação cultural, informática e ensino do português), na busca e apoio no emprego e na informação e promoção sobre cuidados de saúde. Em segundo lugar, no domínio cultural, que se traduz na organização de diferentes actividades como forma de manutenção e de exercício de práticas culturais específicas de cada população, e que funcionam frequentemente como catalisador da desconstrução de preconceitos decorrentes do desconhecimento relativamente aos imigrantes (por exemplo, através da promoção de actividades para a conservação da língua materna, actividades gastronómicas, exposições fotográficas e audiovisuais, em concertos, etc.). Em terceiro lugar, no domínio político-legal onde se devem destacar as acções informativas sobre os direitos dos imigrantes e a importante tarefa de intermediação que levam a cabo em representação dos interesses dos imigrantes junto do Estado, com destaque para o SEF. Esta tarefa começa, na maior parte dos casos, pela tradução/descodificação da informação oficial transmitida pelo Estado aos imigrantes.

Pelo tipo de trabalho desenvolvido e pela sua abrangência, a SOLIM, mais do que uma simples associação, é uma construção que representa uma conquista social assente em valores solidários e que vive por e para dar voz a todos os imigrantes que dela fazem parte. É precisamente na ausência de uma voz pública da generalidade dos migrantes laborais que ocupam os sectores mais desvalorizados do mercado de trabalho que a direcção da SOLIM situa o núcleo da sua preocupação. E mais do que uma falta de voz, o problema parece assentar num conjunto de mecanismos burocráticos que impede que essas vozes se ouçam.

[...] nós constituímos esta associação para dar voz autónoma e independente aos imigrantes. Voz livre, para que sejam os imigrantes os verdadeiros protagonistas da sua luta e para que não seja mais uma associação onde a base assenta numa estrutura piramidal onde não se dá um passo sem pedir licença a não sei quem – mas a alguém. Por isso nós queríamos trabalhar em rede, com dinâmicas próprias, nós queríamos fazer um trabalho num sentido diferente, mas completamente diferente daquilo que se faz em Portugal, muito mais na Europa.
Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

A SOLIM é uma associação sem fins lucrativos, sediada em Lisboa, criada em 2001, com o objectivo da defesa dos direitos dos/as migrantes, norteadada pelo princípio da igualdade entre todos os cidadãos nacionais ou estrangeiros através do desenvolvimento da solidariedade entre os migrantes e/com a sociedade portuguesa. Ao longo da sua existência, a SOLIM conseguiu criar uma importante dinâmica de mobilização dos/as migrantes na resolução de vários conflitos. A associação sublinha valores como a solidariedade, a ética, a democratização da política, a defesa dos direitos das minorias e a criação de condições igualitárias. Diariamente, a associação realiza atendimento personalizado, tendo registado, nos dois últimos anos, mais de 50 mil atendimentos. Ao mesmo tempo, a associação conta com diversos grupos de trabalho, como o Grupo do Direito à Habitação, o Grupo da Interculturalidade, o Grupo de Jovens, o Grupo dos Movimentos Sociais ou o Grupo de Mulheres Imigrantes. O carismático presidente da associação embora reitere amiúde o carácter horizontal da estrutura desta, partilhou connosco alguns números que atestam o crescimento da associação.

[...] neste momento temos mais de dezoito mil associados ao fim de sete anos... oito anos e meio... mais de 18 mil associados de 90 nacionalidades diferentes [...] o que significa que crescemos mais do que qualquer significado por alguma coisa [...] é um fenómeno que está aqui, mas que tem de ser explicado. Muitas vezes nós que estamos dentro não conseguimos explicar muito bem porque também falamos com muita paixão, muito amor à causa e com muita raiva também pelo aquilo que querem fazer do movimento associativo, em Portugal e na Europa. E pela falta de compreensão do que deve ser, muitas vezes uma associação que constrói com as pessoas e não para as pessoas, que quer que as pessoas tenham dinâmicas próprias e que lutem e que lutem bastante e que não se aprisionem e que sejam sempre livres, livres na sua palavra e independentes e que tenham autonomia financeira e que sejam responsabilizados e que se crie está prática, esta vontade de participação e que não sejam associações de ‘tecnocratas’.

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

Em relação aos principais contingentes que constituem o grupo de associados da SOLIM parece haver uma ligeira preponderância do sexo feminino e uma recente tendência de rejuvenescimento do universo de associados. As nacionalidades representadas na SOLIM são quase tão diversificadas quanto o número de

nacionalidades representadas nas listagens do SEF, como, aliás, a nossa presença nas instalações da associação permitiu verificar.

[...][A] maior parte das pessoas que nós recebemos aqui naturalmente são homens, mas a diferença não é muito grande... temos aqui também muitas mulheres que nos procuram e são bastantes [...] muitos jovens, principalmente agora nos últimos anos, nos últimos anos sim, nos últimos três anos, 2007, 2008, 2009. Nomeadamente da África, África francófona que vêm aqui, são muito jovens [...] a principal comunidade que cresceu na associação foi a comunidade senegalesa [...] E depois outras comunidades, dos países que falam português, dos outros países francófonos, de alguns países do leste, nomeadamente a Moldávia, ou República Moldova, mais correctamente [...] Moldova e a Roménia, porque são comunidades mais antigas do tal chamado bloco de leste, ou Europa de Leste, conforme queiram chamar [...]

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

A principal diferença relativamente a outras instituições sem fins lucrativos reside no próprio funcionamento da estrutura organizativa da SOLIM e na ausência de uma estrutura piramidal que se traduz numa evidente multiplicidade quantitativa e qualitativa dos laços criados entre os diferentes membros da associação. A ajuda mútua, a responsabilidade social, a democracia participativa, a igualdade, a equidade e a solidariedade são os valores reconhecidos e retransmitidos na cultura organizativa da SOLIM e na lógica de valorização da experiência enquanto fonte de conhecimento:

A maior parte das associações tem que ter boas pessoas para fazer bons projectos (de modo a respeitarem as normas da União europeia e do orçamento português), se não tiverem essa gente que saiba fazer isso então [...] não existem. Param e fecham as portas. Nós não. Nós somos uma associação onde os protagonistas são os próprios imigrantes que querem manter a porta aberta, responsabilizam-se, dão a cara, apoiam e ajudam [...]. A responsabilidade é distribuída por todos [...] aqui é para estar aqui um imigrante, não é um doutor advogado, é para estar um imigrante, aqui a fazer os processos das pessoas, que estão aqui (mostra algumas folhas e lê): “com urgência, atenção que tem dez dias e já passaram quatro dias, faltam seis para contestar uma decisão de negação ao

reagrupamento familiar”. Nós não aceitamos esta prepotência e esta arbitrariedade [...] são imigrantes ali, quem está ali não é o XXXX, são imigrantes a atender os próprios imigrantes, onde é que vê isto? Em Portugal e na Europa não se vê [...] é que mesmo não se vê.

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

O modo de funcionamento da associação e a diversidade de nacionalidades que estão presente no seu dia a dia são características demonstrativas da possibilidade de uma ordem alternativa aos modelos exclusivistas com base no Estado-Nação e na lógica de mercado. O funcionamento da associação como rede social composta por vários pontos individuais que formam um todo inquestionavelmente maior que a conjunção das suas partes e em que acrescentando um contributo multiplicado a um bem comum liberto de categorias nacionais exclusivistas e, por conseguinte, limitadoras da acção humana. Como foi igualmente acentuado:

[...] Porque é que nós nos estamos a dividir em comunidadezinhas? Em pequeninos quintaizinhos? A comunidade brasileira, comunidade cabo-verdiana, comunidade guineense [...] somos todos pessoas, homens e mulheres, temos nome! E temos de ser tratados como isso, como tal [...] pessoas, homens e mulheres que têm nome, que têm dignidade, que têm direitos e precisam de ser respeitados e precisam de ter direitos e precisam de envolver as pessoas com este espírito e nós ganhámos isso rapidamente e transformámo-nos na maior associação de imigrantes em Portugal [...] “olha eu conheço, vai ali, vai ali” [...] é um espírito efectivamente mais assente numa base de relações, de proximidade, humanizadas, onde as pessoas se tocam, mais familiarizado, dentro do conceito desta família grande ou global, não? Sabe o que é que dizia a revista de economia solidária, se for pesquisar? Sobre a associação de portas abertas”, dizia assim o título: “no mosaico linguístico que aqui se fala, não fica atrás de qualquer dependência das Nações Unidas” [...] está a ver? Mas é verdade, ele falou [...] uma realidade que se vive nesta casa é esta diversidade de raças e de culturas [...]

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

A associação, enquanto rede dinâmica e fluida, não ignora, contudo, a proximidade de estruturas e de instituições que podem condicionar fortemente o tipo de intervenção e acção que pode desenvolver. Podemos, nesse sentido abordar analiticamente a acção da associação como variando entre dois pólos: um que poderemos designar de “institucional” e um outro que podemos apelidar “dinâmico”. O primeiro remete para um campo em que as organizações trabalham em parcerias com o Estado e que têm como objectivos e consequências uma ampliação e consolidação do espaço de prestação de serviços sociais. Um segundo, está relacionado com a interacção da própria associação (enquanto rede) com outras entidades privadas para criar instrumentos de activação e desenvolvimento de recursos e de competências, formando, deste modo, novas possibilidades para os associados:

Temos protocolos com o Estado, com o Estado temos protocolos nomeadamente no que toca ao Centro Nacional de Apoio à Imigração (CNAE) nós temos ali mediadores que são imigrantes ou seja, fazem a mediação entre o serviço público, o serviço público e as pontes imigrantes, portanto há alguns anos atrás não era previsível haver pontes imigrantes a fazer a mediação de população imigrante em relação ao Estado. [...] nós contactámos com as empresas, nós criámos uma rede de empresas também, estamos envolvidos com outras redes também, de centros que procuram trabalho, nomeadamente as UNIVAS, Unidades de Inserção na Vida Activa, que estão ligadas aos centros de emprego e nós aqui de nossa iniciativa reunimos e fazemos protocolos com algumas empresas. E a nível dos outros sectores, nós reunimos com várias empresas e também tentámos criar uma rede [...] ainda agora recebemos duas propostas de duas empresas que se assumiram querer ser pertencentes a este rede não só apoiam o símbolo da sua empresa, mas também apoiam o símbolo da nossa associação como entidade parceira, ou seja estabelecemos determinadas parcerias com empresas de vários sectores, para dizermos também às empresas “meus amigos temos aqui muita gente com estas qualificações, com esta experiência de trabalho e que precisam de trabalho [...]

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

Num contexto de procura de soluções para os problemas sociais a associação debate-se com inúmeras dificuldades para apoiar os trabalhadores a encontrar emprego. Em

grande parte dos casos, é através das redes que da rede fazem parte que se conseguem encontrar soluções embora, por vezes, estas assentem em vínculos contratuais precários, e os aspectos legais nem sempre serem respeitados pelas entidades patronais. Também devido à falta de esclarecimento e de informação dos trabalhadores, os mesmos acabam por ser cúmplices por desconhecimento e omissão dos abusos e desrespeito dos seus próprios direitos. O jogo entre trabalhador, empregador e entidades reguladoras, supervisoras e/ou com competências de monitorização do mercado de trabalho é jogado sobre uma realidade complexa onde se disputam interesses económicos, sociais e políticos em silêncio. No universo da associação, a situação de precariedade generalizada enfrentada pelos associados e por aqueles que recorrem pela primeira vez ao espaço da associação é particularmente evidente, como foi também enfatizado pelo nosso entrevistado:

São trabalhadores sazonais à força, mesmo que haja muito trabalho o patrão não vai passa-lo, porque se houver trabalho ele pode até passar a efectivo, habitua-se, pode se tornar mais refinado, mais reivindicativo, pode conhecer melhor as engrenagens daquela máquina e exigir os seus direitos, pode muitas vezes descobrir algumas falcatruas, que não estão a descontar para a Segurança Social, e aí eles normalmente despedem a pessoa, alegando até que não há mais trabalho. E por isso é um trabalho precário por natureza, é um trabalho onde a desregulamentação é evidente, a desregulamentação existe por completo no sector da construção civil [...] todo o mundo sabe que as entidades patronais no sector da construção civil pagam à hora, pagam cinco euros à hora, ou pagam seis euros ao pedreiro, pintor também seis euros, cinco euros, servente quatro [...] três euros e meio, quatro euros à hora... mas no contrato põem o salário mínimo nacional, ou põem, na melhor das hipóteses, porque os patrões não querem às vezes fugir e para não serem apanhados põem o salário mínimo de contratação colectiva [...] nós sabemos que na realidade a pessoa não ganha quinhentos euros, ganha mil e quinhentos, ou dois mil euros por mês [...] não é porque os trabalhadores muitas vezes querem isso, não é muitas vezes aquela teoria “bom, mas também os trabalhadores assim descontam menos e levam mais dinheiro para casa”, não é bem isso... numa primeira fase, quando as pessoas desconhecem todas as causas e os problemas que isto pode trazer, numa primeira fase se calhar as pessoas pensarão assim, “bom, o patrão até está a ser porreiro, está me a dar dinheiro fora”, mas sabe que a ACT, a Autoridade das Condições no Trabalho, sabe isto, o gabinete do

Ministério do Trabalho e da Segurança Social sabe isto, todo o mundo sabe isto, o Alto Comissariado para a Imigração sabe isto, os sindicatos sabem isso, nós associações sabemos isso, todo o mundo sabe, o Governo sabe, o Primeiro-Ministro sabe isto e não há medidas em relação, a tomar para acabar com esta vergonha [...]

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

Tal como prevíamos, as ocupações da maioria das pessoas que recorrem à associação estão concentradas em categorias profissionais menos qualificadas e/ou menos valorizadas socialmente, estando sobre representados sectores como a construção civil e as limpezas domésticas e industriais. Perante este quadro são relativamente claros os principais perfis de associados da SOLIM no que concerne à inserção no mercado de trabalho. É em virtude da precariedade premeditada destes sectores onde os imigrantes estão concentrados, e onde centramos a nossa análise, que a condição fragilizada destes imigrantes se perpetua. O carácter transitório das necessidades de mão-de-obra no sector da construção civil é paradigmático do modelo de relações laborais predominante.

A construção civil é um trabalho sazonal e é precário [...] em primeiro lugar, as pessoas trabalham à hora, mesmo que o dono da obra seja o Estado, que muitas vezes é o Estado... nas obras públicas, muitas vezes são grandes obras e mesmo que eles tenham muito trabalho, um a seguir ao outro, o trabalhador nunca está seguro [...] ou seja, o próprio trabalho, o próprio sistema transforma o trabalhador em trabalhador precário, em trabalhador sazonal, porque não lhes renovam o contrato. Depois de uma obra a qualquer momento mandam-nos embora para não acumularem direitos e para não acumularem tempo de trabalho que lhes permita passarem a efectivos [...]

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

Quanto ao outro sector que nos importa observar nesta análise, o trabalho doméstico pago, ele encontra-se igualmente na agenda de prioridades da SOLIM. Em primeiro lugar porque é um sector que, de acordo com a experiência da associação, é frequentemente a porta de entrada do mercado de trabalho para as mulheres imigrantes. Em segundo lugar, o carácter maioritariamente informal deste tipo de trabalho, que

condiciona a percepção dos imigrantes sobre o mesmo enquanto plataforma facilitadora de uma incorporação social mais protegida, torna-o igualmente propenso a um número importante de possibilidades de desrespeito pelos direitos elementares do trabalhador enquanto indivíduo. Por último, a própria natureza do trabalho doméstico enquanto sector de prestação de serviços não abrangidos pelo Código do Trabalho é historicamente responsável por um conjunto de situações que opõe empregadores e empregados sobre, por exemplo, uma definição exacta das tarefas sobre as quais os empregados são responsáveis. Tal como acontece no sector da construção civil, a precariedade do estatuto legal e social dos trabalhadores imigrantes é responsável, no sector do trabalho doméstico, pela sua baixa autonomia reivindicativa e, conseqüentemente, pela manutenção das condições de forte precariedade do próprio sector. O seguinte excerto permite ilustrar este aspecto:

[...] O trabalho de serviço doméstico é um trabalho sem direitos, é um trabalho que assenta essencialmente nas relações de confiança que existem com determinada pessoa, neste caso com um imigrante, normalmente recém-chegado, que normalmente não fala muito bem a língua, mas que trabalha muito porque precisa muito de trabalhar. Não é pelo salário que ganha, mas essencialmente por aquilo que precisa, ter uma independência pequenina que lhe permita depois aspirar ou sonhar a ter outro tipo de trabalho. Mas é um trabalho que normalmente muitas mulheres têm que enfrentar como primeiro trabalho quando chegam à Europa. É o trabalho de serviço doméstico, é o que está mais à mão, ou seja é um trabalho que de certa forma lhes protege, é um trabalho dentro de quatro paredes, é um trabalho onde normalmente a fiscalização não entra, nem é permitido entrar, é um trabalho onde a polícia não entra, nem é permitido entrar, nas casas privadas das pessoas e é um trabalho que pronto, que está invisível, as pessoas não se tornam tão expostas e mais facilmente poderão mais tarde, mais tarde regularizarem-se [...] agora nós não estamos a falar das dificuldades, das privações, das discriminações, da falta de direitos que essas mulheres têm, que são enormes.

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

No quotidiano da associação o maior problema que se coloca à resolução dos conflitos laborais é a ausência de regulamentação deste tipo de trabalho. Mais do que a desqualificação social deste tipo de trabalho, a precariedade dos vínculos laborais ou os

baixos valores pagos no sector é a falta de reconhecimento oficial desta actividade profissional que dificulta uma actuação eficaz na supervisão das condições efectivas de trabalho dos trabalhadores do sector. Este é inquestionavelmente um ponto importante na agenda SOLIM. O suficiente para que se tenham criado plataformas específicas de abordagem ao problema, como veremos adiante.

[...] quando efectivamente o contrato de trabalho de serviço doméstico não é um contrato que está regulado pelo Código de Trabalho, é um contrato que está à parte, para nós traz-nos grandes problemas, ou seja, grandes preocupações e por isso é que nós aqui na associação quisemos levantar essa agenda e criar essa agenda política, no sentido de pressionar e envolver também aqui o poder político para que reconheça o trabalho doméstico como um trabalho igual a qualquer outro [...] por isso tem de ter, precisamente tem que ser regulado e ter os mesmos direitos e deveres de qualquer outro tipo de trabalho, tem de ser com contrato, a sua legislação tem de estar regulada no Código do Trabalho, as pessoas conhecerem os seus direitos e tem que se rever o contrato de serviço doméstico, um contrato feito já no tempo da outra senhora, digamos assim, no tempo das cavernas e é preciso actualizá-lo, é o único que não foi actualizado, é o único que não é revisto e tem que ser, efectivamente tem de haver aqui um trabalho a fazer para que este trabalho seja dignificante e as pessoas, idem aspas, portanto, valorizar as pessoas e o trabalho.

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

Dado o número expressivo de imigrantes no trabalho doméstico e ao, igualmente expressivo, número de problemas que têm caracterizado este sector, a SOLIM criou um grupo que dedicado especificamente a estas questões na tentativa de criar soluções. O grupo funciona como plataforma de comunicação, informação e ajuda mútua, incentivando as próprias mulheres imigrantes a serem protagonistas da luta pela melhoria das suas condições de vida. Desenvolveu-se, entre Julho de 2006 e Abril de 2007, o projecto *Mulheres Imigrantes e Trabalho Doméstico* numa parceria com o Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS) (um centro de carácter multidisciplinar, sobre a realidade social) e a espanhola ACPP – *Assembleia de*

Cooperación Por la Paz (uma ONGD⁸⁰ defensora da justiça social e económica). O objectivo desta parceria é o de conferir maior visibilidade e dignificação ao emprego doméstico, criar laços de solidariedade e de apoio entre as mulheres, prestar apoio psicológico, disseminar informação, possibilitar a aquisição de novas competências e dar resposta e encaminhamento a problemas surgidos no desempenho da profissão foram os principais objectivos deste projecto, que conseguiu o financiamento do *European Programme for Integration and Migration* (EPIM). Desta parceria resultaram dois estudos: um comparativo, entre a legislação Portuguesa e Espanhola que regula este sector e que identificou também as respectivas lacunas legislativas; e um outro cujos resultados decorreram da realização de 2 *focus groups* e de um inquérito⁸¹ aplicado a 184 mulheres de 17 nacionalidades, 90% das quais residiam na zona da Grande Lisboa. A partir deste último estudo foram identificados os principais constrangimentos e problemas que afectam esta população: problemas relacionados com a regularização documental em Portugal; habilitações muito superiores às necessárias para o trabalho doméstico; isolamento e afastamento familiar provocado pelo acto migratório; ausência de contrato de trabalho; horas extra não remuneradas, sobretudo no caso das “internas”; atrasos no pagamento dos salários; incumprimentos relativamente a horários e/ou funções previamente definidas; pouco “tempo livre”; situações de ameaças, coacção, agressão psicológica e de discriminação; situações de assédio sexual, entre outros.

Na esteira do trabalho que a SOLIM já desenvolve, no âmbito da inserção socioprofissional dos imigrantes, encontra-se activo desde 2008 um grupo de trabalho de apoio às mulheres imigrantes (GAMI), em regime de voluntariado, assente numa parceria entre a SOLIM e a UMAR. Este grupo elegeu como objectivo primordial dignificar o trabalho doméstico enquanto actividade que constitui não apenas um sector que emprega muitas mulheres, como também uma actividade que permite a muitas outras mulheres (neste caso às empregadoras), uma participação mais igualitária no mercado de trabalho decorrente da sua libertação das tarefas que recaem tradicionalmente sobre o género feminino (limpeza da casa, lavagem da roupa, preparação das refeições, cuidar de crianças e de pessoas dependentes, etc.). O projecto tem como finalidade operacional dotar as mulheres migrantes de competências técnicas

⁸⁰ As ONGD são organizações não-governamentais, associações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que acolhem no seu interior especificidades que as diferenciam do Estado e de outras organizações e/ou instituições privadas.

⁸¹ Realizado em parceria com o Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS).

que lhes permitam procurar emprego e oferecer o seu trabalho; criar e alimentar uma bolsa de emprego “seguro” em serviço doméstico (designadamente no cruzamento da oferta e da procura presente no sector); assegurar a protecção das mulheres imigrantes relativamente à violação de direitos laborais; criar acções de formação e qualificação específicas bem como a produção de ligações com iniciativas em curso, quer no seio da SOLIM (formação de carácter informal em português, inglês e informática), quer com outras organizações. Ao mesmo tempo que as iniciativas deste grupo de trabalho procuram criar condições objectivas que melhorem a situação laboral dos imigrantes no sector do trabalho doméstico, elas apontam também no sentido de formação de uma consciência crítica da parte das várias protagonistas:

[...] no sector do serviço doméstico temos uma rede de trabalho solidário com direitos, para fugir às empresas de trabalho temporário. Falamos com pessoas que passam umas para as outras, “olha, se precisares de uma empregada doméstica para ti ou para a tua mãe ou para a tua prima, ou se conheceres alguém, inscreve-te nesta rede na internet”. Pode-se inscrever na rede e pedir a esta associação que ajude com trabalhadores, potenciais trabalhadores e candidatas. Também para fugir às empresas de trabalho temporário, porque são elas que depois ficam com o maior lucro.

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

Em função do papel que desempenha e dos valores que pretende representar no actual contexto político e social podemos olhar para a SOLIM como um agente de mudança que contribui para uma nova dinâmica de acção social. Esta agencialidade é evidente sobretudo na identificação e preenchimento de alguns espaços deixados vazios pelo Estado. Durkheim (1995 [1893]). Parece que se trata de um autor do séc. XX. Nas referências bibliográficas é que pode pôr a data da edição que consultou) apontava já nesse sentido, ao enfatizar a necessidade, nas sociedades modernas, de novos mecanismos sociais de reforço da solidariedade social e de os novas formas de associação entre indivíduos no sentido da protecção dos interesses colectivos face à acção opressora de outros agentes, nomeadamente a violência exercida pelo Estado sobre os seus cidadãos.

[...] Há uma falta de respeito tremenda porque (as associações) não são reconhecidas também na sua dignidade e hoje estamos a lutar muito e estamos a organizar um congresso [...] o Governo tem sempre uma tendência de se apoderar do movimento, apoderar-se com fins que são fins meramente políticos, ou seja vocês sabem que os imigrantes não dão votos, neste momento muitos imigrantes não dão votos, quem trabalhar na área da imigração não vai ganhar votos, ou seja, na área onde nós trabalhamos efectivamente as pessoas não contam. Não contam para as contas do Estado e dos Governos, a maioria não conta [...] As associações hoje têm de lutar de uma forma muito séria, pelo reconhecimento e a dignificação das associações da sociedade civil. O Estado tem de reconhecer, e não é com as formalidades e as burocracias que existem actualmente, reconhecer o trabalho que fazem e para isso não precisa de mais nada senão apoiá-las.

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

No que diz respeito ao financiamento da associação, um conjunto de constrangimentos importantes merece a nossa atenção:

A associação é financiada pelo valor do projecto, pelo valor do trabalho [...] os critérios são discutidos, até posso estar de acordo com eles, agora eles diminuíram o tecto, “não, como não há dinheiro para todos vamos diminuir o tecto de trinta e cinco para vinte e distribuir as migalhas, as esmolos, os restos pela gente toda”, portanto diminuem e é assim que trabalham [...] mas isso para nós não contam muito [...] não há medidas inovadoras, as associações para se meterem em apoios têm de se transformar bastante, já deixam de ter muitas vezes as características que têm, associações que não têm autonomia financeira, uma desgraça, nós não sofremos esse mal e ainda bem [...] as associações têm de se apetrechar com técnicos que sabem fazer projectos, têm que prestar contas quase todos os dias, crescem plataformas e formulários das actividades que prestam, que fazem, têm que fazer as coisas, requisitos que lhes obrigam, ou seja isto é uma forma de desviar o que é prioritário numa associação sem fins lucrativos que está envolvida em transformações sociais na sociedade civil, não é [...] as associações não existem para servirem de complemento [...]

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

A associação enquanto espaço de produção de intervenção comunitária, pela relevância que assume na vida dos imigrantes, é também um patamar fundamental de exercício da cidadania e dos direitos humanos. A lista de histórias de conquistas nestes domínios é extensa e impossível de ser aqui reproduzida. Desde o acompanhamento de um contingente romeno, num esforço de ajuda que se estendeu por quase todo o território nacional, que viu a sua situação regularizada em consequência da obstinação da SOLIM e dos seus funcionários a um número difícil de quantificar de casos individuais e familiares que entram diariamente na sede da associação a vida da SOLIM tem contribuído decisivamente para o desbloqueamento da vida de milhares de imigrantes ao longo da última década mesmo com condições infra-estruturais longe das ideais para desenvolver este tipo de trabalho. O potencial de transformação social, enquanto rede e fonte de capacitação dos migrantes, é um dos exemplos mais interessantes que a economia solidária, enquanto área de conhecimento e de intervenção, pode analisar.

[...] é isso que muitas vezes as associações cumprem. Este papel de fazerem bem às pessoas, muita gente não está habituada ao *receptivismo*. Muita gente não está habituada a ter um espaço onde possam conversar [...] mas é bonito, isto é um ponto também de encontro e também de paixões, mas é um ponto de vivência, até um ponto de resgate dos direitos das pessoas, é um ponto de luta, eles sabem que vêm aqui e quando a gente fala “não, nós vamos lutar, nós vamos na manifestação” eles já sabem que a gente vai dizer isso, que é preciso que as pessoas lutem, “não, não eu luto, eu fui na última manifestação” é o que as pessoas dizem logo [...] antes que a gente fale “então onde é que tu estiveste?” “não, eu estive lá, eu estive na manifestação”. É uma associação de luta e de muito compromisso com as pessoas e por isso é um espaço para os imigrantes e é um espaço de grande inovação. É pena, nós não temos outras condições, nós estamos a auxiliar de uma forma muito precária, está aí muitas vezes a sala cheiíssima, não há cadeiras para todos, estão ali de pé, crianças a chorar [...] mas eles compreendem, porque há um sentimento de pertença, que é preciso isto das pessoas [...] uma associação é fundamental, para a imigração e para todas as pessoas vulneráveis e precárias [...] associações como a nossa são fundamentais [...] Esta associação nasceu, as primeiras reuniões fizemos ali no Adamastor, em Santa Catarina, no Bairro Alto e nós fizemos ali pequenas reuniões, como é que vamos, a gente esteve ali a fumar e

a conversar e a gerir, a criar e a imaginar e a sonhar também. E também é preciso iniciativas e criatividade, pôr essencialmente as pessoas a participar.

Presidente SOLIM (entrevista realizada na sede da associação em 23 de Março de 2010)

O objectivo deste subcapítulo prende-se com a necessidade de ilustrar a importância do associativismo, através do estudo de caso da SOLIM, realçando o importante papel que esta tem tido na gestão dos fluxos migratórios em Portugal. Esta é uma associação que depende do investimento humano voluntário, um segmento específico da economia solidária. Envolve no seu seio um vasto conjunto de actores, voluntários e profissionais, num projecto comum e de raiz solidária. Entendemos que o associativismo é particularmente favorável ao exercício da democracia, constituindo por isso um importante factor de construção de uma nova cidadania que contemple uma incorporação social justa e uma expressão cultural dos imigrantes imune às opressoras lógicas dominantes na sociedade capitalista. É essencial reconhecer a especificidade e a importância do associativismo, especialmente quando actua em áreas tão importantes como os Direitos Humanos. Sem a lógica da economia solidária, o papel da SOLIM, no actual contexto migratório português seria impossível de ser concretizado. Sem a presença dos ideais solidários, o empenho da acção dos seus dirigentes, a consciencialização plena da força social e política que possuem, a constante reestruturação inovadora desta organização, a coordenação de acções que destapam a voz dos seus projectos, actos e ideais teriam, acreditamos, produzido resultados menos satisfatórios.

4. ESTUDO DE CASOS – *OS OUTROS PROTAGONISTAS*

Este capítulo centra-se particularmente sobre o material empírico decorrente das doze entrevistas que realizámos, procurando descobrir o que há em cada um deles de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão do fenómeno da migração da Europa de Leste e de Cabo-verde em Portugal à luz de aspectos fundamentais da economia solidária, nomeadamente a importância da acção colectiva traduzida em iniciativas de carácter associativo.

Como já mencionámos anteriormente, neste trabalho optámos por utilizar métodos de investigação qualitativos, designadamente um conjunto de entrevistas semi-dirigidas realizadas no espaço físico da SOLIM. O objectivo da condução das entrevistas nesse ambiente foi o de tentar estimular a participação dos nossos interlocutores, de modo a que se encontrassem num contexto que pudessem associar a um espaço que sentissem familiar na partilha de informações sobre a sua situação. Por outro lado, tentámos orientar o discurso do interlocutor para os pontos de interesse do nosso estudo, de maneira a que pudessem falar da sua trajectória, das suas sociabilidades, redes sociais, sobre a sua relação com a Associação e o porquê da sua presença ali no dia da entrevista. Convém ainda referir, a este propósito, a realização de uma entrevista ao Presidente da Associação SOLIM e que tivemos oportunidade de explorar no capítulo anterior. A observação que realizámos na Associação, assistindo a atendimentos, conversas informais com voluntários e imigrantes, as visitas e a permanência nas instalações, entre outras situações que ali ocorreram, foi determinante para uma maior proximidade e conhecimento da realidade quotidiana da Associação e das principais questões que afectam a vida dos imigrantes associados da SOLIM. Esta abordagem foi auxiliada pelo método de investigação-acção que procura reflectir e analisar as situações sociais no momento em que decorre a acção.

As duas realidades, oriundas de países diferentes, caracterizadas por hábitos e costumes específicos, são resultado de histórias migratórias correspondentes a ciclos migratórios distintos, mas que partilham dois aspectos, ambos relacionados com os segmentos do mercado de trabalho: em primeiro lugar, estamos perante dois sectores cuja característica principal é a precariedade laboral; em segundo lugar, estamos perante sectores dominados por uma lógica de quase plena exclusividade de género. Assim, no primeiro subcapítulo, apresentaremos uma proposta de caracterização sociodemográfica das duas populações em foco. Efectivamente, escolhemos estudar os imigrantes da

Europa de Leste e de Cabo Verde por representarem períodos distintos dos movimentos migratórios em Portugal e por serem realidades com pontos em comum, mas também com pontos de diferenciação. No caso destas duas populações poderemos falar de uma segmentação sectorial do mercado de trabalho, pois sucessivos estudos vêm demonstrando a mesma realidade: os homens cabo-verdianos inserem-se na sua esmagadora maioria no sector da construção civil, as mulheres no sector das limpezas domésticas e industriais (Machado, 2008). No subcapítulo seguinte, reforçaremos a nossa opção pela realização do estudo de casos na SOLIM, pela importância do papel que esta tem assumido na gestão das questões migratórias em Portugal. Esta é, e como se viu, uma associação construída e assente em valores igualitários e solidários, valores esses que são específicos da economia solidária. A actuação da Associação e as 12 entrevistas permitirão estabelecer uma co-relação entre migração, trabalho doméstico, trabalho na construção civil, acção colectiva, e capital social em rede na obtenção de emprego.

4.1 Caracterização sociodemográfica das populações

Segundo o Relatório do SEF de 2008⁸², a população de nacionais de países terceiros residente em Portugal até à viragem do século XX consistia principalmente em cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – designadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, e S. Tomé e Príncipe. A existência de afinidades históricas, linguísticas e culturais com Portugal justificam estes fluxos migratórios. Contudo, com a viragem para o novo século verificou-se um novo e significativo fluxo de imigrantes em Portugal oriundos da Europa de Leste, nomeadamente da Ucrânia, Moldávia e Rússia. Segundo dados oficiais, o maior grupo de nacionais de países terceiros são o Brasil, Ucrânia, Cabo Verde, Angola, Roménia, Guiné-Bissau e Moldávia, as quais, no seu conjunto, representam cerca de 71% da população estrangeira com permanência regular em território nacional. Pela primeira vez, a Ucrânia surge como a segunda população estrangeira mais representativa em Portugal. Com um quantitativo de 52 494 cidadãos (39 480 em 2007), a Ucrânia representa 12% do universo de residentes⁸³. Cabo-Verde passa a ocupar o terceiro lugar, com 51 352 residentes, o que lhe confere uma representatividade de 12%. Este valor expressa uma

⁸² Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, SEF, 2008, Portugal.

⁸³ *Vd.* capítulo 1, gráfico 1.

descida face aos 63 925 assinalados em 2007, ano em que constituía a segunda nacionalidade mais representativa. Outra subida expressiva foi a da Roménia que de 19 155 indivíduos em 2007, passou para 27 769 no ano em análise. Desta forma, a Roménia surge como o Estado – Membro da União Europeia (UE) com maior número de residentes em Portugal (lugar tradicionalmente ocupado pelo Reino Unido), constituindo 6% dos residentes estrangeiros. Em sétimo lugar encontra-se a Moldávia, com um total de 21 147 residentes (14 053 em 2007), o que expressa uma subida assinalável, representado 5% dos estrangeiros em Portugal (SEF, 2008: 28).

Estas mudanças no panorama nacional migratório ocorreram sobretudo a três níveis: i) diversificação da origem dos fluxos e consequente alteração no peso relativo dos migrantes que residem em Portugal em resultado do colapso do bloco da URSS e da emergência de novos estados independentes pós-soviéticos, que se traduziu em novos fluxos de imigrantes oriundos da Europa de Leste – será nesta reconfiguração quantitativa que a comunidade ucraniana passa a ser a mais representativa, seguindo-se a brasileira e a cabo-verdiana; ii) diferenciação dos perfis socioprofissionais dos imigrantes – até 2001, a maioria dos imigrantes oriundos dos PALOP eram titulares de baixas habilitações escolares e trabalhavam em sectores pouco qualificados; por sua vez, os imigrantes de leste detinham em geral, qualificações superiores à generalidade dos outros imigrantes e a sua inserção profissional ocorreu igualmente em sectores caracterizados pelo uso intensivo de mão-de-obra pouco qualificada; iii) emergência de novos padrões de dispersão territorial – inicialmente, a grande maioria dos imigrantes presentes em Portugal concentravam-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML), território tradicional de concentração de imigrantes dos PALOP (com algumas excepções para o Algarve), mas com a entrada de novos fluxos de imigrantes do leste europeu assiste-se a uma dispersão de imigrantes à escala nacional, também resultante da necessidade de mão-de-obra em diferentes regiões do país.

Para este estudo importa reflectir um pouco sobre as características destas duas populações. Assim, em relação à população Cabo-verdiana em Portugal, o primeiro contingente chegou em meados de 1960, período fortemente marcado pela guerra do ultramar. Segundo Góis (2006) a história laboral Cabo-verdiana em Portugal foi, e é, marcada pela construção civil e obras públicas (no caso dos homens), e limpezas industriais e domésticas (no caso das mulheres). Segundo o mesmo autor, nos anos 60 e em particular nos anos 90, “a sociedade e economia portuguesas, ao privilegiarem um investimento em infra-estruturas, sobretudo, na área metropolitana de Lisboa (sector

público), mas também no Algarve (sector privado), modificaram os equilíbrios no mercado de trabalho nacional tornando-o internamente não homogéneo e criando, formas diversas de segmentação laboral local” (Góis, 2006: 228). É por isso uma segmentação laboral local que permitiu a inserção laboral dos imigrantes cabo-verdianos em certas regiões e condicionou essa inserção (ou não inserção) em outras regiões (*ibidem*). Neste sentido, e à semelhança do que é referido por vários autores (Baganha, 2000; Góis, 2006; Machado, 2008), se entendermos o mercado de trabalho como um dos principais mecanismos de integração social, compreendemos melhor a realidade das migrações cabo-verdianas em Portugal, e o fenómeno que podemos designar por uma sectorização da sua etnicidade, sobretudo nos sectores da construção civil e no das limpezas domésticas e industriais. Se analisarmos de forma diacrónica as migrações cabo-verdianas para Portugal, verificamos muito claramente que os migrantes cabo-verdianos, pertencendo a diferentes sub-ciclos migratórios, se inserem de forma semelhante no mercado de trabalho e possuem muito pouca mobilidade laboral (Góis, 2006: 230).

Apesar de existirem pessoas com outras actividades profissionais (sobretudo as segunda e terceira gerações), a grande maioria concentra-se, essencialmente, em profissões no grupo dos Trabalhados “Não Qualificados e Afins” (Classificação Nacional de Profissões – CNP), e em dois subsectores de acordo com o género: os homens sobretudo no sector da construção civil e obras públicas; as mulheres no sector das limpezas industriais e/ou domésticas⁸⁴. Deste modo, a análise da inserção laboral dos trabalhadores cabo-verdianos não encontra um suporte nas teorias neoclássicas aplicadas ao estudo das migrações, no sentido em que uma maior permanência no país (que se traduziria numa maior adaptação), não parece estar associada a uma mobilidade laboral ascendente. Na verdade, as análises da inserção laboral destes imigrantes demonstram que muitos dos que, e atendendo ao tempo de permanência no país, poderiam aspirar a um contrato permanente, continuam a trabalhar no mercado informal ou com vínculos contratuais precários e nos mesmos sectores em que iniciaram a sua actividade laboral (Góis, 2006: 230). Segundo Machado (2008), a grande maioria destas pessoas estará assim ligada ao sector da construção civil e das obras públicas, pelo lado masculino, e pelos serviços desqualificados, pelo lado feminino. A expressão “homens constroem, mulheres limpam” (Machado, 2008: 122) resume bem esta situação.

⁸⁴ Esta realidade foi por nós confirmada na SOLIM aquando da realização das nossas entrevistas.

Entre os factores que podem explicar esta concentração sectorial estará, o tradicional recurso, por parte dos migrantes, a uma rede social de suporte (*e.g.*, associação, amigos ou familiares), assim como o desempenho de novas funções no mesmo sector como, por exemplo, funções de sub-empregado, de chefe de equipa ou de encarregado de obra, aproveitando, deste modo, as externalidades da rede para potenciar o seu próprio papel.

Segundo relatos recolhidos nas nossas entrevistas, a regra nestes dois sectores é a de ninguém efectuar pagamentos de natureza fiscal, social e, em muitos casos, do seguro de trabalho. Esta realidade é comprovada através do cruzamento dos dados da Segurança Social com o número de cabo-verdianos activos em território nacional (2007), e engloba patrões e empregados, legalizados ou não, se bem que estes últimos estejam muito mais sujeitos a situações de maior exploração laboral. No caso das mulheres migrantes cabo-verdianas, embora a situação de não contratualização e de trabalho total ou parcialmente informal esteja também generalizada, muitas vezes têm contratos com empresas de cedência temporária de mão-de-obra para desenvolverem as suas actividades no sector das limpezas industriais. As mulheres cabo-verdianas que trabalham como empregadas domésticas em casas particulares fazem-no na sua (quase) totalidade no mercado informal, trabalhando ‘à hora’, ‘ao dia’ ou ‘ao mês’ sem qualquer tipo de formalização contratual. Já no caso das limpezas industriais, a regra é a da existência de um contrato, auferindo um vencimento próximo do salário mínimo nacional. Por vezes, esse salário é complementado com horas extras ou com uma segunda ocupação profissional (*e.g.* limpezas em casas particulares).

A inserção laboral dos trabalhadores cabo-verdianos em Portugal permanece, por conseguinte, na sua maioria, precária e marginalizada (Góis, 2006: 241), e duplamente coagida: por um lado, pela sua condição de trabalhadores por conta de outrem e, por outro, pelo facto de trabalharem em sectores dominados por estratégias típicas do mercado informal. Trata-se de um ponto de partida bastante desfavorável em termos profissionais e residenciais, caracterizado por uma fraca diversificação do leque de actividades, por uma inserção nos segmentos menos qualificados e socialmente mais desvalorizados do mercado de trabalho, e por uma concentração espacial que não se pode dissociar da incapacidade de acesso aos segmentos formais do mercado de habitação (*ibidem*). Conclui-se, portanto, que o acesso ao mercado de trabalho por parte dos imigrantes cabo-verdianos depende sobretudo do seu círculo de amigos, de vizinhos, de familiares e/ou de iniciativas realizadas pela acção colectiva (Malheiros,

2004: 16), tendência que tínhamos já referido no capítulo 2 e a que voltaremos mais adiante.

A evolução do movimento associativo cabo-verdiano tem acompanhado este processo de consolidação da comunidade, vindo-se progressivamente a assumir como um interlocutor cada vez mais forte ao nível da intervenção social e da influência política.

Numa caracterização assaz breve do associativismo cabo-verdiano em Portugal, sabemos que este surge estreitamente ligado a contextos históricos, sociais e políticos específicos, os quais têm ao longo dos anos configurado as suas estruturas, orientações e interesses. Malheiros (2004) identifica três principais fases na evolução deste movimento associativo. Uma primeira fase, embrionária, marcada por grandes mudanças políticas e sociais em Portugal e em Cabo Verde com fortes repercussões no associativismo migrante. Numa segunda fase, que compreende a década de oitenta (séc. XX), assiste-se ao desenvolvimento de novas formas de mobilização assentes na intervenção social e comunitária, direccionadas para a integração da população migrante cabo-verdiana. Finalmente, e numa terceira fase, que se inicia a partir da década de noventa (séc. XX) até ao presente, é de assinalar a proliferação de associações cabo-verdianas com múltiplas orientações, estratégias e áreas de intervenção. É precisamente nesta altura que se assiste a um protagonismo sem precedentes do associativismo cabo-verdiano, tanto a nível social como político. Na década de noventa, e perante a ausência de uma verdadeira política de imigração em Portugal, a Associação Cabo-Verdiana conjuntamente com a Associação Guineense de Solidariedade Social, constituem-se como grupos de pressão junto do poder político, com uma lista de reivindicações que se orientavam para a necessidade de políticas coerentes de imigração e de inserção, para a regularização da situação de milhares de imigrantes clandestinos a residir em Portugal, para o direito ao voto e pelo reconhecimento político das profundas desigualdades sociais que caracterizam as vivências das comunidades migrantes (Malheiros, 2004: 13).

Em síntese, a evolução demográfica, económica, geográfica e das próprias estruturas de representação colectiva da população cabo-verdiana em Portugal, constitui uma referência interessante para a análise do processo de evolução de outras comunidades imigrantes instaladas no país, sobretudo, e pelos factores anteriormente expostos, da Europa de Leste.

A presença de imigrantes do leste europeu está intimamente ligada ao *boom* no sector da construção e obras públicas, que não foi em larga medida satisfeito pelas

fontes de fornecimento tradicionais, imigrantes dos PALOP e do Brasil, mas sim por novas e inesperadas fontes, nomeadamente por imigrantes de países do leste europeu, e particularmente da Ucrânia (Baganha *et al*, 2004: 34). O número de cidadãos de países da Europa do Leste residentes em Portugal até aos anos 90 era diminuto – 2.373 pessoas em 1999. Esta população era composta por várias nacionalidades, pelo que nenhuma delas tinha à data relevância numérica suficiente para suportar uma rede migratória em que este súbito e, sobretudo, intenso movimento se pudesse basear. A verdade é que no espaço de um ano – 2001 – foram concedidas 126.901 autorizações de permanência a trabalhadores imigrantes que se encontravam ilegalmente no país. Mais de metade das autorizações de permanência foram concedidas a cidadãos do Leste da Europa a trabalhadores imigrantes de um país em particular, a Ucrânia. Num só ano, o número de imigrantes residindo legalmente no país passou de 208.198, em 2000, para 350.503, em 2001, ou seja, registou-se um crescimento no volume da população estrangeira com residência legal de 68% (*Ibidem*).

Em 2002 o *ranking* das principais nacionalidades de imigrantes oriundos de países terceiros tinha sido drasticamente alterado, constituindo agora os imigrantes provenientes da Ucrânia o grupo mais numeroso (*Ibidem*). Neste sentido, e como referido anteriormente, as últimas estatísticas oficiais (2008), apontam para a presença de 52 494 cidadãos da Ucrânia e de 21 147 cidadãos da Moldávia.

Dentro da designação “imigrantes de leste” ou da “Europa de leste” há, porém, que distinguir diferenças significativas em termos da expressão da presença de diferentes nacionalidades em território português. Assim, de acordo com as estatísticas atrás mencionadas, mais de 60% do total de autorizações de permanência concedidas a oriundos do leste europeu envolveu ucranianos, registando as restantes nacionalidades mais representadas valores comparativamente mais baixos. A segunda comunidade mais representativa é a da Moldávia, que representa pouco mais de 10%, seguindo-se a Romênia com cerca de 10%. A explicação para este fluxo migratório do Leste Europeu para Portugal é apontada, segundo Baganha, por três causas principais, a saber: a falta de controlo na emissão de vistos de curta duração por parte de outros países da UE; a velocidade e facilidade de movimento dentro do Espaço Schengen; ao tráfico de seres humanos organizado a partir da Europa de Leste sob o disfarce de denominadas “agências de viagem” (Baganha *et al* 2002: 34). Acrescem a estas três causas apontadas por Baganha como é o caso das transformações ao nível de uma nova conjuntura social e política, provocado pelas mudanças políticas ocorridas a leste do continente europeu,

após a queda do muro de Berlim; a instabilidade política característica da maioria das jovens democracias destes países e a crise económica daí resultante com a celeridade na terciarização da economia acompanhada pela passagem do tradicional sistema de agricultura intensiva e indústria pesada, à abertura dos mercados ao capitalismo, em larga escala, motivadora de elevadas taxas de desemprego; as representações simbólicas acerca do ocidente, enquanto modelo de modernização e de modernidade; e o desejo individual de encontrar um contexto mais favorável às expectativas académicas e laborais (Albuquerque, 2009: 26). Seria com o colapso económico de países como a Rússia, a Ucrânia e a Roménia, que muitos trabalhadores qualificados ficaram desempregados ou a auferir salários baixos. Perante esta conjuntura, uma das soluções para estas populações passaria pela imigração baseada em redes de sociabilidade ou mesmo organizada através de redes de tráfico de pessoas, normalmente sob o disfarce das denominadas “agências de viagem”⁸⁵. A emigração a partir destes territórios foi também fomentada por outros factores como sejam a existência de regiões com uma forte tradição migratória (*e.g.*, Ucrânia Ocidental), a promoção de Portugal como país de destino, caracterizado pela escassez de mão-de-obra e, sobretudo, pela existência de um período de Regularização Extraordinário em 2001. A escolha de Portugal foi decidida muitas vezes através de informações que circulavam nos canais da imigração nos países do leste europeu, sobretudo, acerca da facilidade de entrada no mercado de trabalho, em particular ao nível do trabalho informal na construção civil, e onde a sociedade civil, bem como as políticas imigratórias, demonstravam muito raramente práticas de rejeição ou expulsão face aos imigrantes que aí se encontravam a trabalhar irregularmente (*Ibidem*).

Referidos alguns factores que possam ter pesado na escolha de Portugal por parte dos migrantes da Europa de leste, afigura-se agora pertinente esboçar uma caracterização sociodemográfica destas populações, não sem antes chamar a atenção para um aspecto que nos parece pertinente: o da substituição no panorama migratório português, tradicionalmente alimentado por imigrações africanas, suportadas por redes sociais de familiares e amigos (2001) para um sistema que integra redes ilegais de tráfico de mão-de-obra.

Estes fluxos da Europa de leste são constituídos numa primeira fase por uma população masculina e jovem, inserindo-se no padrão típico de uma população migrante

⁸⁵ Para uma discussão aprofundada sobre esta questão ver o segundo capítulo.

nas primeiras fases do processo migratório (primeiro, os homens, depois, as mulheres e crianças ao abrigo do reagrupamento familiar). Quanto ao nível de instrução, observa-se que as habilitações escolares dos imigrantes originários dos países da Europa de Leste são, em média, superiores às habilitações escolares dos portugueses e estas, já por sua vez, superiores às habilitações dos estrangeiros oriundos dos PALOP (Fonseca, 2002: 16). Pelas políticas de educação dos respectivos países de proveniência, as habilitações académicas reflectem os índices de alfabetização, na ordem dos 90%, e a escolaridade mínima obrigatória (dez a doze anos) (IEFP, 2002: 30).

Pese embora as habilitações académicas e a mobilidade geográfica e ocupacional, a maioria destes imigrantes apenas consegue estabelecer um vínculo laboral precário. Esta é uma migração claramente económica. A razão para migrar prende-se, na maioria dos casos, com a tentativa de fuga a uma situação socioeconómica precária no país de origem, onde o emprego escasseia ou é extremamente mal remunerado, não sendo suficiente para fazer face às despesas. Os modos de inserção laboral destas populações, como acontece com a migração propriamente dita, são consequência da ajuda de familiares, amigos ou compatriotas já estabelecidos em Portugal (Baganha *et al* 2004: 9). Os autores do questionário aplicado a uma amostra de imigrantes de Leste, entre Junho e Dezembro de 2002, constataram que, dos imigrantes economicamente activos no momento do inquérito, 62 % tinham uma ocupação não qualificada no grupo da construção civil e sector das limpezas industriais e/ou domésticas. À semelhança da população cabo-verdiana a residir em Portugal, também as populações do leste europeu, parecem inserir-se nas chamadas ocupações pesadas, “sujas e mal pagas” apesar dos elevados níveis educacionais que declararam possuir (*Ibidem*).

Também Perista (2004: 3), refere que na maior parte dos casos estas populações encontram-se a trabalhar em profissões relacionadas com o sector da construção civil. Segundo o autor, a situação de “servente” é mais representativa entre os imigrantes mais recentes, desaparecendo entre os que vieram antes do ano 2000 para profissões “especializadas” como pedreiros, canalizadores ou electricistas. Da mesma forma, é entre as imigrantes mais recentes que se verifica proporções mais elevadas de empregadas domésticas/de limpeza. Os resultados do estudo vêm infirmar, por um lado, e confirmar, por outro, as imagens que se foram consolidando no senso comum ao longo dos últimos anos. Assim, confirma-se a ideia de que esta é uma migração de carácter claramente económico, que encontrou em Portugal um dos seus principais

destinos sobretudo devido às facilidades de legalização aqui encontradas pelos entrevistados e que foram, acrescentamos nós, exploradas pelos esquemas de auxílio à imigração ilegal (segundo informação dada pelo Presidente da SOLIM). Os homens continuam a predominar largamente mas a recomposição familiar é já uma realidade evidente sobretudo tendo em atenção o carácter ainda recente do fluxo, situação também verificada aquando das entrevistas.

Em suma, pela debilidade da situação económica e jurídica em que muitos destes imigrantes chegaram a Portugal, a sua inserção no mercado laboral efectivou-se maioritariamente numa posição de desvantagem e ligada a trabalhos precários, não qualificados e, por norma, mal pagos. Verificamos, deste modo, uma segmentação no mercado de trabalho em função do género dos entrevistados, já conhecida para outras populações imigrantes presentes no nosso país. A inserção no sector dos serviços é protagonizada essencialmente pelas entrevistadas do sexo feminino, enquanto que o sector da construção civil regista apenas entrevistados do sexo masculino. A sua inserção no mercado de trabalho verifica-se, essencialmente, em sectores de actividade onde é frequente o recrutamento de mão-de-obra estrangeira e cujas práticas de recrutamento de mão-de-obra variam, ainda, entre a formalidade e a informalidade.

Concluindo, pode-se observar que os imigrantes entrevistados neste estudo têm alguns traços idênticos ao já observado junto da população Cabo-verdiana, que há mais tempo residem no nosso país, mas apresentam também particularidades próprias como já vimos.

Também a acção colectiva destas populações é merecedora de uma nota. A evolução do movimento associativo da Europa de Leste acompanha, naturalmente, a história da imigração destas populações para Portugal, intensificando-se e diversificando-se em consonância com a densidade desses fluxos imigratórios. Assim, a presença de um número significativo de associações de imigrantes de países do Leste europeu corresponde à evolução dos fluxos de imigração desses países para Portugal. Desde 2000, que o grosso das associações que têm sido criadas são exactamente de países do leste da Europa (3% do total). A constituição e o progressivo crescimento das populações do leste europeu permitiram o aparecimento da acção colectiva inicialmente como organizações informais, que intervinham em duas áreas principais: a conservação e transmissão das culturas de origem, e a defesa dos direitos de cidadania.

Segundo Albuquerque (2008: 202), o carácter recente da imigração destes países, como dissemos, parece não ter constituído um entrave à criação de associações.

A sua emergência/constituição deu-se nos primeiros anos do séc. XXI como resultado da história migratória destes grupos. Encontram-se quer associações com uma designação abrangente, dirigindo-se, por exemplo, aos falantes de língua russa, quer referenciadas a nacionalidades específicas – imigrantes moldavos, romenos e ucranianos.

Acrescente-se que, independentemente dos objectivos das associações dos imigrantes de leste, muitas delas ligadas à igreja, estas têm vindo a assumir um papel fundamental através da acção colectiva das suas populações nos processos de adaptação e de incorporação destes imigrantes nas sociedades de acolhimento. Contudo, estas associações não possuem ainda capacidade de se afirmarem enquanto parceiros sociais nos processos de decisão política ou até de uma intervenção mais localizada em sectores específicos onde estas populações estão sobre-representadas, como é o caso dos segmentos do mercado de trabalho em que nos centrámos. Neste sentido, muitos dos interlocutores que entrevistámos recorrem a uma Associação em concreto, a SOLIM, quando se trata dos seus processos individuais dado tratar-se de uma associação universalista em matéria de nacionalidades aceites, e com uma forte visibilidade junto da sociedade civil e do Estado.

4.2 Quem é quem na terra de ninguém

Neste ponto daremos um *rostro* aos *outros protagonistas*. Como já mencionámos anteriormente, as entrevistas semi-dirigidas foram realizadas nas instalações da sede nacional da SOLIM. A nossa opção pela realização das entrevistas dentro das instalações da Associação assentou no facto de nos ser possível observar as dinâmicas e as interacções geradas pela proximidade e pelo contacto estreito com as experiências mais frequentemente trazidas à mesa dos voluntários da associação.

As entrevistas compreenderam um universo limitado de actores correspondente a 3 homens e 3 mulheres de Cabo-verde; 2 homens e 2 mulheres moldavos e 2 mulheres ucranianas. A distinção de género é confirmada pela ocupação profissional: os homens empregados da construção civil, as mulheres empregadas das limpezas domésticas e/ou industriais. Os nossos entrevistados estão dispersos por intervalo etário entre os 26 e os 63 anos de idade. No que diz respeito ao período de entrada em Portugal, existe também

alguma diversidade⁸⁶. Relativamente às habilitações literárias dos entrevistados, foi entre os interlocutores de Cabo-verde que encontramos níveis de escolarização mais baixos. Em relação aos interlocutores da Europa de leste, verificámos que três pessoas possuíam habilitações superiores, possuindo os restantes qualificações equivalentes ao 12º ano português.⁸⁷

O espaço da Associação pode ser entendido de várias maneiras. Como espaço físico, na dimensão mais ampla da arquitectura; na sua vertente informativa e comunicativa; e como espaço supra-físico, quer isto dizer, enquanto dimensão simbólica onde se manifestam e se cruzam leis, valores, crenças, culturas, ideais, e realidades pessoais. E foi esta última dimensão que para nós se revelou de forma mais complexa e inquietante. O edifício dispõe de várias salas, uma de atendimento público, onde no centro encontramos uma mesa quadrada que permite o atendimento simultâneo de cerca de 6 a 8 imigrantes. O atendimento é realizado individualmente, por ordem de chegada, por um voluntário, na presença de todos os que aguardam a sua vez. Assim que se entra no *hall* que dá acesso à sala, o imigrante inscreve o nome numa lista colocada num tripé elevado para que possa ser chamado assim que a sua vez chegar. A sala dispõe de várias cadeiras e de um sofá onde as pessoas aguardam, pacientemente, a sua vez. A decoração é espartana e resume-se a um pequeno bar com balcão num dos cantos e a pequenas pinturas de agradecimento, notas informativas, cartazes e apelos às questões da imigração que se encontram desordenadamente espalhadas pelas paredes. Sem porta, o gabinete do Presidente, com as suas paredes literalmente forradas com dossiers de processos, de várias cores (cada cor corresponde a uma nacionalidade), é também um espaço comum para consulta de processos e de trabalho dos voluntários⁸⁸ da associação que, na sua maioria, receberam também ajuda da instituição. Pela experiência dos seus próprios processos assim como dos familiares e amigos mais íntimos, adquiriram um *know how* que lhes permite apoiar e resolver os problemas e situações dos outros imigrantes, dentro de uma base voluntária, permitindo desta forma uma reprodução de um ciclo de solidariedades que teve início com os seus próprios problemas. A sede da associação dispõe ainda de mais 4 divisões. Uma cozinha (partilhada pelos voluntários) onde realizámos as nossas entrevistas; uma sala munida

⁸⁶ Ver quadro de caracterização dos entrevistados em anexo.

⁸⁷ Embora estes sejam dados de caracterização do nosso universo de entrevistados sem pretensão de extrapolação para qualquer realidade eles não deixam de confirmar os resultados de estudos mais amplos (ver a este respeito Marques e Martins, 2005).

⁸⁸ Nos dias em que nos deslocamos à Associação, os atendimentos foram feitos por voluntários do Brasil, Ucrânia, Senegal e Bangladesh e Inglaterra.

com uma secretária, computador e fotocopiadora, que serve de apoio ao atendimento, mas também para imigrantes que queiram pesquisar e tratar dos seus processos; um outro espaço de reuniões, onde funciona o Grupo de Apoio às Mulheres Imigrantes (GAMI) e uma outra onde se concentram os técnicos e outros voluntários que não estão no atendimento.

4.2.1 “Continuo a trabalhar nas obras” – expectativas e mercado de trabalho

Como já foi referido, a incorporação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento está dependente de um conjunto muito diferenciado de factores que têm como resultado diferentes trajectórias. Também o contexto histórico dos países de origem, marcados quase sempre por profundas transformações económicas, políticas e sociais ocupa lugar central nas histórias de vida que a seguir tratemos à discussão. A opção metodológica privilegiou as histórias de vida dos nossos entrevistados como núcleo central de informação que nos permite aceder a um património de narrativas e representações através das quais foi possível reconstruir as motivações e constrangimentos nos diferentes momentos das suas trajectórias. Os seguintes excertos das entrevistas que realizámos permitem ilustrar as expectativas e as motivações que estiveram na origem do processo migratório:

[...] vim de Cabo Verde [...] já estou cá há dois anos, vai fazer [...] quer dizer dois anos que entrei cá em Portugal. Mas não é fácil enfrentar a vida aí, sou de Santo Antão. É ilusão que o povo tem na cabeça, que vem ao estrangeiro melhorar a situação, mas as coisas não estão [...] talvez nos noutros tempos, mas neste momento não estão [...] em Cabo-verde fazia segurança, condutor de transporte público e condutor de praça táxis, autocarros, camiões e carrinhas. Vim trabalhar nas obras [...]

Nelson, Trabalhador Cabo-verdiano

Eu cheguei a Portugal em 1972, Outubro de 1972, da Ilha de Santiago, vim sozinho, eu tinha 16 anos na altura. Eu vim sozinho. Só tinha cá um padrinho, mas isso [...] Fui viver para casa dele dois ou três dias e depois foi trabalhar para uns homens, um bocado longe dele ainda. Só ia ver lá do meu padrinho assim aos fins-de-semana, o meu primeiro emprego foi trabalhar na obra de servente.

José, Trabalhador Cabo-verdiano

Cheguei cá dia 11 de Novembro de 2007, já tem 2 anos. Comecei a trabalhar, mas vim cá para estudar. Trouxe documentos por conta da escola. Só estudo não dava para pagar passe e essas coisas, e também moro na casa de renda, sozinho. Deixei, porque não tinha como pagar renda e em Cabo Verde, disseram que a bolsa seria 200 e tal euros, pensava que era muito dinheiro e dava para me sustentar cá, mas depois vi não dava, depois a escola também estava com problemas [...] os mesmos problemas que cá também há, pagar propinas e tal, vi que não dava, e reduziram para 130 euros.

Tomé, Trabalhador Cabo-verdiano

Tradicionalmente, os fluxos migratórios que tratamos neste trabalho, e que nos permitiram compreender o papel importante que a economia solidária desempenha na sua incorporação na sociedade portuguesa, entram directamente para os segmentos menos bem remunerados do mercado de trabalho nacional. No caso dos imigrantes cabo-verdianos falamos, na generalidade, de mão-de-obra pouco qualificada, que se insere, sobretudo, no sector da construção civil e obras públicas e no sector das limpezas industriais e domésticas. Mesmo em circunstâncias em que os indivíduos têm qualificações médias parece haver uma reacção de resistência do mercado em função de uma aparente etnicização do mercado de trabalho. Os nossos entrevistados, trabalhadores da construção civil e trabalhadoras domésticas, confirmaram-nos essa realidade:

[...] continuo a trabalhar nas obras, e depois passei para manobrador [...] Manobrador, manobrador, condutor de máquinas construção civil, sim, sim. Já há 20 anos. Aprendi, pouco a pouco, pouco a pouco até que passei a manobrador [...] Não, bem não se ganha, para se ganhar mais ou menos temos de fazer muitas horas, trabalhar sábados, e fazer as horas [...] e ganha-se mais, a partir daí o ordenado base é muito fraco.

José, Trabalhador Cabo-verdiano

Olha eu tirei o 12.º ano, mas qualquer trabalho que eu encontro trabalho nisso, mesmo se for nas limpezas, não tenho problemas nisso. Nas limpezas mesmo na firma, na firma e tipo escritórios. Foi um bocadinho complicado porque eu não estava habituada assim a trabalhar e o primeiro emprego [...] depois olha, habituei-me [...] mas no início estava um bocadinho complicado.

Joana, Trabalhadora Cabo-verdiana

A comparação das entradas no mercado de trabalho entre cabo-verdianos e imigrantes do leste europeu mostra de forma bastante clara como a percepção e o estatuto objectivo da condição do imigrante laboral extra-Schengen condicionam os percursos socioprofissionais independentemente das habilitações formais dos imigrantes. Neste caso, é uma entrada em segmentos desqualificados ‘forçada’ não pela qualificação mas pelo que a condição imigrante, sem documentação de permanência em particular, representa em matéria de (ausência de) direitos e reconhecimento social. Vejamos o que nos disseram alguns desses imigrantes a propósito da sua experiência laboral em Portugal desde a sua chegada:

Então eu cheguei em 2001, já estou cá há oito anos. Trabalhei em vários ramos, um deles fui fazer trabalho doméstico [...] Fazia limpeza também era o dia todo e também cuidava de uma menina, ia buscá-la da creche, fui substituir uma amiga, que ela precisou e então fui fazer.

Natasha, Trabalhadora Moldava

É assim, em primeiro lugar eu vou dizer que eu tenho um curso de economia, sou contabilista, estou cá há seis anos e já há cinco anos e meio que estou a fazer trabalho de limpezas [...] chegava a ganhar 2€ por hora.

Olga, Trabalhadora Moldava

[...] eu quer dizer, na minha terra sou licenciado em Geografia e Biologia. Curso de ensino superior. Quando cheguei para cá, claro, na construção civil.

Mário, Trabalhador Moldavo

Na minha terra eu era economista [...] economista [...] aqui faço limpezas e [...] sim, para mim isto é muito novo porque na minha terra uma pessoa como eu não faz isto. É muito [...] Eu [...] lavo a loiça e depois faço limpezas de escritório e pronto, mais nada.

Nádia, Trabalhadora ucraniana

4.2.2 ‘Amigos de Amigos’ – migrações e laços de sociabilidade

Como se verificou no capítulo 3, as redes sociais desempenham um papel central na construção do projecto migratório, pois fornecem um conjunto de elementos facilitadores da migração a partir dos quais se desenham as metas e expectativas pelas histórias e relatos de amigos, família, vizinhos e conhecidos, onde frequentemente as dificuldades são omitidas. No entanto, a importância dos amigos já instalados no país de destino parece influenciar a decisão de partida, como podemos comprovar nos trechos seguintes:

Eu vim para Portugal porque outra pessoa igualmente ucraniana disse “vamos trabalhar como estrangeiros, porque não temos dinheiro.” Esta não era a minha ideia, mas eu agora estou aqui em Portugal.

Nádia, Trabalhadora ucraniana

Eu vim para Portugal, porque amigos de meu marido, já o esperavam cá em Portugal, e eu vim depois.

Natacha, Trabalhadora moldava

No início foi complicado, porque primeiro ponto é a língua, mas depois comecei a fazer assim uns biscates a pessoas conhecidas, e que havia também trabalhadores moldavos que me podiam aconselhar, entretanto depois por meio dos amigos conheci este patrão [...]

Anatoly, Trabalhador moldavo

As relações de amizade ou conhecimento mais ou menos próximas surgem como veículos de acesso ao mercado de emprego sobretudo, numa primeira fase. Também, como sugere Baganha, Marques e Góis (2004), o recurso a anúncios, empresas de recrutamento temporário, recrutamento por empresas parceiras do mesmo ramo, pode influenciar nestes primeiros tempos. Contudo, e analisando a sequência dos percursos, não é possível afirmar que esta é uma tendência genérica ou sequer linear, existindo casos de imigrantes que recorrem a mecanismos mais generalistas de acesso ao mercado de emprego, outros que mobilizam estratégias de natureza étnica, e outros há, pelos laços criados com portugueses, como poderemos verificar de seguida:

[...] cheguei para cá para trabalhar, então assim, passei quase dois meses, em casa. Depois, quando vimos que através dos amigos, dos conhecidos, não resulta, então fizemos primeiro passo nós sozinhos. Que é que fizemos? Primeiro passo, passamos o anúncio num jornal gratuito que é a Dica da Semana ou qualquer coisa deste tipo. Também não resultou [...] na zona de Corroios, vimos um anúncio arranjado, pronto, colado num prédio, estava escrito: “Senhora Moldava”, então claro, decidimos essa ideia, então nós levámos essa ideia, pusemos anúncios aqui em Almada. Resultou [...]

Olga, Trabalhadora moldava

[...] Para mim também são muito importantes, tenho muitos [amigos], também me ajudaram muito, a encontrar trabalho e informações, mesmo para ele encontrei [aponta para o irmão], nunca mais me esquece, encontrei com esse amigo no supermercado e apresentei o meu irmão e disse, olha não sabes, (porque ele também é pintor e faz outros trabalhos) se conheces por acaso, às vezes, porque eu na altura já estava a ficar desesperada, porque ele não encontrava, e pensei assim, vou perguntar a toda a gente [...] porque é assim, quem não fala, não sabe. E então perguntei a ele, por acaso, e ele disse está bem, olha, tenho ali uma pessoa que faz trabalhos de obra, vou-lhe perguntar. Porque ele às vezes precisa [...]

Natacha, Trabalhadora moldava

[...] onde vou trabalhar, tem sempre portugueses, vamos ganhando conhecimento e ficando amigos. Tem um português agora que me está a ajudar. Inclusive fez-me um contrato. Estou muito feliz. Um português que conheci aqui e que arranjou-me um patrão, através do meu conhecimento com esse português. A casa foi um amigo que telefonou a um amigo de Cabo Verde que disse que havia um apartamento à venda. Um conhecido da terra.

Nelson, Trabalhador Cabo-verdiano

As redes sociais permitem ainda activar um capital relacional e material valioso que os imigrantes gerem aquando da chegada, tendo em vista a prossecução dos seus objectivos. Foram em muitos dos casos, amigos e familiares já instalados, que permitiram a alguns dos nossos entrevistados aceder a um conjunto de recursos fundamentais para o início de vida, nomeadamente o primeiro emprego e a primeira casa, como se pode verificar de seguida:

Mas também falando com conhecidos, com casais nossos amigos que também [...] passa-se informação muito rápida, não é? Ajudamo-nos uns aos outros [...]

Maria, Trabalhadora Cabo-verdiana

Enfim, em relação à casa, procurei eu mesmo com o namorado [...] mas trabalho, falei com amigas, elas estavam sempre a ligar para mim a dizer “olha tem uma reunião em algum sítio, tem um anúncio, vai lá procurar” e fui [...]

Joana, Trabalhadora Cabo-verdiana

[...] [N]ós vinha para Pontinha, casa do primo do meu marido. Eu tive lá um mês e tal, nós vai morar na casa do Mira, mas essa casa não tinha telhado em cima e no inverno chovia [...] então eu disse ao meu marido procura outra casa, então ele e um amigo, primo dele, eles vai procurar casa [...]

Guilhermina, Trabalhadora Cabo-verdiana

Assim, apesar das possibilidades se dividirem, por um lado, em recursos étnicos ou capital social de origem comunitária, existem variações entre este tipo de recursos que importa distinguir. Por um lado, discriminamos no quadro das estratégias de pendor mais etnicizante, os laços familiares, dos laços étnicos baseados em afinidades construídas e mais abstractas; por outro, convém ainda distinguir as redes informais dos amigos, familiares e vizinhos, das mais organizadas como as ‘agências de viagem’ que trouxeram grande parte dos imigrantes do leste europeu, situação verificada num dos relatos de um entrevistado:

[...][N]ós pagamos dinheiro para as estruturas mafiosas, têm uma face [...] por exemplo, que é uma agência de viagens, mas afinal é uma estrutura mafiosa. Tudo, nós, por exemplo quando eu saí eu não, imaginava o que era [...]

Mário, Trabalhador Moldavo

No caso do trabalho na construção civil o recrutamento é feito com base em redes criadas no curso dos contactos estabelecidos nos próprios espaços de trabalho, no âmbito das relações criadas no contexto da obra ou entre empresas subempreiteiras. No âmbito deste sector, outro aspecto que ressalta nas nossas entrevistas é a importância das redes de proximidade com locais também. Por seu lado, as referências das mulheres

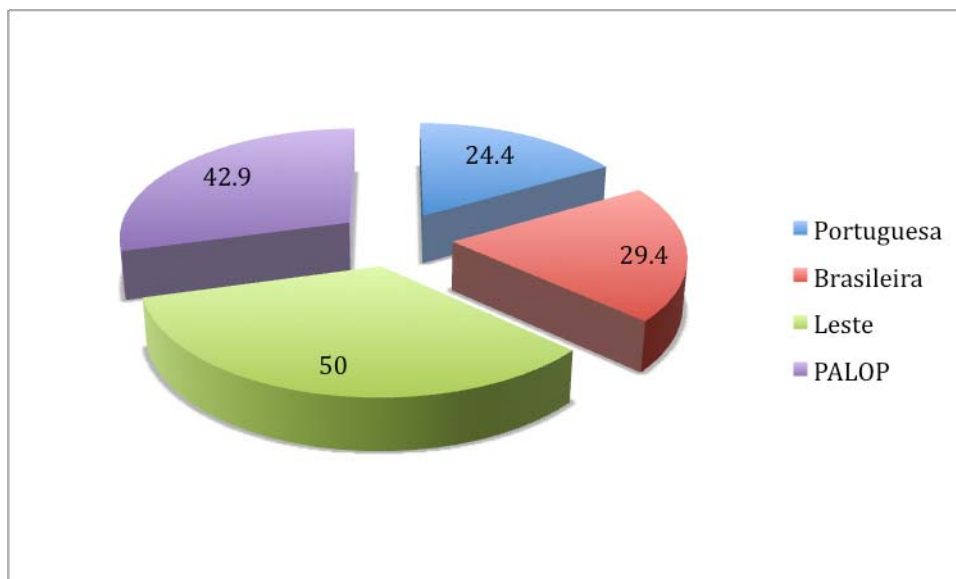
que trabalham nos serviços domésticos relativas aos mecanismos de acesso ao trabalho estão muito mais associadas a redes, quer de natureza étnica, quer de portuguesas que procuram justamente colaboradoras domésticas. Neste caso, sendo as redes e os mecanismos informais decisivos, eles não têm sempre um pendor etnicizante. Entre os entrevistados é difícil falar numa tendência genérica relativamente às dinâmicas e estratégias para aceder ao mercado de trabalho, sobretudo em relação aos entrevistados de leste, dado o pouco tempo de permanência e a diversidade de contextos que esses, sim, parecem fornecer um quadro explicativo pertinente das diferenças entre mecanismos accionados. De uma forma geral, contudo, a preponderância de recursos étnicos é bastante importante, mesmo quando se articulam com outros mecanismos.

As redes sociais informais de familiares, amigos, vizinhos e amigos de amigos, desempenharam um papel central na construção do projecto migratório. Se, por um lado, forneceram um património de narrativas de migração a partir das quais se desenharam as metas e expectativas do plano de migrar, por outro lado permitiram activar um capital relacional e material valioso que os actores sociais geriram tendo em vista a prossecução dos seus objectivos. As redes sociais permitiram que alguns dos nossos entrevistados acessem a um conjunto de recursos fundamentais para a decisão de migrar. A nossa experiência permitiu-nos olhar para a SOLIM e para o tipo de recursos que providencia aos seus associados, como exemplo do extravasamento das redes sociais para além do factor étnico. Embora a co-etnicidade esteja presente nos discursos dos nossos entrevistados como factor coadjuvante da decisão de migrar, a associação funciona, em muitos casos, como um espaço de sociabilização pós-étnico.

4.2.3 Imigração e precariedade – A alternativa solidária

Graças também aos resultados preliminares de um inquérito por questionário aplicado no âmbito de um projecto em curso no DINÂMIA-CET⁸⁹ a uma amostra representativa de cerca de 780 trabalhadoras domésticas nacionais e imigrantes foi possível compreender a relação estreita entre estes segmentos do mercado de trabalho, sobretudo em núcleos familiares imigrantes. Os dados que nos foram disponibilizados mostram que para o universo inquirido de trabalhadoras domésticas a percentagem de cônjuges empregados na construção civil é muito superior nas categorias que nos encontramos a trabalhar. De acordo com a nossa leitura, estes são valores que traduzem uma realidade de insistente precariedade associada a determinadas categorias sociais, nomeadamente a de imigrante. Este é um cenário de gravidade social acrescentada justamente pela concentração de agregados familiares em sectores profissionais desqualificados e precários, como se pode ver no gráfico 2:

Gráfico 2: Cônjuges de trabalhadoras domésticas empregados na construção civil por nacionalidade (%).



Fonte: Projecto “Trabalho Doméstico e Trabalhadores domésticos: Perspectivas Interdisciplinares e Comparadas”, com tratamento próprio.

⁸⁹ “Trabalho Doméstico e Trabalhadores domésticos: Perspectivas Interdisciplinares e Comparadas” PTDC/JUR/65622/2006.

Dada a natureza destes trabalhos, e de uma maneira geral, muitos dos nossos interlocutores encontram-se numa posição de forte vulnerabilidade. No caso dos trabalhadoras imigrantes quando numa relação que à partida já é desequilibrada, o empregador tem o poder de assumir o controlo sobre a vida do trabalhador e sobre a sua pessoa. Vários estudos demonstraram que, desde há vários anos, o sector da construção civil e obras públicas português é marcado por uma profunda informalidade, que afecta de igual modo parte da mão-de-obra nacional ou os trabalhadores imigrantes. Esta informalidade é sentida a diversos níveis sendo de destacar os seguintes: a ausência parcial ou total de vínculos contratuais, a ausência de contribuições para a segurança social e a precarização das condições de trabalho. Uma vez mais essa foi uma realidade confirmada pelas nossas entrevistas:

A dificuldade é várias, agora neste momento é emprego que há, temos dificuldade e pagamento também, o patrão não paga, passa mês e meio sem pagar e andamos [...] assim.

José, Trabalhador Cabo-verdiano

Conforme as condições de trabalho que o patrão tiver. Ele é que vai dizer se vai pagar por horas, ao fim do dia, se é por semana, ou por mês, ele é que vai dizer as condições [...] nunca me deram contrato. Não. Inclusive já um ano e tal que estou a trabalhar com o mesmo patrão e não dão contrato, por que diz as coisas estão em crise, as coisas que não estão boas [...]

Nelson, Trabalhador Cabo-verdiano

[...] e daí agora estou preocupada com o meu marido, ele já tem três anos que ele trabalha [...] Trabalha ora sim ora não, trabalha assim. Nas obras, mas sem patrão. Ele trabalha assim: hoje, amanhã, uma semana, dois meses, um mês, e pronto e parou assim dois meses, três meses parado, e trabalha quinze dias, vinte dias, um mês e pára, só isso. E a residência dele já esta vencida e daí agora nós fez marcação e foi na Reboleira eles não me atendem nem a mim nem ao meu marido.

Guilhermina, Trabalhadora Cabo-verdiana

O sector da construção civil, dificilmente deslocalizável, tende a procurar trabalhadores mais baratos, passando obviamente pelo recrutamento de mão-de-obra

imigrante em situação regular e/ou irregular. Também a questão da “tripla discriminação⁹⁰” no caso das trabalhadoras domésticas parece ser confirmada e é resultado da conjunção das variáveis ‘género’, ‘classe’ e ‘nacionalidade’ (mulheres, estrangeiras, pertencendo à classe trabalhadora), e pela pertença a alguns grupos étnicos. A vulnerabilidade e a ausência de contratualizações explícitas abre espaço a violações do horário de trabalho e dos níveis salariais. Vejamos a este propósito o que nos dizem as nossas entrevistadas:

É assim, vamos começar com uma casa, que tinha de trabalhar dois dias por semana, segunda e na quinta. Quando foi dia de passar a ferro e mudar as camas, pronto, fazer as casas de banho, cozinha e passar a ferro. Por nove horas. E na quinta-feira às sete horas limpeza profunda, mudar as camas, lençóis, pronto, aspirar e limpar o pó, os vidros, uma limpeza profunda. E noutras casas tinha só quatro horas, uma vez por semana, uma hora passar a ferro, três horas limpeza. Tudo o que precisava a senhora ela dizia: “Olha, eu preciso desta roupa, preciso que limpes esta casa.” E depois disse-me isso, e depois foi eu que me arranjei [...] o meu tempo, sabia que em quatro horas, durante quatro horas eu tinha que conseguir fazer isto, isto, isto, tudo.

Olga, Trabalhadora Moldava

Eles tão a pensar que sou eu única em Portugal que estou a ganhar 5 euros! E depois eu também explicava: “Eu não sou a única. Todas mulheres estão a ganhar assim. São mulheres da minha terra que tão a ganhar 7 euros, 8 euros! Mas eu nunca cheguei neste ponto de dizer: “Olha, tenho uma amiga que tá a ganhar 8, eu também quero 8.” Não! Eu sempre fui muito discreta com eles, Pronto: “As senhoras estão a ganhar 6 euros eu também tou ganhar assim”. Eu tinha uma casa que eu acho que ela teve problemas com dinheiro, e também estava na altura de lhe dizer que as mulheres estão a ganhar 6 euros, na altura eu ganhava 5, e eu sabia que ela não ia concordar, e eu comecei assim uma conversa com ela que: “Eu vou deixar de trabalhar, que é muito pesado para mim, é muito trabalho só para mim, pesado” e ela disse: “Oh XXX, o problema é dinheiro, não é?”, e eu disse que sim, “Não há problema, vamos, arranjar dinheiro!”

Nádia, Trabalhadora ucraniana

De facto, o trabalho doméstico remunerado praticado na esfera íntima da família dificulta a sua percepção enquanto trabalho *real*, sendo esta actividade associada ao trabalho não remunerado praticado pela mulher. O trabalho doméstico encontra-se,

⁹⁰ Referida por vários autores como Peixoto, 2004; Simon e Brettell, 1986; Kofman *et al.*, 2000.

desta forma, desprotegido de alguns procedimentos legais que normalmente são oferecidas pelo emprego tradicional, contribuindo para uma maior vulnerabilidade das trabalhadoras. Esta vulnerabilidade é acrescida pelo facto de ainda persistir entre a patroa/patrão e trabalhador/a doméstico/a uma relação de posse, propriedade e “coisificação” que desumaniza o/a trabalhador/a e interfere no estabelecimento de uma efectiva relação laboral⁹¹.

As situações de vulnerabilidade são em larga medida demonstradas pelas situações de trabalho precário (em ambos os sectores), por parte daqueles que acedem ao mercado de trabalho por períodos curtos e sem possibilidade de verem os seus direitos protegidos, quase sempre, mas não exclusivamente, trabalhadores indocumentados. Segundo Elísio Estanque (2005), os imigrantes não documentados, em particular os da Europa de leste, tornam-se assim, “uma verdadeira massa de neo-proletários que alimentam as economias europeias e que engrossam diariamente as subclasses. A situação de carência e particular fragilidade em que se encontram, obriga-os a aceitar entrar no jogo da hiper-exploração, tornando-se vítimas da entidade patronal, obrigados a aceitar horários duplos, com salários muito baixos, vivendo em casas comuns com mais compatriotas, tornando-se também aqui, vítimas de senhorios sem escrúpulos. Segundo o autor, estas situações aumentam cada vez mais, devido à pressão mercantilista, que perverte as normas mais elementares do Direito Laboral, pela incapacidade do Estado democrático para pôr em prática a acção reguladora e integradora que lhe cabe (Estanque, 2005: 12).

Este acentuar de desigualdades e tendências de segmentação e reestruturação do mercado de trabalho foi por nós verificado pelas múltiplas contradições e fortes desigualdades sociais que parecem pressionar *para baixo* alguns dos interlocutores:

[...] eu pago a minha passagem, e eu venho, agora eu já fiz reagrupamento familiar, depois a minha mãe que ficou em Cabo verde com os meus dois filhos menor, a minha mãe já morreu, já tem seis meses que já morreu. Morreu lá, ficou com os meus filhos menores, e o que me está preocupando muito é que o meu filho que está na casa do vizinho porque não tem ninguém para cuidar dele, e agora eu quero renovar a minha residência e do meu marido e o reagrupamento familiar para se pode trazer os meus filhos. Eu tenho contrato de trabalho, eu trabalho, das 8h às 16h, depois das 18h às 00h. Eu tenho a minha conta poupança no banco. Já meteu papéis, mas eles não dão alguma opinião porque o meu marido não está trabalhando. O meu marido já foi à junta médica, sexta-

⁹¹ Para uma teorização mais profunda sobre esta questão ver De la Blétière, 2008.

feira e não aparece nenhum problema [...] ele já foi ontem, na sexta-feira, ele andou todo o lugar onde a gente procura emprego, e mete o nome, e eles não aceitam. Eu sonhei, eu tenho tanta vontade de estar junto com os meus filhos [...]

Guilhermina, Trabalhadora Cabo-verdiana

[...] E eu falei não, mas já tenho um bocadinho de experiência no *pladur*, porque trabalhei no Moscovo no *pladur*. E já mais ou menos, apesar de haver diferentes maneiras de trabalhar, mas no fundo é parecido. Aqui havia mais oportunidade, mas para vir assim sem contrato era muito mais complicado, é muito, muito complicado.

Anatoly, Trabalhador moldavo

Quando eu cheguei em 2000 não havia legalização, e nem havia a informação que vai haver, então nós: casa – trabalho, casa – trabalho. Tentamos menos aparecer na rua, menos entrar nos cafés, essas coisas, quer dizer, muito, muito escondidos! O mais escondido possível. Aqui, quando via uma polícia passava para o outro lado de da rua, para não observar, bastava só olhar, nota-se uma cara estrangeira, bastava só perguntar alguma coisa a resposta já dava que é um estrangeiro e logo perguntar a seguir papéis, não têm vistos, nem havia, [...] podia ser mandado para fora. [...] Tudo, nós, por exemplo quando eu saio eu não, imagina: eu como licenciado em geografia, era professor na universidade, fazia aulas para estudantes de primeiro e segundo ano eu havia só 40 dólares americanos. Isto era um ordenado mais ou menos médio do país. Agora quando eu vai chegar para Portugal eu paguei mil e tal euros! Para vir trabalhar onde estou a fazer o que faço [...] de uma maneira [...]

Mário, Trabalhador moldavo

Aos velhos problemas relacionados com a imigração cabo-verdiana, associam-se 'novos/velhos' problemas com as populações da Europa de leste. Verificamos que as velhas clivagens mantêm-se juntando-se agora as novas. Às contradições clássicas, entre trabalhadores e patrões, entre ricos e pobres, excluídos e incluídos, mulheres e homens, somam-se agora as desigualdades da era da globalização, entre qualificados e não qualificados, emprego estável e emprego precário, licenciados e não licenciados, imigrantes legais e ilegais. As barreiras existentes na sociedade portuguesa, sobretudo no mercado de trabalho imigrante não qualificado, são, portanto, expressões de barreiras sociais instaladas e a precariedade traduz-se na impotência e no medo. E a incorporação do medo, por sua vez, dá lugar à aceitação ou resignação, isto é, à auto-negação da luta pelos direitos. Neste contexto, cabe à

consciência crítica, à capacidade de acção colectiva, às associações solidárias inverterem este sentido e traçarem um novo cenário. É, pois, num estímulo ao diálogo e à participação dos cidadãos imigrantes que a SOLIM se apetrecha de autoridade enquanto organização dentro dos valores da economia solidária, pela defesa dos mecanismos desses mecanismos de diálogo, no estímulo à participação de todos os imigrantes, e sobretudo, na execução de reformas e propostas de acção orientados para o desenvolvimento, para a inclusão, e para a justiça social. O seguinte excerto permite ilustrar a importância da referida associação no apoio aos imigrantes:

Fui ao SEF de Lisboa na António Aguiar, eu volto lá, eu fui lá, o mesmo atendimento no balcão diz-me: olha nós aqui não dá para resolver problema da senhora porque a senhora é IRS baixo e indica um senhor tão bom (Presidente da SOLIM). Ele dá-me o endereço daqui (SOLIM). Ele dá ao meu marido o endereço e nós vem aqui nessa associação, nós vimos e eles atendem e diz o que é pedido, fotocópia do passaporte dos meus filhos, o registo de nascimento do meu filho de Cabo Verde autenticado, tudo eu manda buscar, então o que eles pedem aqui tudo certinho. Eu fui lá no agrupamento familiar eles não me atendem, eles mandam-me para SEF na António Aguiar em Lisboa. Eu fui lá, eles não me atendem lá, mas o senhor atende-me diz: Dona XXXX a senhora tem de ter calma, e a senhora tem problema no IRS, então eu dá à senhora endereço que vai lá na associação emigrante, eles escrevem e vai lá e eles já atendem a senhora, eu veio aqui desesperada a chorar mesmo, então eles disse: Senhora vai dar tudo certo. Então eu estou aqui, eu já conhece todos daqui.

Guilhermina, Trabalhadora Cabo-verdiana

É assim, esta associação descobri porque fui nos Anjos ao Apoio do Imigrante (CNAI) não é? Para fazer a inscrição da minha mãe porque ela não tem documentos e depois disseram que ali não dava para fazer e não sei quê e uma senhora deu-me a morada para eu aqui vir [...] Mas eu acho que esta associação é muito importante, porque ajuda bastante as pessoas a ter documentos.

Joana, Trabalhadora Cabo-verdiana

[...] E agora venho aqui à associação para reclamar para fazer uma carta, porque eu já tenho sete anos aqui para trazer os meus filhos. Mas só que eles recusaram porque o vencimento é pouco, mas eu tenho oito horas de trabalho. É isso que eu não estou a perceber porque isso é que eu estou cá para perceber. Eles (SEF) já mandaram a carta

para casa, mandaram hoje, mas eles recusaram. Porque com o meu desconto não [...] não sei se é desconto, por isso veio aqui para saber, para perceber melhor, para me ajudarem.

Maria, Trabalhadora Cabo-verdiana

[...] uma amiga depois falou-me da associação e deu-me um cartão, porque a associação tinha um cartão onde aparecia escrito tudo, tudo, na língua portuguesa, na língua ucraniana, na língua inglesa e eu depois vim cá. Eu agora venho cá porque estou atrasada com o IRS. Eles fazem na máquina, no computador e ajudam para eu receber.

Nádia, Trabalhadora ucraniana

A importância do associativismo nos processos de mudança social é um facto incontestável. Os processos de industrialização e de urbanização das sociedades, a desconfiança e a crise nos sistemas de representatividade formal do Estado, assim como dos mecanismos de regulação do mercado têm estado na origem da emergência de um novo tipo de associativismo assente nos pressupostos da economia solidária. A crise do Estado-providência pode ser visualizada em diferentes dimensões. Em primeiro lugar, no domínio das políticas sociais para com os imigrantes e ademais populações, na estrita medida em que não tem a capacidade financeira suficiente para investir com a proficiência devida na saúde, no apoio daqueles que estão em situação mais vulnerável pela assistência social, nos subsídios de desemprego, na formação e na educação. Por outro lado, o Estado-Nação clássico vem perdendo capacidade de gerir e administrar o seu território em função da sua identidade económica, social, cultural e política, sobretudo nos domínios da administração política e territorial, hoje mosaico de várias nacionalidades (Soysal, 1994). Afirmações muito vagas e pouco fundamentadas A crise do Estado é também notória na sua relação com a sociedade civil. Em relação a esta, está demasiado distante e demonstra-se incapaz de resolver os problemas dos que habitam o *seu* território no que reporta aos índices de desemprego, exclusão social, pobreza, ambiente e, por outro lado, as suas relações com as organizações da sociedade civil são atravessadas por perversões burocráticas, corporativas e muitas vezes corruptoras. No que diz respeito à condição vulnerável do imigrante e à responsabilidade do Estado neste capítulo, temos de olhar para o Estado como um agente activo neste vasto processo de subordinação estrutural que reforça os diferentes patamares de discriminação com base na etnicidade, no género, na nacionalidade e na ocupação.

Os sinais são objectivos, as tendências que indiciam a implosão do sistema económico não deixam de ser sintomáticos em relação à insustentabilidade do capitalismo tal como tem sido construído. Por isso, quando falamos de economia solidária em Portugal e no mundo devemos valorizar ao lado dos seus méritos presentes as suas virtualidades futuras. Segundo Namorado (2009: 69), valerá ainda assim, enunciar que a economia solidária está “geneticamente vocacionada para o curto prazo, uma vez que é ágil a responder a questões concretas”. Globalmente, poderemos dizer que a economia solidária, apesar da *subalternidade* no seio do capitalismo não a impede de dispor de energia alternativa necessária para poder ser concebida como parte de um horizonte pós-capitalista (*Ibidem*). Foi o que vimos acontecer na SOLIM, uma resposta pronta, concreta e solidária, na vida daqueles que por lá passaram, os *outros protagonistas*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento migratório apresenta causas muito diversas embora, e como referido ao longo deste estudo, a procura de melhores condições de vida pela obtenção de trabalho noutra país surja à cabeça da lista das razões apontadas pelos imigrantes. No primeiro capítulo tentámos perceber este fenómeno à luz das principais propostas teóricas sobre imigrações, sobretudo as relacionadas com o caso concreto de Portugal. Portugal necessita, tal como os restantes países da Europa, dos trabalhadores imigrantes para satisfazer as carências do mercado de trabalho. Assim, não é surpreendente verificar que, quando comparado com outros países, Portugal seja procurado essencialmente por imigrantes que chegam para trabalhar⁹². Pareceu-nos igualmente importante sublinhar as diferenças entre fluxos migratórios mais antigos e mais recentes e, ao mesmo tempo, identificar os factores económicos, políticos, sociais e culturais, que motivaram a decisão de migrar dos próprios protagonistas. Foi através da análise das narrativas individuais que procurámos situar os percursos migratórios, localizando-os num determinado momento da história de uma região e do mundo. As origens destes percursos assim como as expectativas e processos de incorporação tornaram possível criar um perfil socioprofissional das duas populações em causa. Assim, no caso da inserção profissional dos cabo-verdianos pudemos constatar que ainda é marcada por uma sobre-representação nas categorias profissionais menos qualificadas e menos valorizadas socialmente, como comprovam os dados do SEF e do INE que mostram que aproximadamente 85% por cento dos activos desta nacionalidade se concentravam no grupo de actividades não qualificadas, ficando relativamente clarificado o perfil clássico de inserção profissional desta população. Mesmo em relação ao sector do trabalho doméstico, as mulheres cabo-verdianas imigrantes encontram emprego no sector das limpezas, quer individualmente em casas de famílias portuguesas, quer em empresas responsáveis pela limpeza de centros comerciais, universidades e outros espaços públicos ou privados. Em muitos casos estas fontes de rendimento são complementadas com horas de trabalho extra em casas particulares.

Em relação aos perfis de inserção profissional dos imigrantes do leste europeu, vários estudos referem que esta recente vaga migratória revela a presença de um contingente de imigrantes que se afasta do perfil traçado para os cidadãos estrangeiros

⁹² Segundo dados da OCDE, em 2004, perto de 60% dos fluxos imigratórios que chegaram a Portugal vieram para trabalhar.

que vivem e trabalham em Portugal há mais tempo. O grau de escolaridade e formação profissional, a centralidade da indústria da migração na sua chegada e permanência, a facilidade de aprendizagem da língua, a dispersão geográfica para fora dos grandes centros urbanos, são alguns dos aspectos que transformam estes imigrantes numa categoria que apenas recentemente se começou a investigar e a compreender.

De uma maneira geral, os homens de leste que trabalham na construção civil sujeitam-se a horários mais longos e salários mais baixos, com alguma desvantagem relativamente aos cabo-verdianos, que em função da sua antiguidade no sector acabaram por adquirir uma estabilidade relativa comparativamente aos primeiros.

Em relação às mulheres de leste, estas entram nos ‘bastidores’ do trabalho doméstico quando já a maior parte das cabo-verdianas aí trabalhava. A diferença está nos níveis de qualificações académicas observados entre umas e outras. Podemos verificar que existem duas situações distintas que caracterizam cada grupo (cabo-verdianas e europeias de leste) no que diz respeito à correspondência entre o nível de qualificação académica atingido e as principais profissões exercidas: uma no caso das trabalhadoras de Cabo-verde, e uma expressiva situação de desajustamento entre a qualificação académica das mulheres da Europa de Leste e a sua categoria profissional. O fenómeno da precariedade da actividade laboral na construção civil e no trabalho doméstico está relacionado com os movimentos globais – de natureza económica, política e legislativa – que estruturam a economia mundial e conducentes à marginalização e à exploração.

Relativamente à fragilidade da situação social dos imigrantes, podem fazer-se várias leituras. Como se mostrou no capítulo dois (“Uma aproximação solidária ao tema das migrações: o contributo da Economia Solidária”) são frágeis as posições de uma parte importante destes imigrantes no que diz respeito ao seu estatuto jurídico e às inserções profissionais. Contudo, poderá existir por parte da população portuguesa um sentimento ambíguo perante esta nova presença em Portugal que se prende com o reconhecimento de uma situação contraditória entre as qualificações e os percursos profissionais destas pessoas nos países de origem e as actuais posições socioeconómicas, como mostram alguns estudos realizados. Todavia, a variação das leituras feitas sobre a posição socioeconómica dos imigrantes de leste pode também fazer variar o grau de estigmatização, como se concluiu.

A análise dos percursos pessoais e profissionais em Portugal permitiu-nos compreender os caminhos da integração destes imigrantes. Se o trabalho é a principal

fonte de vida, de criação de riqueza e de oportunidades de reconhecimento social, é cada vez mais urgente dotá-lo de condições que garantam a sua humanização, ou seja, dotá-lo de meios que impeçam que empregadores sem escrúpulos continuem a ser a barreira para lá da qual os direitos e a dignidade humana são sistematicamente torpedeados.

É no contexto laboral que o confronto com a realidade portuguesa se faz de forma mais aguda. A presença de populações estrangeiras no mercado de trabalho nacional ainda gera muitas vezes opiniões contraditórias entre a população nacional, emergindo por um lado a opinião de que estes se apresentam como concorrentes na disputa por postos de trabalho mais ou menos escassos e, por outro lado, uma opinião que os vê como profissionais fundamentais e bons trabalhadores, colmatando aspectos da procura de mão-de-obra que não são preenchidos pelos próprios nacionais. Dada a actual situação económica de Portugal, e sobretudo devido à taxa de desemprego elevada que existe hoje no país, a primeira opinião de que os imigrantes se apresentam como concorrentes directos dos nacionais no mercado de trabalho poderá vir a ganhar terreno em relação à segunda opinião. A Convenção Internacional sobre a protecção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, promovida através dos esforços conjugados das Nações Unidas, da OIT e de várias ONG, tem como principal objectivo proteger os trabalhadores migrantes, cujos direitos humanos são particularmente susceptíveis de sofrer violações, sendo a sua entrada em vigor um importante marco não só no que respeita à cooperação internacional na temática das migrações, como também no alargamento da luta pela protecção internacional dos direitos humanos, tentando neste sentido incrementar medidas que eliminem o tipo de opiniões que referíamos. Portugal ainda não ratificou esta convenção. Um paradoxo se pensarmos que Portugal continua a ser um significativo país de emigração. A protecção dos direitos dos trabalhadores migrantes é, desde logo, uma responsabilidade em relação aos milhões de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo. Quanto maior a proximidade da Convenção melhor será a política de acolhimento e de incorporação de imigrantes e maior credibilidade assistirá a defesa dos direitos dos emigrantes portugueses. Os trabalhadores migrantes são *estrangeiros* numa *Terra de Ninguém*. E basta este facto para que possam ser objecto de suspeita ou de hostilidade nas comunidades onde vivem e trabalham. Na maioria dos casos, são economicamente desfavorecidos e sentem as mesmas dificuldades económicas, sociais e culturais que os grupos sociais autóctones menos favorecidos. A vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes na área do emprego assume diversas formas como, por

exemplo, as exclusões ou preferências segundo o tipo de emprego que podem ocupar, quanto se pode pagar e com contratos precários (quando existem). Muitas vezes, os critérios aplicados aos nacionais e aos imigrantes não são os mesmos no que diz respeito à segurança do emprego, e os contratos podem privar os imigrantes de certas vantagens.

Como se verificou no capítulo três (“Migrações e acção colectiva: redes sociais e associativismo”) o papel das redes sociais no acesso aos aspectos mais instrumentais da incorporação dos imigrantes é fundamental. A incorporação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento está dependente de um conjunto muito diferenciado de factores que têm como resultado diferentes trajectórias (Portes, 1999). Os diferentes tipos de *capital* que os indivíduos transportam consigo representam um dos factores centrais para compreendermos uma parte importante destes processos. Atendendo aos objectivos do nosso trabalho, concentrámo-nos na dimensão das sociabilidades dos imigrantes e na sua centralidade enquanto factores explicativos dos percursos dos nossos interlocutores. A discussão foi centrada nos conceitos de *rede* e de *capital social* de modo a compreendermos a dimensão das suas sociabilidades, fundamental para a subsistência dos imigrantes. Nesse campo, as redes sociais funcionam como instrumentos de acesso a recursos e simultaneamente de protecção social. As redes sociais, neste contexto, revelaram ser um importante equalizador social para as populações imigrantes mais descapitalizadas. Como referido, a reprodução das redes que suportam a deslocação dos imigrantes à sociedade de chegada é associada por alguns autores às baixas competências formais e escassos recursos instrumentais. Foi neste sentido que a SOLIM revelou ser uma alternativa, enquanto foco de amplificação das próprias redes sociais dos imigrantes e, conseqüentemente, do seu próprio capital social. Ao longo deste capítulo tentámos enfatizar a importância das redes de sociabilidade nos percursos das populações imigrantes. O tipo de obstáculos que os imigrantes enfrentam diverge de acordo com o tipo de recursos (económicos, sociais e políticos) que estes são capazes de mobilizar. A nossa observação revelou que a SOLIM enquanto associação que entendemos assente nos princípios da economia solidária, é um instrumento vital para que todos os imigrantes que estão em situação de vulnerabilidade possam pelo menos articular as suas reivindicações. As trajectórias dos migrantes laborais com quem trabalhamos reflectiram uma condição partilhada de desvalorização social e precariedade que acentuaram o carácter urgente de uma abordagem solidária. É através da associação por via da acção colectiva que os nossos

interlocutores tentam num primeiro momento resolver o seu estatuto legal, fortalecendo depois a sua capacidade reivindicativa, e criando, por fim, oportunidades que lhes permitam alcançar objectivos individuais e colectivos.

Pela vulnerabilidade destes trabalhos, pela dificuldade em realizar fiscalizações (as que existem têm quase sempre como alvo o trabalhador) por parte das autoridades competentes devido à própria natureza do trabalho (*e.g.*, o trabalho doméstico, a construção civil, a pecuária, as actividades florestais, a agricultura), pela constatação que o ritmo e a exigência física destes trabalhos requer, é fundamental a participação da economia solidária pela importância em cimentar uma aliança cívico-política fundamental entre as diversas entidades envolvidas que convergem em maior ou menor medida, a partir de suas características próprias, em torno da agenda dos imigrantes. É esse o papel da SOLIM, um movimento solidário que luta pela resolução de problemas sociais, pela ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania dos imigrantes. Neste estudo não foi possível recensear todos os utentes da Associação, no entanto, conseguimos perceber que é um manancial de experiências e testemunhos pela participação de todos os indivíduos que em algum momento (actual ou passado) pretenderam efectivar a sua condição de cidadãos de uma forma activa, agindo e intervindo na sociedade, procurando, desse modo, transformá-la.

As variáveis sociais conducentes a uma caracterização social dos imigrantes constituem, pois, pistas para uma análise mais completa destas populações em futuros trabalhos. Seria interessante, no nosso ponto de vista, realizar estudos longitudinais que permitissem compreender a evolução do impacte social gerado no seio da Economia Solidária na vida das populações migrantes. Seria também importante a realização de outros trabalhos de âmbito comparativo que alargassem o espectro de nacionalidades observadas. Igualmente importante seria olhar para o panorama associativo imigrante como espaço privilegiado de aplicação dos princípios da Economia Solidária.

Tendo em conta todo o trabalho que desenvolvemos permitimo-nos a ousadia de encerrarmos com a interrogação/interpelação de abertura do Fórum Social Mundial de 2002: “A economia solidária está orientada apenas atenuar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal ou tem vocação para constituir o fundamento de uma globalização justa e de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação das necessidades básicas de cada um e de todos os cidadãos da Terra?”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACIDI, *Boletim Informativo – Imigrantes e Administração Pública: proximidade ou barreira?*, nº78, Lisboa, Fevereiro de 2010.

Acioli, Sónia. 2007. “Redes Sociais e Teoria Social: Revendo os Fundamentos do Conceito”. *Revista Informação e Informação*, Vol. 12.

Albuquerque, Rosana. 2008. “Associativismo, Capital Social e Mobilidade. Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal”. Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa: universidade aberta.

Albuquerque, Rosana. 2009. “ Participação cívica e trajectórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal”. In *Revista Migrações*, nº6 103-118.

Amâncio, Lígia. 2003. “O género no discurso das ciências sociais”. In *Análise Social*, vol. XXXVIII (168), pp. 687-714.

Amaro, Rogério Roque (Coord.). 2001. “Não à Pobreza – A Inclusão pela Economia/ Erradicação da Pobreza 1997-2006”. In *Ministério do Trabalho e da Solidariedade – Comissariados Regionais do Norte e do Sul de Luta Contra a Pobreza*, Lisboa.

Amaro, Rogério Roque. 2006 *Sebenta* distribuída aos alunos de Mestrado.

Amaro, Rogério R. 2003. “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”. In *Cadernos de Estudos Africanos*, nº4, pp. 35-70.

Amaro, Rogério Roque (Coord.) .2003. “A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal – Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza”. In *Bureau International du Travail*, Genève.

Amaro, Rogério Roque e Francisco Madelino. 2004. "Economia Solidária – Contributos para um conceito". Programa Interreg II B, Projecto "Cores" (Açores, Canárias e Madeira), Ponta Delgada, Las Palmas e Funchal.

Amaro, Rogério Roque. 2006. "Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria". In AAVV, *Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes*, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

Amaro, Rogério. 2009. "A economia solidária da Macaronésia – Um novo conceito". In *Revista de Economia Solidária*, nº1, pp. 11-30.

Amaro, Rogério R. 2009.^b "Nota Editorial". In *Revista de Economia Solidária*, nº1, pp. 4-10.

ÁVILA, Patrícia e Mariana Alves. 1993. "Da Índia a Portugal- trajetórias sociais e estratégias colectivas dos comerciantes indianos". In *Sociologia- Problemas e Práticas* n.º 13, pp. 115-133.

Baganha, Maria I. *et al.* 1996. *Immigrant insertion in the informal economy – the portuguese case*. Coimbra: CES – Universidade de Coimbra.

Baganha, Maria I. (ed). 1997. *Immigration in Southern Europe*. Lisboa: Celta.

Baganha, Maria I., João Ferrão e Jorge Malheiros. 1999. "Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português". In *Análise Social*, Vol. XXXIV, n.º 150, pp. 147-173.

Baganha, Maria I. *et al.* (coords.). 2002. *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Baganha, Maria e Pedro Góis. 2004. "Imigrantes de Leste em Portugal". In *Revista de Estudos Demográficos*, nº 38, pp. 31-45.

Barnes, J. 1972. *Social Networks*. Phillipines: Addison-Wsley.

Bastos, Susana Pereira (1990), *A Comunidade Hindu da Quinta da Holandesa. Um Estudo Antropológico sobre a Organização Sócio-Espacial da Casa*. Lisboa: LNEC, ICT Informação Técnica Ecologia Social, 5.

Beck, Elizabeth. 2001. "The National Domestic Workers Union and the war on Poverty". In *Journal of Sociology and Social Welfare*, volume XXVII, nº 4, pp.195-211.

Bourdieu, Pierre. 1980. "Le capital social: notes provisoires". In *Actes Rech. Sci. Soc.*, 31, pp. 2-3.

Bourdieu, Pierre 1985. "The forms of capital". In J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Nova Iorque: Greenwood, pp. 241-58.

Bourdieu, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*, Lisboa: DIFEL.

Cadernos Sociedade e Trabalho III. 2003. "Dimensão Social e Imigração". Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Lisboa.

Cadernos Sociedade e Trabalho II. 2004. *Imigração e Mercado de Trabalho*. Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Lisboa.

Callinicos, Alex. 2002. *Contra a Terceira Via*. Oeiras: Celta Editora.

Castells, Manuel. 1996. *The Rise of the Network Society, The Information Age: Economy, Society and Culture* Vol. I. Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell.

Canotilho, José Joaquim. 2000. *Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias*. Oeiras: Celta Editora.

Capucha, Luís. 2005. *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.

Carneiro, Roberto et al., (coord.). 2006. "A mobilidade ocupacional do trabalhador imigrante em Portugal". Lisboa: DGEEP/MTSS.

Carneiro, Roberto. 2008. "Nota do Director". In *MIGRAÇÕES – Revista do Observatório da Imigração*, N.º 2, pp.9-10.

Castro, Carla. 2005. "Morfologia Urbana Espinhense (1863-1913)". Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Coleman, James. 1990. *Foundations of Social Theory*. Belknap Press of Harvard University Press.

Costa, Fernando Ferreira. 1986. *As Cooperativas e a Economia Social*. Lisboa: Livros Horizonte.

Cruz, Manuel Braga da. 1995. *Teorias Sociológicas I, Os Fundadores e os Clássicos – antologia de textos*. Lisboa: Gulbenkian.

Da Silva, Loureiro Lídia. 1999. "Globalização das redes de comunicação: uma reflexão sobre as implicações cognitivas e sociais". In Alves José Augusto, Campos, Pedro e Brito, Pedro Quelhas, *O Futuro da Internet – Estado da Arte e Tendências de Evolução*, 53-63, Lisboa: Centro Atlântico.

Dasgupta, Partha. 1993. *An inquiry into well-being and destitution*. University of Oxford.

De la Blétière, Vanessa. 2008. "Por uma sociologia do trabalho doméstico. Contribuição para um estudo interdisciplinar.". Working Paper DINÂMIA 2008/62. Lisboa: ISCTE.

De la Blétière, Vanessa e Pedro Gomes. 2009. "Singularidades de uma actividade precária", *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*, II Série, n.º 34.

Defourny, Jacques e Monzón Campos, José (eds.). 1992. *Économie social – the third sector – cooperative, mutual and nonprofit organizations*. CIRIEC/De Boeck Université, Bruxelles.

Dionísio, Elsa Alexandra Louro. 2009. “Políticas locais e acção colectiva dos imigrantes da Europa de Leste”. In *Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa: Coleção Teses.

Dunoyer, Charles. 1830. *Nouveau traité d'économie sociale*. Paris: Sautetlet.

Durkheim, Émile .1989/1991. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença Especialidade Sociologia das Migrações, Universidade Aberta, Lisboa.

Estanque, Elísio. 2005. “Classes, precariedade e ressentimento: Mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais”. In *Revista Configurações: Desigualdades Sociais*, Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Estivill, Jordi, Bernier, A. e Valadou, C. 1997. *Las Empresas Sociales en Europa*, Barcelona, Hacer Editorial.

Estivill, Jordi. 2003. *Panorama da Luta contra a Exclusão Social – Conceitos e Estratégias*. Genève: Bureau Internacional du Travail.

Estivill, J. 2006. “Economia social e o mutualismo ao longo do tempo: desafios e voos futuros”. Comunicação apresentada no seminário Economia social contributos para repensar o papel das organizações mutualistas, Porto, Instituto de Sociologia da Faculdade de letras da universidade do Porto e Montepio Geral.

Faria, Maria Luísa. 1976. *Uma Nova Concepção de Sociedade*. Tradução, introdução e notas à obra de Robert Owen *A New View of Society*. Braga:Textos Filosóficos.

Ferreira, J. M. Carvalho.2002. “O papel do cooperativismo no desenvolvimento da Economia Social em Portugal”. In *Verve*, nº2, pp. 88-122.

Ferreira, J. M. Carvalho. 2003. "Movimentos sociais e marginalidade social nos contextos urbanos". Comunicação apresentada na conferência Internacional sobre Ecologia Social e suas Perspectivas Políticas – O Municipalismo Libertário, SOCIUS/ISEG, Lisboa, CD-Rom, 18 pp. <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/home.html3>.

Ferreira, J. M. Carvalho. 2006. "Potencialidades de desenvolvimento do terceiro sector nas sociedades contemporâneas". In Piccinini, Holzmann, Kovács, Guimarães, *O Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea – persistências e inovações*, UFRGS Editora, Porto Alegre.

Ferreira, J. M. Carvalho. 2007. "Actualidade da Construção do Objecto Científico da Sociologia Económica". In RAE eletrónica, *Fórum-Sociologia Económica*, v.6, n.º 1, Art. 8, Jan./Jul., pp. 22. www.rae.com.br/artigos/3995.pdf.

Ferreira, J. M. Carvalho. 2009. "Associativismo, terceiro sector e desenvolvimento local sustentável". In *Textos do 5º Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social*, Santarém: Ed. INSCOOP, 21pp.

Ferreira, José M. C. 2009. "Associativismo, Terceiro Sector e Desenvolvimento Local Sustentável". Comunicação apresentada no *Fórum Social Mundial 2009*. Brasil, 27 Janeiro – 1 de Fevereiro.

Foddy, William. 1996. *Como Perguntar. Teoria e Prática da Construção de Perguntas para Entrevistas e Questionários*. Oeiras: Celta Editora.

Fonseca, Maria Lucinda. 2002. "Dinâmicas de Integração dos Imigrantes: Estratégias e Protagonistas". Actas do 1º congresso Imigração em Portugal. Lisboa, ACIME pp. 108-140.

Fonseca, Maria Lucinda. 2003. "Integração dos imigrantes: Estratégias e protagonistas". Comunicação apresentada no I Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 18-19 de Dezembro.

França e Filho, Genauto Carvalho de e Jean-Louis Laville. 2004. *Economia Solidária – uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS Editora.

Giddens, Anthony. 2005. *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

Góis, Pedro. 2006. “Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão”. In *Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa: Colecção Teses.

Granovetter, Mark. 1973. “The Strength of weak ties” *AJS*, Volume 78 Number 6.

Granovetter, Mark. 1974. “Getting a Job” Chicago, The University of Chicago Press. *AJS* Volume 78 Number 6 (May 1973): 1360.

Granovetter, Mark. 1985. “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”. In *American Journal of Sociology*, pp. 481-510.

Granovetter, M. 1998. “Coase Revisited: Business Groups in the Modern Economy”. In G. Dosi, D.J. Teece & J. Chytry (eds), *Technology, Organization and Competitiveness*. New York: Oxford University Press: 67-104.

Greenwood, Ernest. 1965. “Métodos de Investigação Empírica em Sociologia”. *Análise Social*, nº.11, pp. 313 – 345.

Guibentif, Pierre. 1991. “A opinião pública face aos estrangeiros”. In M. C. Esteves (org.), *Portugal país de imigração*, Lisboa: I.E.D., pp. 63-74.

Horta, Ana Paula e Jorge Malheiros. 2004. “Os Cabo-verdianos em Portugal: Processo de consolidação, estratégias individuais e acção colectiva”. In *Estratégia – Revista do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais*, n.º 20, pp.83-103.

ILO. 2003. Programa *Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza Serviço de Políticas e Desenvolvimento da Segurança Social*.

Jansen, Clifford J. 1969. "Some sociological aspects of migration". In J.A. Jackson (Ed.), *Migration*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 60-73.

Jansen, Clifford. 1996. "Migration: a Sociological Problem". In Jansen, Clifford, *Readings in the Sociology of Migration*, Pergamon Press, New York.

Kaufmann, Jean-Claude. 1996. *L'Entretien compréhensif*. Paris : Nathan.

Laville, Jean Louis (Dir.). 2000. *L'Economie Solidaire – une perspective internationale*. Paris : Desclée de Brouwer.

Lallement, Michel e Jean-Louis Laville. 2002. "Qu'est-ce que le tiers secteur? Associations, économie solidaire, économie sociale". In *Sociologie du Travail*, n° 4, vol. 42, pp. 523-529.

Laville, Jean-Louis. 2000. *L'économie solidaire*. Paris : Desclée de Brouwer, Paris.

Laville, Jean Louis, Jean Philippe Magnen, Genauto de França Filho, e Alzira Medeiros (Dir.). 2005. *Action Publique et économie solidaire – une perspective internationale*. Paris : Éditions Érès.

Lee, Everett S. 1969. "A theory of migration". In J.A. Jackson (Ed.), *Migration*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 282-297 (originalmente publicado em *Demography*, Vol. 3, 1966).

Lévesque, Benoît *et al* .2001. *La nouvelle sociologie économique*. Paris: Desclée de Brouwer.

Lisboa, Armando de Melo. 2003. *Economia Solidária, economia barroca – A emergência da socioeconomia solidária na América Ibérica*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia Económica, Lisboa: ISEG.

Lissagaray, Prosper-Olivier. 2004. *La Comuna de Paris*, Nafarroa: Editorial Txalaparta.

Lobo Antunes, M.J. 2007. "A Decisão de Migrar: Portugal como destino da imigração da Europa de Leste na viragem do século". In *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 15, pp. 87-100.

Machado, Fernando Luís. 2008. "Filhos de imigrantes africanos no Mercado de trabalho: acessos, perfis e trajectos". In *Migrações*, nº2, ACIDI, pp. 121-158.

Machado, Fernando Luís. 1992. "Etnicidade em Portugal: contrastes e politização". In *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp. 123-136.

Machado, Fernando Luís. 1994. "Imigração, etnicidade e minorias étnicas em Portugal". In *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, pp. 187-192.

Machado, Fernando Luís. 1997. "Contornos e especificidades da imigração em Portugal". In *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24, pp. 9-44.

Malheiros, Jorge. 1996. *Imigrantes na Região de Lisboa. Os anos da Mudança*. Lisboa: Edições Colibri.

Marques, José Carlos, Maria Baganha e Pedro Góis. 2004. "*A Última Vaga: Imigrantes de Leste em Portugal*". Comunicação apresentada na Conferência Imigração do Leste – Uma Nova Realidade: Oportunidades e Desafios, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 14 de Outubro.

Marques, Maria Margarida *et al.* 1999. *Realojamento e integração social*. Lisboa: Colibri.

Marques, Margarida e Martins, Joana Lopes (2005), *Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento - A Escola perante a Diversidade*, Lisboa, ACIME.

Matias, Gonçalo Saraiva e Patrícia Martins. 2007. *A Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. Perspectivas e paradoxos nacionais e internacionais em matéria de*

imigração. Coleção Estudos e Documentos do Observatório da Imigração, 25, Lisboa: ACIDI, pp. 176.

Mendes, J.M. Amado. 1993. *História económica e social dos séculos XV a XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Miranda, Jorge *et al.* 2006. *Identidades Nacionais em Debate*. Oeiras: Celta Editora.

Moya, José C. 2007. "Domestic Service in a Global Perspective: Gender, Migration, and Ethnic Niches". In *Journal of Ethnic and Migration Studies*, V. 33, 4, 2007, pp. 559-579.

Mozzicafreddo, Juan. 1997. *Estado Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Namorado, Rui. 2007. "Renovar os quadros jurídicos da economia social?". Oficina do CES, 293.

Namorado, Rui. 2001. "Economia Social – um conceito de solidariedade sustentável". In *Pensamento Cooperativo, Revista de Estudos Cooperativos*, nº 2.

Peixoto, João (cord.). 2006. "Mulheres Migrantes: Percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal. Projecto PIHM/SOC/49765/2003, FCT/Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), Lisboa.

Peixoto, João, coord. 2008. *Imigração e Mercado de Trabalho - Migrações*, nº 2, Revista do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.

Peixoto, João (2004), "As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas". Working Paper, SOCIUS nº 11/2004.

Pereira, Sónia e João Vasconcelos. 2007. *Relatório de Combate ao Tráfico de Seres Humanos e Trabalho Forçado – Estudo de casos e respostas de Portugal*. Lisboa: Organização Internacional do Trabalho.

Perista, Pedro. 2004. "Imigrantes de Leste em Portugal: da migração à inserção". In *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: APS, pp. 127-130.

Pinto, José Madureira e Augusto Santos Silva (orgs.). 1984. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Pires, RUI PENA *et al.* 1987. *Os Retornados, Um Estudo Sociográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Polanyi, Karl. 1989. *La gran transformación*. Madrid: La Piqueta.

Portes, A. and Manning, R. 1986. The immigrant enclave: Theory and empirical examples. in *Ethnicity: Structure and Process*, J. Nagel and S. Olzak. New York: Academic Press.

Portes, Alejandro. 1999. *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora.

Portes, Alejandro. 2000. "Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea". In *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, 2000, 133-158.

Projecto "Trabalho Domestico e trabalhadores domestico: perspectivas interdisciplinares e comparadas", financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Ref: PTDC/JUR/65622/2006.

Portugal, Sílvia. 2007. "Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica". Oficina do CES n.º 271. Coimbra.

Hespanha, Pedro e Rui Namorado *Revista Crítica de Ciências Sociais* (2009), "Os desafios da Economia Solidária", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 84, Março de 2009, CES, Coimbra.

Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, SEF, Portugal. 2008.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz *et al.* 1995. *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz. 2007. "Migrações – o fim dos paradigmas clássicos". In *Revista Cidade Solidária*, nº18, Julho de 2007, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Ribeiro, Maria Manuela. "Pensamento social e Direitos Humanos". Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 157-167.

RUBIO, Sonia Parella. 2003. *Mujer Inmigrante Y Trabajadora: La tripla discrimination*, Barcelona: Anthropos Editora

Saint-Maurice, Ana de.1997. *Identidades reconstruídas: cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta.

Santos, Boaventura de Sousa e César Rodríguez-Garavito. 2004. "Para ampliar o cânone da produção". In Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa. 2005. "A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna". In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 72, pp. 7-44.

Sen, Amartyia. 1979. "The welfare basis of real income comparisons: a survey". In *Journal of Economic Literature*, Vol. XVII, pp. 1-45.

Sen, Amartyia. 1992. *Inequality re-examined*. Oxford: Clarendon Press.

Sen, Amartyia. 2003. *O Desenvolvimento Como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.

Silva, Manuela. 1982. "Crescimento económico e pobreza (1950-74)". In *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74).

Singer, Paul. 2004. "Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário". In *Estudos Avançados*, 18 (51), Brasil.

Sousa, Cristina. 2008. "Redes Sociais e Empreendedorismo". Working Paper DINÂMIA, nº2008/68, Lisboa: ISCTE.

Tomás, Maria. 2009. "Imigração na sociedade portuguesa – estudo de caso". In *E-Cadernos*, nº2, CES.

Vala, Jorge. 1999. *Novos Racismos – perspectivas comparativas*, Oeiras: Celta Editora.

Wall, Karin e Cátia Nunes, Ana Raquel Matias. 2006. *Female migration vision National Report Portugal*, (Coordinator: Fondazione Brodolini, Rome). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Decretos-Lei Consultados:

Decreto-Lei n.º 3-A/96

Decreto-Lei n.º 4/2001 de 10 de Janeiro.

Lei n.º 115/99 de 3 de Agosto.

Principal Documentação electrónica consultada

www.inscoop.pt/.../Associativismo,_Terceiro_Sector_e_Desenvolvimento_Local_Sustentavel

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf

<http://tv1.rtp.pt/noticias/index.php?t=O-numero-de-repatriados-tem-vindo-a-aumentar-nosacores.rtp&headline=20&visual=9&article=333243&tm=8>

<http://www.animar-dl.pt>

<http://www.animar-dl.pt/manifesta/index.php>

<http://www.cicopa.coop/European-Conference-on-Social.html>

<http://www.cresacor.org/quem.php>.

<http://www.economiasocial.es/home/1.5/index.php>.

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2009-0029+0+DOC+XML+V0//PT>

<http://www.forumsocialmundial.org.br/>

http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_01.php?cd_news=2736&cd_language=1

<http://www.grameenfoundation.org/who-we-are/people/board-of-directors#Muhammad>

<http://www.kairos-acoeres.org/>

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp

<http://www.op-portugal.org/>

<http://www.solimigrante.org/>

http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html

http://www.aimigrantes.org/content/pdf/Lei_115_1999.pdf

<http://www.solimigrante.org/>

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_ATLAS_PARTE_1.pdf

<http://tv1.rtp.pt/noticias/index.php?t=O-numero-de-repatriados-tem-vindo-a-aumentar-nos-acoeres.rtp&headline=20&visual=9&article=333243&tm=8>

http://www.aimigrantes.org/content/pdf/Lei_115_1999.pdf

<http://www.animar-dl.pt>

<http://www.animar-dl.pt/manifesta/index.php>

<http://www.cicopa.coop/European-Conference-on-Social.html>

<http://www.cresacor.org/quem.php>

<http://www.economiasocial.es/home/1.5/index.php>

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2009-0029+0+DOC+XML+V0//PT>

<http://www.forumsocialmundial.org.br/>

http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_01.php?cd_news=2736&cd_language=1

<http://www.grameenfoundation.org/who-we-are/people/board-of-directors#Muhammad>

<http://www.kairos-acoeres.org/>

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp

<http://www.op-portugal.org/>

<http://www.sef.pt>

<http://www.solimigrante.org/>

<http://www.solimigrante.org/>

http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html

ANEXOS

1.) Gostaria que me fizesse um breve relato onde pudesse falar um pouco da sua vida no seu país e dos principais motivos que o fizeram decidir mudar de país?

- Portugal como destino; (motivos/percepções)
- Há quanto tempo esta no país;
- Dificuldades encontradas;
- Ajudas encontradas;
- Língua portuguesa;
- Gostos portugueses (alimentação, hábitos, etc.)

2. Actualmente a sua família encontra-se cá em Portugal?

3. Quando pensou em emigrar, que prioridades considerou?

Arranjar contactos para encontrar emprego cá em Portugal

Arranjar contactos logo no país de origem

Já possuía contactos no país de origem ou em Portugal

Procurar emprego só quando cá chegou e junto da comunidade

Dirigiu-se a Associações de Imigrantes

Dirigiu-se ao IEFP

4) Há quanto tempo exerce esta profissão?

- Profissão no país de origem;
- Primeiro trabalho em Portugal;
- Locais em que já trabalhou;
- Local/ais actual/ais de trabalho;
- Factores que influenciaram a obtenção deste trabalho.

5) Como conseguiu este emprego?

- Através de amigos do país de origem;
- Através de amigos no país de destino;
- Através de anúncios ou outras fontes;
- Através de conhecidos;

6) Quanto tempo trabalha?

- Horas por dia;
- Dias por semana;
- Número de colegas e tarefas desempenhadas.

7) Gostaria que me falasse do seu dia a dia quando vai trabalhar.

- Tarefas desempenhadas ao longo do dia;
- Tempo dispensado para cada uma das tarefas (quais as que levam mais tempo);

- Tarefas preferidas/menos atractivas;
- Acidentes de trabalho.
- Por centros de emprego ou Centros de Apoio aos Imigrantes

8) Lembra-se do seu primeiro dia de trabalho em Portugal?

- Adaptação;
- Semelhança/divergência de hábitos;
- Experiência (positiva/negativa).

9) O trabalho é certo? Ou envolve a escolha de certos trabalhadores para determinadas empreitadas?

10) Consegue enumerar-me vantagens de trabalhar neste ramo? E desvantagens da profissão?

11) Gostaria que me enumerasse os seus 10 melhores amigos cá em Portugal

- Sondar os nacionais e os não nacionais
- Desses 10 quais são vizinhos; Familiares; colegas de trabalho

12) Alguma destas pessoas participou na decisão de vir para Portugal?

13) E para encontrar casa?

14) A pessoa que lhe indicou o emprego é amigo, familiar, ou conhecido?

15) E interage com ela só no trabalho ou também em privado/situações de convívio social?

16) Estes amigos que me falou, com qual deles se dá mais em situações sociais?

17) Algum deles continua a participar no sentido de o ajudar a melhorar as suas condições de vida?

18) Se tiver algum problema, alguma situação inesperada, com qual destes amigos recorre? Com qual deles conta? (enumerar-me por escala)

19) O senhor faz parte de alguma associação? Qual? E algum dos seus amigos?

20) Sente, de alguma forma, que o facto de ser imigrante leva a um tratamento diferente por parte das pessoas, no seu local de trabalho?

- Diferenças com colegas portugueses;

21) Pode falar-me um pouco das suas expectativas em relação aos portugueses? Por exemplo em termos de tolerância? E também qual é a sua percepção em relação aos portugueses?

22) Como descreveria os vínculos neste actual momento, com os seus compatriotas? Estão mais fortes os laços?

23) Quais as maiores dificuldades que sente para travar amizades em Portugal?

- Língua
- O facto de ser de outra nacionalidade
- Outras razões.

24) Desde que chegou a Portugal até hoje, considera que mantém os objectivos que inicialmente tinha estão a ser cumpridos? Mantêm-se?

- Remessas;
- Planos para o futuro;
- Regresso ou não ao país de origem.

25) Sente que de uma maneira geral a sua vida melhorou? Em que sentido?

- Oportunidades de estudar
- Oportunidades monetárias
- Rede de conhecimentos e relacionamentos

26) Já pensou em trocar de trabalho ou voltar ao seu país de origem?

Guião de entrevista – “Na terra de ninguém – os *outros* protagonistas
Guião para operários da construção civil

Caracterização Sociodemografica:

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• Nacionalidade; | <ul style="list-style-type: none">• Estado civil; |
| <ul style="list-style-type: none">• Outras profissões no país de origem | <ul style="list-style-type: none">• Profissão do cônjuge; |
| <ul style="list-style-type: none">• Outras profissões em Portugal | <ul style="list-style-type: none">• Filhos/idades; |
| <ul style="list-style-type: none">• Idade | <ul style="list-style-type: none">• Principal tarefa desenvolvida na profissão. |
| <ul style="list-style-type: none">• Habilitações Literárias; | <ul style="list-style-type: none">• Contrato de trabalho: Sim/Não |
| <ul style="list-style-type: none">• Agregado familiar; | <ul style="list-style-type: none">• Pertença a associações/colectividades |
| <ul style="list-style-type: none">• Zona de residência; | |

- 1. Gostaria que me fizesse um breve relato onde pudesse falar um pouco da sua vida no seu país e dos principais motivos que o fizeram decidir mudar de país?**
 - Portugal como destino; (motivos/percepções)
 - Há quanto tempo esta no país;
 - Dificuldades encontradas;
 - Ajudas encontradas;
 - Língua portuguesa;
 - Gostos portugueses (alimentação, hábitos, etc.)
- 2. Actualmente a sua família encontra-se cá em Portugal?**
- 3. Quando pensou em emigrar, que prioridades considerou?**
 - Arranjar contactos para encontrar emprego cá em Portugal
 - Arranjar contactos logo no país de origem
 - Já possuía contactos no país de origem ou em Portugal
 - Procurar emprego só quando cá chegou e junto da comunidade
 - Dirigiu-se a Associações de Imigrantes
 - Dirigiu-se ao IEFP
- 4) Gostaria que me falasse do seu dia a dia quando vai trabalhar.**
 - Horas por dia/semana
 - Tarefas desempenhadas ao longo do dia;
 - Tempo dispensado para cada uma das tarefas (quais as que levam mais tempo);
 - Tarefas preferidas/menos atractivas;
 - Acidentes de trabalho.
 - Por centros de emprego ou Centros de Apoio aos Imigrantes
- 5) Há quanto tempo exerce esta profissão?**
 - Profissão no país de origem;
 - Primeiro trabalho em Portugal;
 - Locais em que já trabalhou;
 - Local/ais actual/ais de trabalho;
 - Factores que influenciaram a obtenção deste trabalho.
- 6) Conseguir enumerar-me vantagens de trabalhar neste ramo? E desvantagens da profissão?**
- 7) Os seus patrões são portugueses? E tem patrões não portugueses?**
- 8) Trabalha só numa casa? Ou tem várias casas? Lembra-se do seu primeiro dia de trabalho em Portugal?**
 - Adaptação;
 - Semelhança/divergência de hábitos;
 - Experiência (positiva/negativa).
- 9) Como conseguiu este emprego actual? E o anterior (caso tenha tido outros empregos em Portugal)?**
 - Através de amigos do país de origem;
 - Através de amigos no país de destino;
 - Através de anúncios ou outras fontes;
 - Através de conhecidos;
- 10) Gostaria que me enumerasse os seus 10 melhores amigos (as) cá em Portugal**
 - Sondar os nacionais e os não nacionais
 - Desses 10 quais são vizinhos; Familiares; colegas de trabalho
- 11) Alguma destas pessoas participou na decisão de vir para Portugal?**
- 12) E para encontrar casa para viver?**
- 13) A pessoa que lhe indicou o emprego é amigo, familiar, ou conhecido?**
- 14) E interage com ela em que situações?**
- 15) Estes amigos que me falou, com qual deles se dá mais em situações sociais?**
- 16) Algum deles continua a participar no sentido de o ajudar a melhorar as suas condições de vida?**
- 17) Se tiver algum problema, alguma situação inesperada, a qual destes amigos recorre? Com qual deles conta? (enumerar-me por escala)**
- 18) Foi algum destes amigos que a apresentou à sua patroa/patrão?**
- 19) A senhora pertence a algum grupo ou associação? E algum destes amigos também faz parte?**
- 20) Que tipo de actividades costumam fazer juntas (os)?**
- 21) E no trabalho, com quem mais conversa?**

22) Sente, de alguma forma, que o facto de ser imigrante leva a um tratamento diferente por parte das pessoas, por exemplo no seu local de trabalho?

- Diferenças com colegas portugueses;

23) E em relação às suas expectativas? Pode falar-me um pouco das suas expectativas em relação aos portugueses? Por exemplo em termos de tolerância? E também qual é a sua percepção em relação aos portugueses?

24) Como descreveria os vínculos neste actual momento, com os seus compatriotas? Estão mais fortes os laços?

25) Quais as maiores dificuldades que sente para travar amizades em Portugal?

- Língua
- O facto de ser de outra nacionalidade
- Outras razões.

26) Desde que chegou a Portugal até hoje, considera que mantém os objectivos que inicialmente tinha estão a ser cumpridos? Mantêm-se?

- Remessas;
- Planos para o futuro;
- Regresso ou não ao país de origem.

27) Sente que de uma maneira geral a sua vida melhorou? Em que sentido?

- Oportunidades de estudar
- Oportunidades monetárias
- Rede de conhecimentos e relacionamentos

28) Já pensou em trocar de trabalho ou voltar ao seu país de origem? O que tem feito para conseguir encontrar outro emprego (se for o caso)

Guião de entrevista – “Na terra de ninguém – os *outros* protagonistas
Guião para empregadas domésticas

Caracterização sócio-demográfica

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none">• Nacionalidade; | <ul style="list-style-type: none">• Estado civil; |
| <ul style="list-style-type: none">• Outras profissões no país de origem | <ul style="list-style-type: none">• Profissão do cônjuge; |
| <ul style="list-style-type: none">• Outras profissões em Portugal | <ul style="list-style-type: none">• Filhos/idades; |
| <ul style="list-style-type: none">• Idade | <ul style="list-style-type: none">• Principal tarefa desenvolvida na profissão. |
| <ul style="list-style-type: none">• Habilitações Literárias; | <ul style="list-style-type: none">• Contrato de trabalho: Sim/Não |
| <ul style="list-style-type: none">• Agregado familiar; | <ul style="list-style-type: none">• Pertença a associações/colectividades |
| <ul style="list-style-type: none">• Zona de residência; | |

| Nome | Caracterização dos entrevistados | | | | | | | |
|--------------------|----------------------------------|------|---------------|----------------|----------------------------------|---------------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| | Idade | Sexo | Nacionalidade | Ano de chegada | Emprego no país origem | Emprego actual | Familiares em Portugal | Motivo(s) por que procurou apoio da associação |
| José | 54 | M | Cabo-verdiana | 1972 | — | Manobrador de máquinas na construção civil | Mulher e 4 filhos | Pagar as quotas anuais |
| Nelson | 42 | M | Cabo-verdiana | 2008 | Condutor de transportes públicos | Servente da Construção civil | Mulher e 2 filhos | Apoio para analisar contrato de trabalho |
| Tomé | 27 | M | Cabo-verdiana | 2007 | Estudante | Servente da construção civil | Não têm | Apoio para tratar do visto de residência e para encontrar trabalho certo |
| Joana | 54 | F | Cabo-verdiana | 2008 | Trabalhadora rural | Empregada de cozinha e empregada doméstica em casa particular | Marido | Apoio para o processo de legalização do marido, renovação do visto de residência |
| Maria | 26 | F | Cabo-verdiana | 2003 | Estudante | Empregada doméstica em clínica | Mãe | Apoio para tratar do processo de legalização da mãe |
| Guilhermina | 30 | F | Cabo-verdiana | 2003 | Empregada de restaurante | Empregada doméstica em empresa das limpezas | Marido | Apoio para trazer os dois filhos menores de Cabo – verde |
| Anatoly | 26 | M | Moldava | 2007 | — | Servente da construção civil (pladour) | Irmã, cunhado e sobrinha | Apoio para analisar contrato de trabalho |
| Mário | 36 | M | Moldava | 2003 | Professor Universitário | Servente da construção civil | Mulher e uma filha | Indeterminado |
| Olga | 32 | F | Moldava | 2003 | Contabilista | Empregada doméstica em casa particular | Marido e uma filha | Indeterminado |
| Natasha | 29 | F | Moldava | 2001 | — | Empregada doméstica em casa particular | Marido e uma filha | Apoio para análise do contrato do irmão |
| Irina | 38 | F | Ucraniana | 2007 | Funcionária pública | Empregada doméstica em casa particular | Marido e filhas | Indeterminado |
| Nádia | 63 | F | Ucraniana | 2001 | Economista | Empregada doméstica em casa particular | Não tem | Apoio para requerer Subsídio Social de Inserção e tratar questões fiscais (IRS). |